

Mapa da parte da costa do Maranhão, desde os Mangues Verdes até São Marcos, ou entrada do porto.

SUMÁRIO

EDITORIAL	3
ESTRATÉGIA, PODER MARÍTIMO E A CRIAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL <i>Dr. Brian Vale</i>	5
A MARINHA E A LIBERTAÇÃO DA BAHIA <i>CMG Max Justo Guedes</i>	22
COCHRANE E O MARANHÃO <i>Prof. Josué Montello</i>	35
GRENFELL E A INDEPENDÊNCIA DO PARÁ <i>Prof. Arthur Cezar Ferreira Reis</i>	51
O ÚLTIMO EPISÓDIO — A CISPLATINA <i>CT (RRm) Antônio Luiz Porto e Albuquerque</i>	61

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO GERAL DA MARINHA

Diretor: Vice-Almirante LEVY ARAUJO DE PAIVA MEIRA
Vice-Diretor: Capitão-de-Mar-e-Guerra MAX JUSTO GUEDES

DEPARTAMENTO DE PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO

Chefe: Capitão-Tenente (A-MO) JOSÉ BARBOSA DA SILVA

REDAÇÃO

1º SG (MO) ANTÔNIO EVARISTO DA PAZ SA

2º SG (ES) JOSUE PEREIRA DA COSTA

CB (MO) IVAN CORRÊA DA GRAÇA

Funcionárias: REGINA CARDOSO DE MENEZES,
ELZA FERREIRA MAGALHÃES
VERA MARINHO
ZÉLIA DE OLIVEIRA MARQUES PINTO

Funcionário: JOÃO ANTÔNIO REZENDE

MINISTÉRIO DA MARINHA
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO GERAL DA MARINHA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA MARÍTIMA

Rua D. Manoel, Nº 15, Praça 15 de Novembro — Rio de Janeiro — GB

Editorial

Integrado nas comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, patrocinou o Serviço de Documentação Geral da Marinha um Curso de Conferências, em cinco aulas, no qual se procurou abordar os principais aspectos da participação da Marinha nas lutas da Independência.

Fez-se necessário ressaltar o papel fundamental da Esquadra que, após penosos sacrifícios na sua formação, partiu do Rio de Janeiro, a 1º de abril de 1823, indo bloquear o porto da Bahia e forçar a rendição das tropas portuguesas do General Madeira de Melo.

Tal foi o bom êxito alcançado pelas ações do Primeiro-Almirante Lorde Cochrane que, após decorridos dois meses e oito dias de sua chegada às proximidades da barra da Baía de Todos os Santos, viu-se o general português na contingência de embarcar com suas tropas e fazer-se a vela para o Tejo, pois estava na iminência (ele próprio o afirmou) de, já sem meios de subsistência, perder os navios que os recambiariam à pátria.

Talvez de maior importância que estas ações militares tenha sido a presença das Forças Navais do Império nas províncias do Norte.

Se geograficamente muito distantes estavam da Corte essas províncias, mais ainda dela se afastavam, sob o ponto de vista econômico. Outrora, haviam constituído mesmo o Estado do Maranhão e o Grão-Pará, sem subordinação ao Estado do Brasil. Condicionalismo físico (ventos e

correntes marítimas) tornava muito mais fácil, naquela época de navegação a vela, a ligação entre São Luís ou Belém e Lisboa do que entre quaisquer daquelas unidades e o Recife.

Embora a alguns pareça inútil especular em História sobre o que poderia ter acontecido se isto ou aquilo não tivesse sido feito, julgamos que valiosas ilações podem ser retiradas da formulação de hipóteses possíveis e válidas: A ida de Cochrane ao Maranhão e o subsequente envio de Grenfell ao Pará, analisados sob este prisma, nos garantem que com eles foi assegurada a perpetuidade da união nacional, mantendo integradas no Império as vastas regiões equatoriais, cuja conquista tanto esforço e tantas vidas custaram aos nossos maiores. Bem outra talvez fosse a situação hoje, caso houvesse faltado aos patriotas do Norte o apoio do Governo brasileiro.

Publicando no *NAVIGATOR* o texto das cinco conferências pronunciadas entre 6-7 e 3-8 de 1972, no auditório do Serviço de Documentação Geral da Marinha, por ilustres cultores das letras históricas brasileiras, julgamos não só participar do grande movimento cívico-cultural reunido em torno das comemorações dos cento e cinquenta anos de nossa Independência como, e principalmente, memorar aqueles ilustres brasileiros que, num instante crucial da nacionalidade, no recesso dos gabinetes, nas carreiras dos estaleiros e nos conveses dos navios da Esquadra Imperial, asseguraram o nosso direito de autodeterminação.

COMO Recebedor nomeado pela Camara desta Imperial
Cidade encarregada da Subscrição mensal de 800 r.^s para
augmento da Marinha de Guerra do Imperio do Brasil,
recbi do Sr. *Francisco M. Pedro Maria de Barros* a quantia
de *noze mil e seis centos reis* importe
de *suas* Acções dos mezes *Julho 1824* de *Junho* corrente
anno com que voluntariamente Subscreevo para o fim acima
declarado. Ouro Preto 16 de *agosto* de 1824

João de Barros Lage

ESTRATÉGIA, PODER MARÍTIMO E A CRIAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL 1822-23

DR. BRIAN VALE

I — O BACKGROUND ESTRATÉGICO

Em 7 de setembro de 1822, Dom Pedro de Alcântara, Príncipe Regente do Brasil e herdeiro do trono de Portugal, cavalgava com sua escolta através das colinas de São Paulo, depois de uma inspeção do Porto de Santos. À tarde ele alcançou o Riacho do Ipiranga onde encontrou um mensageiro com cartas de seus Ministros no Rio e do Governo Real em Lisboa. Pedro leu os despachos, atirou os papéis ao solo, desembainhou sua espada e gritou: "É tempo. Independência ou Morte. Estamos separados de Portugal". Com este gesto impulsivo e histórico foi proclamada a Independência do Brasil. Três meses mais tarde, Pedro foi coroado Imperador. Por volta de 1824, todas as tropas portuguesas tinham saído do solo brasileiro, e em 1825 a Independência do

Brasil foi reconhecida por Portugal e pelo mundo.

Todos conhecem estes acontecimentos e as histórias que os cercaram; porém, para a maioria das pessoas, estes fatos não representam senão marcos interessantes no que parecia, em um retrospecto, um inevitável encaminhamento na direção da Independência. Na realidade, essa suposição é incorreta, e há dois pontos básicos que devem ser compreendidos para que o *background* para a Independência possa ser inteiramente apreciado: primeiramente, a Independência não era inevitável e era preciso lutar por ela; em segundo lugar, para conquistá-la, o Domínio do Mar era um elemento vital — da mesma forma como fora um elemento vital na guerra pela Independência Norte-Americana. É minha intenção descrever neste trabalho exatamente co-



D. Pedro I

mo, com este *background*, foi formada a Marinha do Brasil, em outras palavras, como foi forjada a arma usada com tão devastador efeito por Lord Cochrane e seus homens, e chamar a atenção para os homens que foram os heróis de uma história que é tão excitante e tão importante como qualquer batalha naval.

Em 1822 a população do Brasil consistia de quatro e meio milhões de habitantes espalhados em uma estreita faixa ao longo de uma extensa costa que se estendia das águas do Amazonas, ao norte, até o Rio da Prata no sul. A distribuição da população era irregular e havia apenas três áreas importantes de concentração. Na extremidade nordeste do País, ao longo de uma linha de costa protegida por um recife, ficavam as ricas e férteis áreas de açúcar de Pernambuco. Mais para o sul, em torno da Bahia, estava a mais densamente habitada e rica parte do Brasil, que produzia açúcar, algodão, melão e tabaco, e que possuía um florêscnte comércio de mercadorias e de escravos através da magnífica mas suja Cidade de Salvador. Finalmente,

ainda mais ao sul, havia uma área centrada no Rio de Janeiro e que se estendia da costa para o *plateau* de São Paulo no sul e para os montes de ouro de Minas Gerais ao norte. Em acréscimo a estas áreas maiores, havia duas de menor importância: a linha de costa do norte que ia do Pará até a área de algodão do Maranhão, e os pampas do sul que se estendiam até Montevideu e o Rio da Prata.

Quando o primeiro Governo do Império Brasileiro se instalou, em outubro de 1822, somente a região de Minas—Rio—São Paulo era completamente leal à causa brasileira. No sul, o Exército tinha se dividido na proclamação da Independência e os regimentos portugueses tinham-se retirado para Montevideu, onde foram cercados por um Exército Brasileiro sob o comando do Barão de Laguna. No norte, Pará e Maranhão estavam firmemente sob o controle português. No nordeste, os estados do açúcar variavam; Pernambuco favorecendo a causa brasileira, os outros em confusão. No entanto, a chave para a situação estratégica estava na Bahia. O combate tinha ali começado em fevereiro de 1822, quando os brasileiros tinham resistido à designação do General Madeira de Mello

Tenente-General Carlos Frederico Lecor,
Barão de Laguna

para Governador das Armas. Depois de severo combate, as tropas portuguesas tomaram o controle de Salvador, enquanto as tropas brasileiras se retiraram para as cercanias, para organizar a resistência. No mês de julho todas as cidades do interior tinham-se declarado a favor de Dom Pedro, e o Exército de 10.000 homens que se tinham juntado à causa brasileira começou a avançar contra Salvador. Madeira de Mello, com somente 3.000 homens, fortificou a cidade e esperou por reforços. Pedro ordenou a Madeira para se retirar para Portugal com seus homens, e enviou para a Bahia um pequeno Esquadrão Naval sob o comando do Chefe-de-Di-

visão Rodrigo Delamare, com reforços de tropas e ordens para bloquear Salvador. As tropas desembarcaram em segurança, mas fora isso a missão foi um fiasco: os homens do mar eram tão indignos de confiança que Delamare evitou ação com os portugueses, e com guarnições abertamente revoltadas, somente como resultado de uma boa sorte conseguiu ele regressar em segurança para o Rio.¹

A situação na Bahia e em Montevideu estava no mesmo impasse: os portugueses não podiam romper o cerco e os brasileiros não podiam entrar na cidade. Mas o tempo trabalhava em favor dos portugueses; pois enquanto o



Cerco de Salvador

Brasil não tinha nem homens nem recursos para manter um esforço de guerra indefinido, Portugal estava já mandando reforços e levantando empréstimos. Quase todas as correspondências da Europa traziam notícias de preparativos militares: em junho de 1822, 600 homens seguiram para a Bahia na Corveta *Calipso*, em setembro mais 1.200 viajaram na Fragata *Pérola* e no Navio *Dom João VI*, de 74 canhões, que levava também um novo comandante naval para a Bahia, o Chefe-de-Divisão João Felix Pereira de Campos. Em 18 de setembro, Caldeira Brant Pontes informou de Londres que estava sendo preparada uma terceira expedição de 2.000 homens. De acordo com esta informação, as ordens portuguesas eram para transferir a guarnição de Montevideu para completar a conquista da Bahia e de Pernambuco, enquanto Felix de Campos com uma grande força naval destruiria o centro da revolta brasileira, bloqueando o Rio.² A ameaça para o novo Império era muito séria.

Para o governo de José Bonifácio, que tentava estender sua autoridade sobre uma nação espalhada ao longo de 4.700 milhas de costa, o mais importante elemento na situação era o Poder Marítimo. Somente ganhando o Domínio do Mar poderia o Governo expulsar os portugueses, forçar o Norte a submeter-se, e colocar as diversas províncias do Brasil sob a autoridade imperial. Mas a situação era crítica, pois estava em Salvador um esquadrão naval português capaz de impor um sério bloqueio ao Rio, a menos que os brasileiros pudessem derrotá-lo antes no mar. Tinha assim o Governo Imperial que organizar uma poderosa força naval antes que os portugueses tomassem a ofensiva. Era uma corrida contra o tempo.

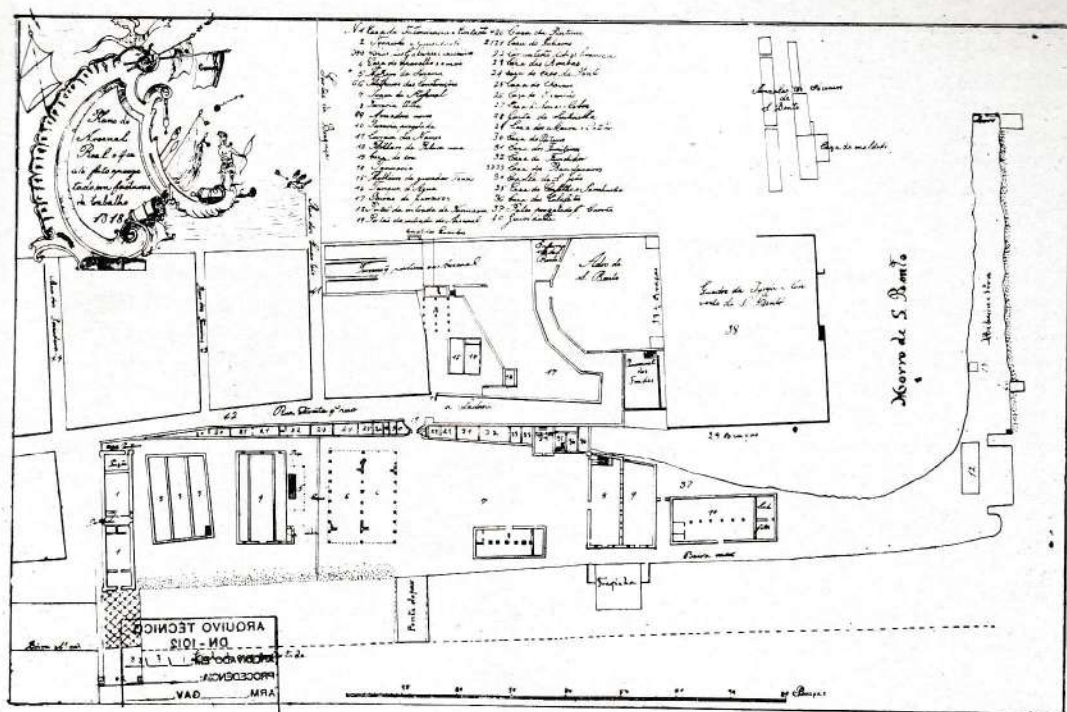
II — NAVIOS, RECURSOS E HOMENS

A responsabilidade por esta tarefa vital e urgente coube ao novo Ministro da Marinha, Capitão-de-Mar-e-Guerra Luiz da Cunha Moreira. Cunha Moreira, um dos poucos brasileiros na Marinha Portuguesa, era um patriota convicto, um homem de grande integridade e um marinheiro experimentado:

desempenhara um importante papel na captura anglo-portuguesa da Caiena Francesa em 1808, tinha-se distinguido em 1818 na captura de Montevideu e na rebelião de Pernambuco, e esteve na fracassada viagem de Delamare contra a Bahia. Para desincumbir-se de sua tarefa, tinha Cunha Moreira uma grande vantagem, pois as instalações navais estabelecidas no Rio desde 1808 permaneciam intactas, o próprio Ministério da Marinha, a Intendência, Contadoria e Auditoria, o Conselho Supremo Militar, o Hospital da Marinha, a Academia de Marinha, o Arsenal e o Estaleiro. Além disso, a Baía de Guanabara oferecia o melhor porto da costa, e que era também o mais fácil de defender. Mas estas grandes vantagens tinham contra si a negligência durante os anos da permanência Real: as fortificações estavam abandonadas,³ o estaleiro se perdia em ociosidade, os depósitos da Intendência, como um resultado de corrupção e negligência, estavam cheios de material de qualidade inferior e deteriorado,⁴ e os navios se estragavam em seus ancoradouros por falta de atenção. A



Commandante
LUIZ DA CUNHA MOREIRA



Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro em 1818

matéria-prima da qual tinha que ser forjada a Marinha era fraca e deficiente.

Contudo, alguns navios de guerra portugueses, que caíram sob o controle imperial, forneceram o núcleo da nova Marinha. Eram as fragatas *União* (62 canhões) e *Real Carolina* (44), as Corvetas *Liberal* (20) e *Maria da Glória* (26), o Brigue *Real Pedro* (14), o Brigue-Escuna *Real* (10), 13 escunas, das quais 7 estavam estacionadas no Prata, e cerca de 20 transportes e barcas canhoneiras. Contra uma força portuguesa de 13 navios de guerra grandes, com 380 canhões, os brasileiros podiam opor 6 navios levando somente 176 canhões.⁵ Diminuir esta disparidade era a mais urgente tarefa de Cunha Moreira. Dos outros navios no Rio, somente 3 eram utilizáveis — a Nau *Martim de Freitas* de 74 canhões, a Fragata *Sucesso*, e o Brigue *Reino Unido*, sendo que todos estavam sendo modernizados ou reparados. A obra nestes navios foi acelerada, enquanto os navios desarmados no porto eram examinados cuidadosamente. Mas clima e negligência

tinham feito seu serviço, e apenas a Nau *Príncipe Real*, que em dias mais felizes tinha levado Dom João ao Brasil, pôde ser usada — e assim mesmo somente como navio prisão.

No entanto, navios adequados eram procurados em outros lugares. Um despacho de Londres, em setembro, continha uma oferta de 2 navios de 50 canhões, inteiramente equipados, e em 4 de outubro foi dada ordem a Caldeira Brant para comprá-los.⁶ Um mês mais tarde recebeu ele ordem para comprar mais 4 navios, e foi autorizado a levantar um empréstimo com este propósito.⁷ Infelizmente, porém, as finanças brasileiras estavam nesta época em estado de colapso. Em 1821, a renda das províncias leais a Pedro atingia apenas à metade das despesas do Governo, e no ano seguinte o Banco do Brasil estava falido. Em dezembro de 1822, a dívida nacional tinha atingido 11 milhões de mil réis e o Governo foi forçado a recorrer a empréstimos internos. Em janeiro de 1823 foi lançada pela Marinha uma subscrição nacional. Os assinantes eram convidados a com-

prar mensalmente ações de 800 réis (60 penny) pagáveis em 3 anos. Foram designados agentes em cada localidade, e com o Imperador e a Imperatriz tomando a liderança com a compra de 350 ações, logo patriotas de toda a Nação estavam subscrevendo. Perto de junho de 1823, o fundo tinha alcançado 33.000 mil réis (£6.600) com 7.000 mil réis entrando mensalmente. Em 1825, o fundo tinha atingido nada menos que 200.000 mil réis (£ 40.000).⁸

Com este apoio financeiro, continuou a expansão naval. Em janeiro de 1823, o Imperador comprou o Brigue *Maipu* e apresentou-o à Nação como o *Caboclo*.⁹ O Brigue britânico *Nightingale* foi comprado completo, com velas e acessórios e carga de carvão, e recebeu o nome de *Guarani*.¹⁰ No mesmo mês os Brigues-Escuna *Atlanta* e *Rio da Prata* foram respectivamente comprados por Labatut e Laguna, e mandados para o Rio para conversão. O trabalho no Arsenal atingiu um ponto até então não conhecido. Um visitante regular era o Imperador que chegava freqüentemente ao amanhecer e passava a manhã instando os operários a ainda maiores esforços.¹¹

A princípio, parecia não haver falta de oficiais para a nova Marinha: 160 tinham se estabelecido no Brasil desde 1808, mas a maioria era de portugueses, e tornou-se necessário verificar primeiro sua lealdade. Com esta finalidade, Cunha Moreira estabeleceu uma comissão, em 5 de dezembro de 1822, para perguntar a cada oficial se ele desejava servir ao Brasil ou voltar para Portugal. Ficou logo claro que a grande maioria aderiria à causa brasileira, e quando foram retirados os nomes dos mais velhos e dos incapazes, restou um total de 94.¹² Era evidente que o Brasil tinha oficiais superiores em número suficiente, mas a quantidade de oficiais inferiores dava apenas para guarnecer os navios já em comissão nos estabelecimentos de guerra. Para guarnecer os novos navios que eram preparados no Rio, havia necessidade de pelo menos mais 25 tenentes.

No final de 1822 deu-se a ruptura final. As Cortes declararam rebeldes Pedro e seus ministros, e aceleraram os seus preparativos militares. Em dezem-

bro, no Rio, Pedro foi coroado Imperador, e como um gesto final de hostilidade, o Governo decretou o confisco de propriedades portuguesas e autorizou o corso contra a bandeira de Portugal. Sendo inevitável a guerra no mar, muitos brasileiros ficaram nervosos com o fato de estar sua Marinha sob a direção de oficiais portugueses. Tinham todos declarado sua lealdade ao Brasil, mas que aconteceria se eles tivessem de atirar em seus amigos compatriotas? Os pressentimentos se aprofundaram quando o imediato e a guarnição da Escuna brasileira *Maria Theresa*, que escoltava um comboio de artilharia para o exército de Laguna, prendeu seu comandante e entregou o navio e seu valioso comboio aos encantados portugueses em Montevidéu. Brant fez eco aos pensamentos de muitos, quando recomendou com urgência o recrutamento de ingleses e norte-americanos.

O Governo Brasileiro já havia pensado nesta forma de preencher o posto chave de Comandante-em-Chefe. Não era adequado o nome de nenhum dos oficiais-generais portugueses disponíveis, e o mais provável candidato, o Vice-Almirante Rodrigo Lobo, tinha uma reputação de incompetência e covardia, e era odiado pelos brasileiros por causa do modo brutal com que combatera a revolta de Pernambuco em 1817. Foi Caldeira Brant que, no início de maio de 1822, sugeriu a escolha ideal: Thomas Lord Cochrane. José Bonifácio hesitou, mas em 13 de setembro, com a guerra inevitável, ele escreveu a seu agente em Buenos Aires instruindo-o a convidar Cochrane para o serviço imperial com a garantia de sua Alteza Real de que: "... não o deixaria servir com vantagens menores que aquelas que ele tinha tido no Chile".¹³ Da Câmara transmitiu a mensagem com uma retórica estimulante: "Vinde, Milord" escreveu ele, "a honra o convida, a glória o chama... Vinde, Hércules renascido, e com seus honrosos esforços ajudai a domar a Hydra de cem cabeças de um despotismo medonho. Vinde e ornai nossas armas navais com a ordem maravilhosa e a disciplina incomparável da poderosa Albion..." etc. etc.¹⁴

Cochrane estava, por esta época, no cume de seu poder e de sua reputação. Depois de uma brilhante carreira como um comandante de fragata nas guerras napoleônicas, seu temperamento irascível tinha angariado a hostilidade do Almirantado, e sua política radical tinha tornado hostil ao governo. Envolvido em uma fraude da Bolsa de Valores em 1814, Cochrane foi preso e demitido da Royal Navy. Quando foi solto, foi convidado para comandar a Marinha do Estado do Chile que lutava então contra a Espanha pela sua independência, e em 1817 tinha ele levado para o Pacífico seu gênio militar e seu temperamento. Começando com os mais frágeis recursos, Cochrane cumpriu sua tarefa com habilidade e ousadia típicas: dentro de 3 anos o inimigo tinha sido varrido dos mares e

tinha tido suas cidades bloqueadas e suas fortalezas tomadas de assalto, e estavam asseguradas a independência do Chile e a do Peru. Em 1822 a guerra no Pacífico tinha terminado, e Cochrane, tendo inevitavelmente começado a discutir com seus empregadores, estava procurando outras oportunidades para seus talentos. Desta forma, era a oferta brasileira feita em tempo oportuno, e em novembro Cochrane respondeu à Câmara em termos favoráveis e resignou do seu posto no Chile.¹⁵ Neste mesmo tempo o Governo Brasileiro recrutara outros oficiais estrangeiros para seu serviço. O primeiro foi David Jewett que tinha servido com a Marinha dos Estados Unidos e que foi comissionado como capitão-de-mar-e-guerra. Outros foram os jovens ingleses William Eyre e Jorge Manson que



Busto de John Taylor
(Figura de proa da
Fragata *Niterói*)

Museu da Marinha

se tornaram tenentes. Outro foi John Taylor, um oficial em serviço na Royal Navy e cujo engajamento causou repercussão internacional. Taylor estava servindo com o esquadrão britânico na América do Sul, sob o comando do Comodoro Sir Thomas Hardy. Subitamente, em 9 de janeiro de 1823, depois de uma série de encontros secretos com José Bonifácio, ele foi designado capitão-de-fragata na Marinha Imperial e resignou, no dia seguinte, da sua comissão britânica. Hardy recusou-se a aceitar a resignação, registrou Taylor como desertor e informou o assunto a Londres.¹⁶ O governo britânico protestou fortemente e pediu a demissão de Taylor; mas seus serviços eram muito valiosos e o Governo Brasileiro respondeu com evasivas corteses e polida incompreensão.¹⁷ Depois de 18 meses de pressão britânica, Taylor foi de fato demitido da Marinha Imperial, mas por esta época ele era um herói nacional e em pouco tempo foi reintegrado na Marinha Imperial.

A Marinha Brasileira herdou também de Portugal um corpo de marinheiros e de soldados da Artilharia da Marinha. Eram todos, infelizmente, portugueses de nascimento, e a falta de confiança neles era amplamente justificada pela sua ação na viagem de Delamare contra a Bahia. Não obstante, a Marinha precisava deles, e o Governo esperava que eles poderiam permanecer leais, se comandados por oficiais fiéis e reforçados por um grupo de homens de confiança. Para manobrar os navios existentes, e também os novos navios em preparo, eram necessários 430 soldados e 1.700 marinheiros, dos quais 1.250 deveriam ser homens do mar bem adestrados. Os navios no Rio forneceram exatamente a metade deste número, isto é, 230 soldados e 900 marinheiros, dos quais somente 650 eram homens experimentados no mar e por isso, um rápido e bem sucedido recrutamento era uma necessidade vital.

No princípio de 1823 foi completado o trabalho na nau, e em 14 de janeiro o navio recebeu o nome de *Pedro I*.¹⁸

Uma quinzena mais tarde a *Sucesso* (que tinha sido reparada a expensas

próprias por um grupo de patriotas) recebeu o nome de *Niterói*,¹⁹ e John Taylor foi nomeado seu comandante. O recrutamento para a sua guarnição começou com entusiasmo o qual, infelizmente, rapidamente desapareceu.²⁰ Desde o começo estava a campanha de recrutamento ameaçada pelo fracasso, e tornou-se logo claro não haver reserva de homens do mar com que se contasse em tempo de guerra. A despeito de sua costa, o Brasil, como os Estados Unidos, permanecia basicamente uma nação continental, com pouca tradição marítima. Seus pescadores eram principalmente mulatos que iam para o mar em jangadas, e seu comércio costeiro, embora considerável em tamanho, era feito por navios pequenos com reduzidas guarnições de escravos ou portugueses. Poucos homens se ofereceram para a Marinha e o Brasil estava ameaçado com um sério problema de pessoal.

III — CALDEIRA BRANT EM LONDRES

Era feliz o Governo Brasileiro por ter como seu Agente em Londres, nesta hora crítica, um patriota corajoso e de visão, o General Felisberto Caldeira Brant Pontes, mais tarde Marquês de Barbacena. Viajara ele para a Inglaterra em 1821, em visita particular, e estava em Londres, em abril do ano seguinte, quando foram recebidas as notícias da famosa declaração do Fico de Dom Pedro e da nomeação do Governo de José Bonifácio. Caldeira Brant compreendeu o significado destes acontecimentos e sua primeira reação foi apressar sua volta para o Brasil; mas viu também o valor para a nova administração de um agente de confiança em Londres, que fosse capaz de levantar empréstimos, de comprar armas e de dar aviso dos desenvolvimentos em Portugal, e decidiu que era seu dever permanecer. A primeira carta oficial de Brant foi escrita em maio de 1822, e durante os quinze meses cruciais que se seguiram ele forneceu a José Bonifácio uma corrente constante de informações, de análises militares e de comentários políticos. Na maior parte do tempo ele era pobremente apoiado

do pelo distante Governo no Rio: as notícias dos progressos no Brasil vinham tanto de fontes privadas como de fontes oficiais, e por vezes ele era forçado a usar seu próprio dinheiro ou a emprestar de seus amigos para pagar as despesas oficiais. Porém, felizmente para o Brasil, era Brant um homem que provou ser capaz de agir por sua própria iniciativa quando faltassem instruções específicas.

Um tema constante nos despachos de Brant era a importância de uma marinha de confiança. Em maio ele escreveu um memorando: "*Medidas extremas para repelir os ataques de Portugal*", no qual recomendava ao Governo, agora que estava terminada a guerra no Pacífico, obter com urgência os serviços de Lord Cochrane e dos homens que tinham lutado com ele no Chile. "*Só seu nome levaria o susto e o terror aos nossos inimigos,*" escreveu ele: "*o recrutamento de marinheiros britânicos converteria uma força portuguesa em um leal e efetivo esquadrão.*"²¹ Em 5 de julho ele informava que o Captain James Thompson, um ex-oficial da Royal Navy, tinha oferecido para o Brasil dois navios de 50 canhões completamente equipados. Brant recomendou aceitar a oferta e esperou pela resposta.²²

No decorrer de 1822 Brant informou fielmente o aumento da atividade militar portuguesa. Mas durante este tempo pouco recebeu ele no sentido de uma orientação oficial, o que não é surpreendente, se levarmos em conta a viagem de quatro meses entre Rio e Londres. Por fim, em outubro, ele recebeu suas credenciais como Encarregado de Negócios e as suas instruções. Iria ele estabelecer contato com o governo britânico, publicar matéria favorável à causa brasileira e recrutar oficiais e homens para o serviço Imperial, desde que sentisse que os preparativos em Portugal tornassem isso necessário. A ordem relativa a recrutamento era vaga, mas Brant tinha sido capaz de discutir isso com Antônio Carlos, o irmão do Ministro, que tinha retornado ao Rio via Londres depois de ter participado das Cortes em Lisboa como um dos representantes do Brasil.

Concordaram ambos que a mais vital necessidade do Brasil em tempo de crise seriam 600 oficiais e marinheiros britânicos, e que as ordens de Brant para recrutamento implicavam um consentimento para fazer face aos custos.²³ Mas a despeito disto, e de alarmantes notícias de preparativos portugueses, Brant hesitou antes de lançar um movimento de recrutamento muito caro.

Em dezembro de 1822, Brant recebeu notícias posteriores de acontecimentos no Brasil e ordens recentes, para mandar armas e suprimentos navais e para concluir negociações para os dois navios oferecidos por Thompson.²⁴ Esta última tarefa não pôde ser cumprida, mas a ansiedade do Governo para aumentar suas forças navais era agora clara, e Brant, depois de muito pensar, decidiu lançar seu plano para recrutamento de marinheiros²⁵, tendo como alvo, inicialmente, o número de 300. Em 26 de dezembro Brant designou Antônio Meirelles Sobrinho para Vice-Cônsul em Liverpool, onde esperava conseguir a maior parte dos homens. Meirelles foi autorizado a oferecer £2. 66p por mês, £1 mais do que a Royal Navy, e recebeu ordens para contratar 150 homens do mar tão rápida e secretamente quanto fosse possível.²⁶ Em Londres, Brant usou James Thompson como seu agente. Thompson foi nomeado capitão-de-fragata da Marinha Imperial, e recebeu ordens para arranjar 50 homens e 5 oficiais. Foram também mandadas ordens para Le Havre, visando ao recrutamento de 100 homens.

O recrutamento na França foi um fracasso, mas em Liverpool não houve problemas, e dentro de 15 dias Meirelles tinha completado sua missão com todo sucesso. Também Thompson não teve dificuldade no recrutamento. Não foi difícil engajar um grupo de oficiais que desejavam servir ao Brasil. A Royal Navy estava ainda em 1822 nas profundezas da depressão que se seguiu às guerras napoleônicas, e havia mais de 3.000 tenentes e ainda mais guardas-marinhas que estavam desempregados. Entre esses milhares não era difícil encontrar meia dúzia ansiosa pelas oportunidades oferecidas pelo serviço no Brasil. Os valores de paga-

mento oferecidos por Brant eram mais baixos do que os da Marinha Britânica, mas os contratos eram atraentes.²⁷ Cada oficial comprometia-se a servir por 5 anos. Se no fim deste tempo ele permanecesse no serviço imperial, receberia 50% extra sobre seu salário normal; caso voltasse para a Inglaterra, receberia meio pagamento pelo resto de sua vida. Seriam dadas passagens para o Brasil e o pagamento começaria na data do embarque. Em 12 de janeiro os oficiais de Thompson estavam todos engajados. Tinham todos servidos na Royal Navy, um como tenente, Benjamim Kelmare, que também havia lutado com Cochrane no Chile, e o restante como guardas-marinhas.²⁸ Kelmare foi comissionado como capitão-tenente, e os outros como primeiros-tenentes.

O recrutamento foi um completo sucesso e foi efetuado com o segredo necessário. Para evitar dificuldades com a Lei, Brant fingiu todo o tempo que os recrutados eram colonos emigrando para o Brasil, e em todos os documentos os marinheiros eram cuidadosamente descritos como *cultivadores* e os oficiais como *feitores*.²⁹ O navio *Lindsays* deixou Liverpool com o primeiro grupo de 125 homens e 6 oficiais em 24 de janeiro. Três dias depois o *Lapwing* partiu de Londres com o segundo grupo de 45. Brant informou seus esforços com justificada satisfação. O custo de recrutamento em Londres, escreveu ele, tinha sido razoável, e os homens tinham concordado em servir por £2 por mês. Mas em Liverpool Meirelles tinha ignorado suas ordens cuidadosamente feitas, e tinha não somente oferecido £5.50p, o dobro da quantia permitida, mas tinha também desprezado a necessidade de segredo e tinha realmente assinado contrato para aquele efeito. Brant pôde somente desejar "*queira Deus que os portugueses a não descubram para o perseguirem*".³⁰

Brant teve igualmente sucesso em conseguir munições. Foi difícil persuadir os fornecedores britânicos a aceitar os riscos envolvidos, mas com o firme apoio da firma amiga *Freitas & Costa*, ele conseguiu. No começo de janeiro o suprimento de canhões, mos-

quetes, pólvora, balas e provisões navais estava a caminho do Brasil em navios alugados. Um mês mais tarde foram recebidos pedidos posteriores de quantidade substanciais de cabos e outros itens, e Brant foi capaz de negociar com eles eficientemente. Recebeu ele também instruções para comprar quatro navios de guerra na Grã-Bretanha para a Marinha Brasileira, mas não conseguiu levantar os fundos necessários e teve que admitir a derrota. Contudo, as implicações desta ordem, junto com notícias de Lisboa, causaram a ele algum alarme, e quando Brant ouviu de um oficial do HMS *Conway*, que voltara recentemente do Brasil, que as fragatas no Rio eram incapazes de navegar devido a falta de oficiais inferiores e de marinheiros, decidiu que era tempo de mandar um segundo contingente de marinheiros.³¹

Durante março e abril, Brant e Meirelles efetuaram uma campanha de recrutamento tão rápida e tão secreta como a anterior. Em seis semanas tinham conseguido 265 marinheiros e 12 oficiais.³² Desta vez os oficiais foram engajados com o auxílio do Captain James Norton, um ex-oficial da Royal Navy, que foi comissionado como capitão-de-fragata brasileiro. Em 3 de abril o primeiro grupo de 102 marinheiros e 2 oficiais deixou Liverpool, em um navio alugado, o *Alice*. Mais 8 oficiais seguiram mais tarde, no mesmo mês, e o último grupo, compreendendo 164 oficiais e marinheiros, sob o comando de Norton, partiu em 4 de maio no *Mary*. Como resultado da iniciativa de Brant, um contingente extremamente necessário, de 450 experimentados oficiais e marinheiros, foi despachado para o Brasil no momento da crise. De todos os elementos que contribuíram para criar a nova Marinha, esse foi, talvez, o mais importante.

IV — A MARINHA ESTÁ PRONTA

Ao término do ano de 1822, a situação no Brasil tinha-se alterado de modo significativo. Os portugueses permaneciam entrincheirados em Montevideú, mas na Bahia a guerra mudara lentamente a favor do Brasil. O Exérci-



James Norton. Chefe-de-Divisão

to Imperial tinha cercado Salvador por terra, tornando a cidade inteiramente dependente dos suprimentos trazidos por mar ou através das vias aquáticas costeiras entre a Ilha de Itaparica e o continente. Em outubro de 1822 Madeira de Mello havia atacado a ilha, numa tentativa de assegurar esta rota vital mas fora batido pelos defensores levados por uma flotilha naval sob o comando do Primeiro-Tenente João de Oliveira Bottas. Em janeiro ele tentou outra vez, mas a despeito dos reforços que tinham chegado de Lisboa, os portugueses foram derrotados depois de dois dias de violento combate. A posi-

ção dos portugueses tornava-se diariamente mais difícil. O comércio estava parado e as finanças da cidade estavam atingindo o ponto de ruptura: as tropas, os marinheiros e os operários do estaleiro estavam com o pagamento atrasado, o moral caía e a deserção aumentava.³³

O General Madeira de Mello, mesmo com os reforços que tinham chegado de Lisboa, comandava apenas cerca de 5.000 homens, e era somente capaz de defender Salvador utilizando os marinheiros do esquadrão naval, o qual, como resultado, era deixado inútil no seu ancoradouro. Madeira de Mello era um

homem de visão estratégica limitada, e não ousava retirar os marinheiros de seu papel defensivo para lançar um golpe contra o Rio, possivelmente decisivo.

Por seu lado, o Governo Brasileiro estava perfeitamente consciente dessa possibilidade, e desdobrou suas forças navais de modo a conter os portugueses em Montevidéu enquanto aumentava a pressão em Salvador. Em 28 de janeiro de 1823, saiu do Rio para a Bahia uma expedição levando provisões militares e 700 homens escolhidos. A escolta, que compreendia os navios *União*, *Real Carolina*, *Maria da Glória*, *Liberal*, *Caboclo*, *Real* e *Leopoldina*, era comandada por Jewett, incluía todos os navios maiores em comissão e era tripulada por todos os marinheiros disponíveis.

Quando Jewett voltou para o porto, em 12 de março, as peças que formavam a nova Marinha estavam começando a cair em seus lugares. Do Ministério da Marinha saíam em sucessão ordens e decretos concernentes a compras, provisões, pagamento, medalhas, pensões e todos os detalhes da administração naval.³⁴ Por toda a Nação os brasileiros estavam doando lealmente para a subscrição nacional para a Marinha, e o dinheiro já estava fluindo para os cofres do fundo. Aqueles que não podiam dar dinheiro contribuíam com material: alguns ofereciam carne seca, outros, barris de vinagre ou vinho, outros, gado vivo, e alguns ofereciam mesmo os seus escravos como marinheiros.³⁵

Através do forte calor do verão brasileiro, o estaleiro fez um tremendo esforço para reequipar e reparar os novos navios de guerra que dariam poder de ataque à Marinha. Por volta de março de 1823 tinha sido duplicada a força da Marinha, possuindo então o Brasil 13 grandes navios carregando 356 canhões (Ver Apêndice I). Agora tinha o Brasil recursos e navios de guerra, e havia razão para o Governo sentir-se satisfeito com o que tinha alcançado, mas, ainda assim, o sucesso de seus esforços era ameaçado por um grande problema de pessoal. Despindo os navios menores, podia-se apenas lotar os

navios maiores com guarnições mínimas; além disso, estava presente a lembrança da viagem de Delamare que levou à falta de confiança nos marinheiros portugueses, dos quais ainda dependia o Brasil. O recrutamento ia mal: poucos brasileiros tinham conhecimento do mar e aqueles que eram voluntários representavam a vagabundagem das docas. O Governo logo recorreu a medidas desesperadas: 50 condenados do navio prisão foram mandados para navios de guerra como marinheiros e soldados;³⁶ uma ordem especial permitiu que escravos servissem como marinheiros; e os recrutadores de marujos começaram a agarrar marinheiros de qualquer nacionalidade. A pronta ação dos cônsules estrangeiros no Rio assegurou a liberdade da maioria de seus compatriotas, mas uns poucos não foram felizes e alguns desertaram voluntariamente de seus navios para entrar para o serviço Imperial.³⁷ Em março o Governo elevou os pagamentos da Marinha, mas isto teve pouco efeito e a situação permaneceu séria e parecia que somente poderia ser salva por algum golpe de sorte de última hora. Eram também aguardadas notícias de Lord Cochrane. Era conhecida sua reação favorável à oferta brasileira, mas com os reforços portugueses a caminho, a sua chegada poderia se dar tarde demais.

Por fim, no começo de março, soube-se que Cochrane tinha deixado Valparaíso em 12 de janeiro e estava a caminho. O Governo recebeu a notícia com satisfação, e na capital o entusiasmo começou a crescer. Poucos dias depois, em 13 de março, em uma manhã nublada e chuvosa, entrou na baía o *Brigue Colonel Allen*, trazendo Cochrane e 4 oficiais que com ele tinham lutado no Chile. As boas notícias logo se espalharam. Cochrane baixou a terra imediatamente para ver José Bonifácio e o Imperador que tinha saído a cavalo do Palácio de São Cristóvão ao ouvir as notícias. A conversa foi cordial e Cochrane voltou para o navio muito satisfeito com sua recepção.³⁸

Em 15 de março Cochrane acompanhou o Imperador numa inspeção dos navios de guerra. À primeira vista, ficou ele muito satisfeito com as condi-

ções do esquadrão, particularmente com o *Pedro I*. Os navios estavam prontos para o mar, com suprimento para 3 meses sendo embarcado a bordo. No entanto, Cochrane foi vigorosamente atingido pela pobre qualidade dos marinheiros. Todos os comandantes reclamaram da dificuldade de recrutar homens, e Cochrane notou com surpresa que a maioria era de portugueses, nacionais do inimigo, a quem o Imperador tentava manter leais frizando em seus discursos que era contra as Cortes e não contra a nação portuguesa que o Brasil estava lutando.

Dois dias depois, Cochrane visitou o Ministro da Marinha para acertar os detalhes de sua nomeação como Comandante-em-Chefe. A entrevista permaneceu amigável até Cunha Moreira oferecer oficialmente a Cochrane o mais alto posto no serviço brasileiro, o de Almirante. Para consternação do Ministro, a oferta foi recusada de pronto. Tornou-se logo evidente que esta objeção era baseada somente em questões financeiras, pois Cochrane estava perfeitamente ciente de que o pagamento de um almirante brasileiro no serviço ativo era de somente 400 mil réis (£80) por mês. Esta quantia era muito pequena em relação ao pagamento de um almirante britânico, que percebia aproximadamente 1.200 mil réis (£233), e era menos da metade do pagamento que Cochrane recebia no Chile. Cochrane assinalou bruscamente que o convite do Governo tinha garantido as mesmas *vantagens* que tivera no Chile, e deixou claro que não serviria por menos, a não ser, acrescentou ele: que o Brasil fosse muito pobre para poder tê-lo! Cunha Moreira, espantado tanto pelo interesse de Cochrane por dinheiro como pelo seu tom insultuoso, engoliu a afronta atendendo ao interesse nacional, afirmou que o Império naturalmente cumpriria suas obrigações, e, depois de discussões sobre o valor do câmbio, concordou com os termos de Cochrane.³⁹ Foi também acordado que os oficiais que tinham vivido com o Almirante no Chile seriam comissionados e colocados no *Pedro I*, Thomas Sackville Crosbie no comando como capitão-de-fragata e os outros como primeiros-tenentes.⁴⁰

Com a urgência requerida pela situação, a carta de nomeação de Cochrane foi entregue em 19 de março. O soldo e as comedorias estavam estabelecidas exatamente nos valores pedidos, mas infelizmente o escrivão que fizera a carta trocara as duas coisas, e a carta foi devolvida para correção. Mas, mesmo então, as dificuldades não haviam terminado. Cochrane subitamente compreendeu que sua nomeação o colocaria no fim da lista de almirantes e não lhe daria autoridade suprema. Cunha Moreira tentou superar este novo problema assinalando que, embora ele fosse em teoria o terceiro em antiguidade, teria comando tático sem impedimentos.⁴¹ Mas a natureza desconfiada de Cochrane tinha-o tornado muito cauteloso com promessas verbais, e ele declarou que somente serviria se lhe fosse dada plena autoridade.

As coisas estavam agora além da competência do Ministro, e foi necessária uma reunião do Gabinete para resolver o problema. Necessitando o Brasil de seus serviços, concordou o Governo com a exigência de Cochrane. Ele foi nomeado Primeiro-Almirante, posto especialmente criado, recebendo um soldo anual de 11.250 mil réis (£2.304) e mais um pagamento de comando de 5.770 mil réis (£1.154). Em resumo, Cochrane receberia três vezes mais que qualquer outro almirante brasileiro e £500 (2.500 mil réis) mais do que um almirante britânico! A notícia dessa concessão foi levada pessoalmente a Cochrane por José Bonifácio, que instou que aceitasse sem demora a nomeação. Satisfeitas suas condições, Cochrane concordou, e às 4 da tarde de 21 de março de 1823 ele içou o seu pavilhão no *Pedro I*, assumindo formalmente o comando do Esquadrão da Independência.

Enquanto o Primeiro-Almirante negociava suas muito favoráveis condições de serviço, aconteceu o golpe final de boa sorte. Em 18 de março, no tempo oportuno, o *Lapwing* entrou no porto e a ele se seguiu, menos de uma semana mais tarde, o *Lindsays*. Nos dois navios chegavam 200 oficiais e homens vitalmente necessários para o Governo. As guarnições dos navios de guerra eram agora finalmente redistribuídas.

buidas e os marinheiros britânicos foram destinados aos navios mais poderosos do esquadrão.⁴² Os homens foram registrados, pagos e então tiveram permissão para ir a terra pela primeira vez em seis semanas. À maneira dos marinheiros britânicos, dentro de poucas horas estavam todos gloriosamente embriagados⁴³.

O Governo estava agradecido pela chegada daqueles homens, embora surpreendido com os oficiais, que eram esperados apenas no caso de terem sucesso as negociações com os navios de guerra de Thompson.⁴⁴ Agora, porém, estava o Governo satisfeito por ter seus navios em mãos experientes e de confiança. A Thompson foi dado o comando da *Real Carolina*, com Kelmare como seu imediato, enquanto os outros tenentes foram designados para o navio capitânia e para as outras fragatas.

A 29 de março a Marinha Brasileira estava pronta para tomar a ofensiva e a costa da Bahia foi declarada em estado de bloqueio. Em 30 de março Cochrane recebeu suas ordens. Ele devia

suspender para Salvador na manhã seguinte: “*pondo aquele porto em rigoroso bloqueio, destruindo ou tomando todas as forças portuguesas que encontrar, e fazendo todos os danos possíveis aos inimigos deste Império.*”

Em 1º de abril a expedição partiu para uma aventura que iria decidir a Independência do Brasil.⁴⁵ A corrida tinha sido vencida, mas na hora exata, pois no mesmo dia em que Cochrane tinha recebido suas ordens, os portugueses tinham recebido instruções de Lisboa para atacar o Rio. Mas estavam atrasados demais: os brasileiros estavam no mar, e prontos para tomar a iniciativa. Nas celebrações que acompanharão o aniversário da Independência, muito será dito da bravura e da importância da contribuição da Marinha. Mas relembremos ao mesmo tempo os nomes de Luís da Cunha Moreira e de Felisberto Brant Pontes, pois sem sua dedicação, habilidade e engenho não teria o Brasil uma Marinha para assegurar sua vitória. O Brasil e a História têm uma dívida grande para com eles.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

¹⁾ Ver *Subsidios para a História Marítima do Brasil* vol. I, 1938, Imprensa Naval, Rio, para uma excelente descrição.

²⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio*, publicada em Publicações do Arquivo Nacional, 18 de setembro de 1822 vol. VII, 1907 págs. 267-268.

³⁾ John Purdy, *Sailing Directions for the Coast of Brazil*, Whittle and Laurie, London 1818.

⁴⁾ Cochrane — *José Bonifácio*, 5 maio de 1823 publicada em *Narrative of Services in the Liberation... of Brazil*, por Lord Cochrane (Earl of Dundonald) Londres, 1859.

⁵⁾ O Esquadrão Português consistia de D. João VI (74) Fragatas *Pérola* (46) e *Constituição* (50), as Corvetas *10 de Fevereiro* (24), *Calypso* (22), *Príncipe do Brasil* (22) e *Regeneração* (18), navios armados *Princeza Real*, *Gaultier*, *Activo* e *Restauração*, e Brigue *Audaz* (18) e *Promptidão* (16). Ver Relatório do Ministro da Marinha Portuguesa de 7 de dezembro de 1822, na Biblioteca Nacional, Rio, Ref. I-28-29-27.

⁶⁾ José Bonifácio — *Caldeira Brant*, 4 de outubro de 1822, *Arquivo Diplomático da Independência* vol. I.

⁷⁾ José Bonifácio — *Caldeira Brant*, 3 novembro 1822, *ibid.*

⁸⁾ As importâncias decorrentes da subscrição foram publicadas regularmente no *Diário do Governo*, mais tarde *Diário Fluminense*.

⁹⁾ Decreto de 23 de janeiro de 1823, publicado no *Diário do Governo*, 5 de fevereiro de 1823.

¹⁰⁾ *Relatório do Inspetor do Arsenal datado de 7 de fevereiro de 1823*, Arquivo Nacional (A. N.) Rio, XM 726. Decreto de 11 de março de 1823 publicado no *Diário do Governo*, 20 de março de 1823.

¹¹⁾ Maria Graham — *Journal of a Voyage to Brazil*, Londres 1824, p. 219.

¹²⁾ Theotônio Meirelles da Silva, em seu valioso *Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira* dá uma lista de 98 oficiais aderindo à causa da Independência.

Meus cálculos feitos, comparando esta estatística com listas de oficiais reformados, promovidos e em serviço em vários navios,

levam-me a concluir que os números obtidos por Meirelles não eram exatos. Dou abaixo os meus próprios cálculos:

	Meirelles	Vale		total
	aderindo	aderindo	reformados	
Oficiais-Generais	5	10	2	= 8
Capitães-de-Mar-e-Guerra	10	13	6	7
Capitães-de-Fragatas	21	22	9	13
Capitães-Tenentes	18	27	8	19
Primeiros-Tenentes	15	18	8	10
Segundos-Tenentes	29	42	5	37
	—	—	—	—
	98	132		94

¹³⁾ José Bonifácio — *Correia da Câmara*, 13 de setembro de 1822, *Arquivo Diplomático da Independência*, vol. IV.

¹⁴⁾ Correia da Câmara — *Cochrane*, 4 de novembro de 1822, *Annaes do Itamaraty* vol. II, 1937 p. 99.

¹⁵⁾ Cochrane — *Correia da Câmara*, 30 de novembro de 1822, *ob cit.*

¹⁶⁾ Hardy — Londres, 6 de fevereiro de 1823. *Public Record Office*, London Ad.1/28 and Ad. 50/151.

¹⁷⁾ Cartas entre março de 1823 e julho de 1824, *Arquivo Diplomático da Independência*, vol. II.

¹⁸⁾ Decreto de 14 de janeiro de 1823.

¹⁹⁾ Decreto de 25 de janeiro de 1823.

²⁰⁾ O governo ofereceu pagamento mensal de 8 mil réis (£1. 60p) para 1^{os} marinheiros, 6,5 mil réis para 2^{os} marinheiros (£1. 30p), e 4,8 mil réis (95p) e 3 mil réis (60p) para grumetes de 1^a e 2^a Classe. Voluntários receberam uma gratificação de um mês de salário.

²¹⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio*, 4 de maio de 1822. *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. VII, 1907, p. 247.

²²⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio*, 5 de julho de 1822, *op cit.*, p. 260.

²³⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio*, 5 de julho, 20 de agosto, 18 setembro 1822, *op cit.*

²⁴⁾ José Bonifácio — *Caldeira Brant*, 4 de outubro de 1822, *A. D. da I* vol. I.

²⁵⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio*, 27 de dezembro de 1822, *P. do A. N.*, vol. VII, 1907 p. 293.

²⁶⁾ Brant — *Meirelles*, 26 de dezembro de 1822 e 4 de janeiro de 1823, *op. cit.*

²⁷⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio*, 12 janeiro de 1823, *op cit.* p. 298.

²⁸⁾ Nota datada de 13 janeiro de 1823 de Caldeira Brant, A. N., XM 895. Os outros quatro oficiais eram Richard Phibbs, Vincent Crofton, Francis Clare e Samuel Chester. Phibbs não estava fisicamente apto quando chegou ao Rio. Seu posto foi tomado pelo imediato do *Lapwing* James Nicoll, que estava comissionado como primeiro-tenente.

²⁹⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio*, 27 de dezembro de 1822, *P. do A.N.*, vol. VII 1907, p. 293.

³⁰⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio* Nº II, de 1 de fevereiro de 1823, *op cit* p. 305.

³¹⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio*, Nº 20, 25 de março de 1823, *op cit* p. 317.

³²⁾ Caldeira Brant — *José Bonifácio*, Nº 23, 15 de abril de 1823, *op cit* p. 321.

Os oficiais eram Capitão-de-Fragata James Norton, Primeiros-Tenentes George Clarence, Charles Mosselyn, John Rogers Gleddon, Samuel Gillet, e Raphael Wright; e 2^o Tenentes George Broom, George Cowan, Ambrose Charles, Charles Watson, William James Inglis, e Duncan Macreights.

³³⁾ Madeira de Melo — *Lisboa*, 13 de dezembro de 1822 em *A Independência na Bahia*, Braz do Amaral.

³⁴⁾ *Leis e Decretos*, volume para 1822-23.

³⁵⁾ *Diário do Governo*, março-abril 1823.

³⁶⁾ Inspetor do Arsenal — *Cunha Moreira*, 7 de março de 1823, A. N. XM 726.

³⁷⁾ Consul Chamberlain — Canning, Nº 44, 8 de abril de 1823, P.R.O., F.O.63/259.

³⁸⁾ Maria Graham, *Journal of a Voyage to Brazil...*, p. 218.

³⁹⁾ *Narrative of Services...* Vol. II, p. 17 dá a própria versão muito influenciada de Cochrane.

⁴⁰⁾ Os três oficiais eram João Pascoe Grenfell, James Shepherd e Estivão Clewley. Decreto de 21 de março de 1823.

⁴¹⁾ O Almirante Pinto Guedes foi Chefe do Conselho Supremo Militar e o Almirante Barão de Bagé, com mais de 80 anos, estava aposentado há anos.

⁴²⁾ A *Pedro I* recebeu 80, a *Piranga* 33 e a *Niterói* 24. A.N., XM 80

⁴³⁾ Maria Graham, *op cit*

⁴⁴⁾ José Bonifácio — *Caldeira Brant*, 8 de abril de 1823. *Arquivo Diplomático da Independência* vol. I.

⁴⁵⁾ A *Narrativa* de Cochrane relata sem exatidão que o esquadão partiu em 3 de abril e este erro tem sido repetido em descrições subsequentes. Todas as fontes contemporâneas — incluindo diários, o *Diário do Governo* e documentos do Ministério da Marinha mostram claramente que a expedição partiu no dia 1º de abril.

APÊNDICE I

Navios de Guerra Brasileiros em 1º de abril de 1823

Navios	Canhões	Detalhes
Nau		
<i>Pedro I</i>	74	Construída na Bahia em 1763, modernizada no Rio em 1822. Originalmente <i>Martim de Freitas</i> , mudou de nome em 14 de janeiro de 1823. Guarnição: 12 oficiais, 110 soldados, 490 marinheiros. 28 canhões de 32 calibres no convés inferior; 28 canhões de 18 calibres no convés principal.
Fragatas		
<i>Piranga</i>	62	Construída na Bahia em 1817. Ex- <i>União</i> . Guarnição: 10 oficiais, 90 soldados, 400 homens. Canhões de 24 calibres no convés principal.
<i>R. Carolina</i>	44	Construída em Damão, nas Índias Orientais, de teca, mudou de nome para <i>Paraguassu</i> em 17 de maio de 1824. Guarnição: 7 oficiais, 70 soldados, 280 homens.
<i>Niterói</i>	38	Construída em Lisboa em 1818. Ex- <i>Successo</i> mudou de nome em 25 de janeiro de 1823. Modernizada no Rio em 1822. Guarnição: 7 oficiais, 70 soldados, 160 homens.
<i>Tétis</i>		Fora de ação em Montevidéu
corvetas		
<i>Maria da Glória</i>	26	Originalmente <i>Horatio</i> , construída, para o Chile nos Estados Unidos. Comprada em agosto de 1819 por 64.000\$. Guarnição: 6 oficiais, 48 soldados, 170 homens.
<i>Liberal</i>	20	Construída em Lisboa em 1791, modernizada no Rio em 1822, Ex- <i>Gaivota</i> . Guarnição: 6 oficiais, 36 soldados, 140 homens.
Brigues		
<i>Cacique</i>	16	Ex-português <i>Reino Unido</i> . Estacionado no Prata.
<i>Real Pedro</i>	14	Ex-português. Estacionado no Prata.
<i>Caboclo</i>	18	Ex- <i>Maipu</i> , comprado e dado à Nação por 22:000\$, em 12 de fevereiro de 1823
<i>Guarani</i>	14	Ex-britânico <i>Nightingale</i> , comprado em 11 de março de 1823 por 13:000\$.
Brigue-escuna		
<i>Real</i>	10	Ex-português
<i>Atlanta</i>	10	Ex-americano. Comprado por Labatut.
<i>Rio da Plata</i>	10	Comprado por Laguna.
Escunas		
no Plata:		<i>D. Álvaro da Costa</i> , <i>Luis de Camões</i> , <i>Cossaka</i> , 6 de Fevereiro, <i>Isabella-Maria</i> , <i>Maria Isabel</i> , <i>Kalmuka</i> , <i>Cossaka</i> .
no Rio:		<i>Independência ou Morte</i> , <i>Leopoldina</i> , <i>Carlota</i> , <i>Catarina</i> . transportes/barcas canhoneiras/brulotes: 20



CMG David Jewett

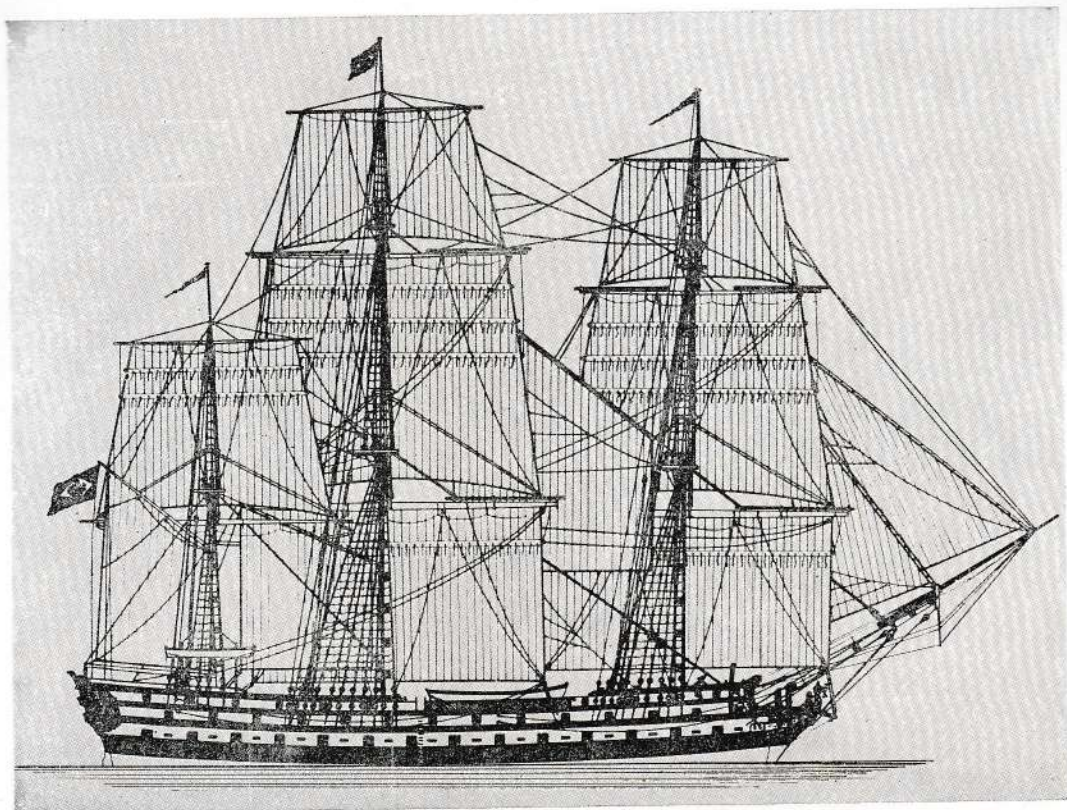
(Fig. 1)

A MARINHA E A LIBERTAÇÃO DA BAHIA

MAX JUSTO GUEDES
Capitão-de-Mar-e-Guerra

“ Mas como estou particularmente instruído para protestar contra todos os bloqueios ilegais, tenho que pedir-lhe a fineza de fazer saber ao Governo Brasileiro que não posso aceitar como legal o bloqueio da Bahia, a menos

que haja uma Força Naval suficiente, ao largo do porto, permanentemente dedicada a este propósito; e estou na difícil necessidade de insistir que os navios de Sua Majestade sob meu comando devam ter entrada e saída livres



Nau Pedro I

(Fig. 2)

de qualquer porto; no que respeita a navios mercantes, é necessário que haja bloqueio efetivo dos portos" (1).

Isto disse Sir Thomas Hardy, Comodoro da Royal Navy e Comandante-em-Chefe da Estação Naval Inglesa da América do Sul que, a partir de maio de 1822, deslocara-se do Peru para o Rio de Janeiro, novo palco dos sucessos da Independência Latino-Americana.

Mal sabia, o antigo Capitão-de-Bandeira de Nelson e futuro Primeiro Lord do Mar da Marinha Britânica, que pronto deveria reconhecer que ao largo da bela Bahia haveria uma força naval suficiente, permanentemente dedicada a bloqueá-la. Isto porque, tendo içado Lord Cochrane seu pavilhão a bordo da Nau Pedro I, na tarde de 21 de março, apenas dez dias depois — conforme mostrou o Professor Brian Vale, no

seu magistral trabalho *Estratégia, Poder Marítimo e a Criação da Marinha do Brasil (1822-23)* * fazia-se ao mar com os navios aprontados por um enorme e bem sucedido esforço, onde o apoio popular muito auxiliara o Governo.

A 1º de abril de 1823, largava do Rio de Janeiro a esquadilha brasileira, capitaneada pela Pedro I, (Fig. 2) poderosa nau-de-linha de 74 peças, a que se seguiram: Fragata *Piranga* (50 peças), comandante o CMG David Jewett, (Fig. 1) primeiro oficial estrangeiro a ser contratado pela Marinha Imperial, que comprara o seu Brigue *Maipu*, rebatizado *Caboclo*, Corveta *Maria da Glória* (32 peças), comando de Teodoro de Beaurepaire. Corveta *Liberal* (22 peças), com Salema Garção; o malote de ré era o Brigue-Escuna *Real* (10 peças), sob o mando de Xavier de Castro.

(1) Hardy a Chamberlain, bordo do HMS *Creole*, Bahia, 19/4/1823 (Londres, Public Record Office).

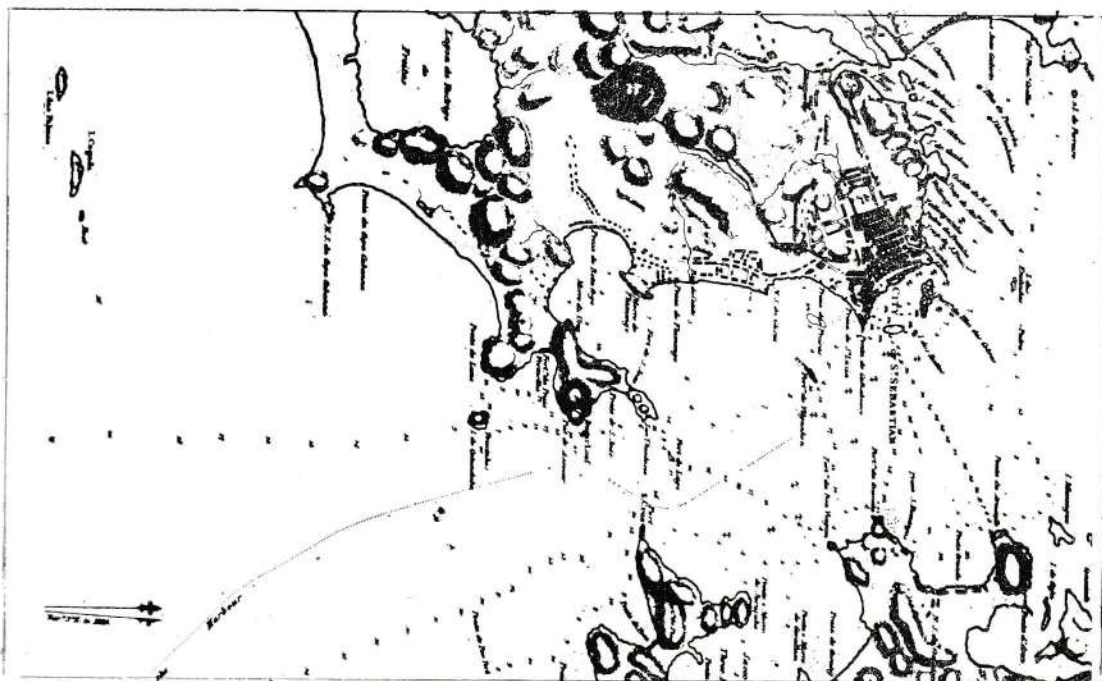
* Aula de abertura do Curso *A Marinha nas Lutas da Independência*, ministrado no SDGM no período de 6/7 a 3/8/72.

O instantâneo da partida foi feito pelo grande Debret, em luminosa aqua-

rela hoje na Fundação Castro Maya (Alto da Boa Vista). (Fig. 3)



Instantâneo da partida da Esquadra para a expedição contra a Bahia. (Fig. 3)



Detalhe da Carta da Baía de Guanabara (Fig. 4)

Cochrane provavelmente seguiu a rota costumeira, aproveitando-se do terral propício à saída da barra. Ela pode ser vista numa carta náutica de agosto de 1821, publicada em Londres por William Faden (Geógrafo do Rei),

utilizando levantamentos da Baía de Guanabara efetuados poucos anos antes sob a chefia do nosso Diogo Jorge de Brito, conforme sabemos, o primeiro oficial a comandar uma força naval fiel a D. Pedro, aquela incumbida de

H. I. M. Ship *São Paulo*
off Rio de Janeiro
April 2^d 1823

Most Excellent Sir

The Pilot yesterday having carried the Ship so far to Sea that two of the Officers Lieutenant Shepherd and Lieutenant Greenfell, who were on shore on duty, could not return to the Ship before it was dark, I sent back the Schooner *Real* to bring them out and also to bring the Brig of *São Goarany*, and as some of them have since made their appearance, and as the duty of this Ship cannot be carried on without the Officers, I have thought it proper to anchor off this Port, and send a Boat to request that you will direct the Brig, Schooner and Officers abovementioned to join the Squadron without delay, giving them the necessary Pass by Night in order that they may not be interrupted by the Fortifications.

I beg to add that the time we have been out has not been lost, as the indispensable duty of stationing and quartering the Men has been effected; the English Seamen have got sober and all things on board are going on well.

I have

the honor to be

Most Illustrious Sir

Yours most obedient

humble Servant,

To the Excellency,

The Minister of Marine



comboiar os transportes que repatriavam Avilez. Esta carta foi recentemente reproduzida por Lygia Cunha no excelente *Álbum Cartográfico do Rio de Janeiro*, editado pela Biblioteca Nacional (2). A (Fig. 4) detalhe da carta, mostra a rota a que nos referimos, desde o fundeadouro até às proximidades da I. Redonda. A bordo do capitânia (o Capitão-de-Bandeira era Crosbie) estavam, neste trajeto, o Imperador e a Imperatriz, embarcados desde as seis horas da manhã, para levar os votos de feliz comissão à Esquadra. Na altura daquela ilha pairou a *Pedro I* e Suas Majestades passaram à galeota.

Não seguiu Cochrane imediatamente para a Bahia. Velejando ao largo do porto, aguardou a saída do Brigue *Guarani* (14 peças comando de Antônio Joaquim do Couto) que junto à Santa Cruz ficara aguardando John Pascoe Grenfell e James Shepherd, lotados na *Pedro I*, mas que não haviam recebido a tempo suas patentes.

Deu ciência do fato, Cochrane, ao nosso Ministro Luiz da Cunha Moreira, em carta datada de 2 de abril, * justificando a razão de ainda estar na boca da barra. (Fig. 5).

Dia 3, resolvido o pequeno problema, juntou-se o *Guarani* à Esquadra, trazendo a bordo os dois excelentes oficiais.

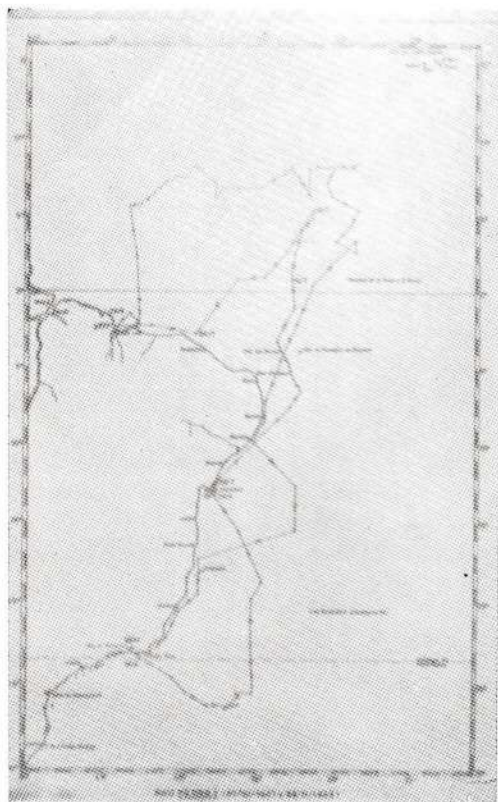
Só então rumou o Primeiro-Almirante para as águas da Bahia, objetivando tornar efetivo o bloqueio decretado a 29, pelo Imperador.

Na Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, guarda-se precioso documento relativo aos acontecimentos em que estiveram envolvidos a Esquadra e a *Pedro I*, desde a partida desta, até o seu regresso, oito meses depois.

Além de saboroso relato dos acontecimentos, o *Diário* (pois, trata-se aquele documento do Diário de Frei Manoel Moreira da Paixão e Dorés, o Capelão da Esquadra) registra, quase diária-

riamente, o ponto observado da capitânia. Isto nos permitiu traçar a rota seguida.

Observe-se que Cochrane teve que navegar mais de 600 milhas, até adquirir o barlavento indispensável para rumar ao Norte evitando os Abrolhos, o que bem caracteriza as dificuldades da navegação a pano. (Fig. 6)



Roteiro de Cochrane (Fig. 6)

Nos vinte dias que transcorreram, verificou-se que eram muito boas as qualidades veleiras da nau, que chegou a desenvolver 13 nós, somente com gáveas e papafigos. Era bem acompanhada pela *Maria da Glória* e sofrivelmente pela *Piranga* e pelo *Real*; no entanto, por demais ronceiros mostravam-se a *Liberal* e o *Guarani*: muito teve Cochrane que pairar a espera de ambos.

Freqüentes foram os exercícios de artilharia e melhoras efetuadas nas condições de combate dos navios, a que somavam incidentes e acidentes normais a bordo, como o dos três marujos ingleses que caíram da gávea da gata

* Valioso documento — entre outros — doado ao SDGM pelo Prof. Brian Vale, na apresentação do seu trabalho, ao Curso "A Marinha nas Lutas da Independência."

(2) Rio de Janeiro, 1971.

sobre a tolda e, diz-nos Paixão e Dores, apenas um, por não saber cair tão bem quanto os outros, fraturou a perna.

Na capitânia, Lorde Cochrane por vezes jantava na Praça D'Armas com os oficiais ou, o que era mais comum, convidava algum a jantar na Câmara.

A disciplina era rigorosamente mantida; pelo furto de vinte e poucos mil réis, dois ingleses foram castigados com os cinqüenta açoites (linha de barca com farpas de arame nas pontas) em que lhes foi comutada a pena de morte!

A 20 de abril, tiveram notícia que a *Niterói* (42 peças, comando de John Taylor) saíra do Rio, dia 8.

Quatro dias depois, pelas cinco horas da tarde, era avistada terra, próxima e ao norte da barra da Baía de Todos os Santos.

No dia seguinte, a *Niterói* uniu-se à Força Naval Brasileira. Foi feita aí a primeira presa, uma sumaca que de Be-nevente levava mantimentos para a sitiada Salvador.

A 26, foram avistados de Salvador. Preparou-se a Força Naval Portuguesa para fazer-se ao mar com o poderio de seus treze navios de guerra.

Parece oportuno lembrar como este poderio havia crescido, desde quando constituído apenas pelos "*navios mercantes armados em guerra*," do Capitão-de-Fragata Bruno de Moraes, que Rodrigo de Lamare não ousara enfrentar, quando conduziu as forças de Labatut para o exército libertador.

Naquela ocasião, constava das Corvetas *Dez de Fevereiro* (20 peças), *Regeneração* (20), *Restauração* (20), *Brigues Audaz* (18) e *Prontidão* (10) e Escuna *Conceição* (6).

Em setembro de 1822 (dia 30), foi lançada ao mar a Fragata *Constituição* (44), do porte da *Piranga*.

A 30 de outubro, aportava a Salvador um comboio de oito navios. Capitaneava-os a Nau-de-Linha *D. João VI* (74 peças); veio sob o Comando-em-Chefe do Chefe-de-Divisão João Felix Pereira de Campos.

Também a Corveta *Calipso* (18 peças) havia sido acrescentada às forças navais lusas, quando estas se fizeram ao mar no dia 6 de março de 1823, para ir ao encontro do novo comboio de tropas portuguesas esperado na Bahia. Entraram todos a 31. A Fragata *Pérola* (44 peças), sob o comando do CMG João de Vasconcelos, passava a integrar a poderosa força que defendia a Bahia, constituída de dezessete navios, incluídos os quatro armados em guerra.

Hardy, em anexo à sua carta de 6 de julho de 1823, quatro dias após a evacuação de Salvador, nos dá a relação completa.

Evidentemente, era esta força bem superior aos seis navios de que Cochrane dispunha, ao chegar à barra da baía que pretendia bloquear.

A (Fig. 7) mostra o que viram do mar os nossos marujos quando ali chegaram.

A gravura, de autoria de W. H. Parker Corway, foi publicada no *The Nautical Magazine* de junho de 1835. Evidentemente, o aspecto da costa pouco deferia do de doze anos antes.

Como dissemos anteriormente, ao serem os nossos navios avistados das atalhias de terra, prepararam-se os portugueses para fazer-se ao mar. Mas a 28, quando suspendiam, encalhou a *D. João VI* no muito conhecido Banco da Panela, fronteiro ao Arsenal de Marinha (Fig. 8).

Só a 30 pôde safar-se e transpor a barra, juntamente com doze outros navios de guerra, passando a cruzar ao largo.

Quatro dias depois, a 4 de abril portanto, logo após o nascer do Sol, iam os portugueses no bordo de terra, rumo norte, aproximadamente, quando foram avistados, muito longe e a barlavento (o vento na ocasião era oeste) os navios de Cochrane. Avançavam eles diretamente sobre a força portuguesa, formada em duas colunas.

Pouco depois de meio-dia, já havendo a coluna de bombordo avançado, quando percebida a intenção do Primeiro-Almirante de cortar a linha ini-

LISTA DOS NAVIOS DE GUERRA PORTUGUESES QUE VELEJARAM DA BAHIA,
NO DIA 2 DE JULHO DE 1823.

N.º	Nome	Espécie	Canhões	Comandantes
1	D. João VI	Nau de linha	74	João Felix de Campos
2	Pérola	Fragata	44	Vasconcelos
3	Constituição	Fragata	44	Moraes
4	Calipso	Corveta	18	Castro
5	Dez de fevereiro	Corveta	20	—
6	Regeneração	Corveta	20	—
7	Ativa	Corveta	18	—
8	Restauração	Corveta	20	—
9	Princesa Real	Transporte	28	—
10	Audaz	Brigue	18	Carvalho
11	Prontidão	Brigue	10	—
12	Amélia	Escuna	8	—
13	Conceição	Escuna	6	—
14	Conceição e Oliveira	Navio armado	20	—
15	Príncipe	Navio armado	20	—
16	Orestes	Navio armado	16	—
17	São Guálter	Navio armado	16	—

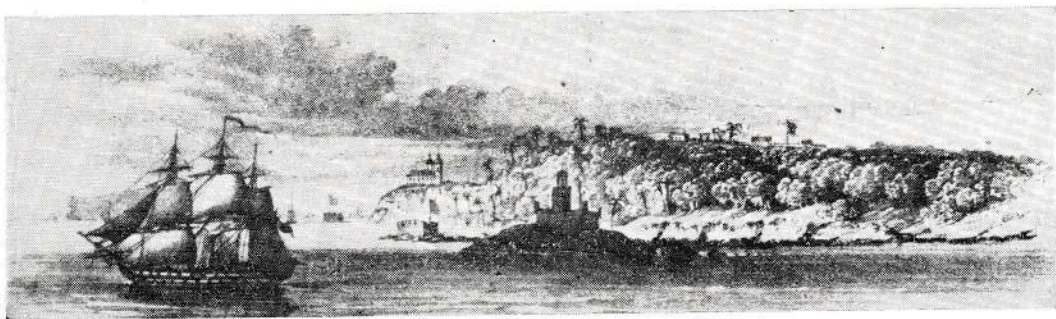
miga, rumou a *Pedro I* diretamente sobre o terceiro navio da coluna de BE, a Charrua *Princesa Real*, comandada por Francisco de Borja Pereira de Sá.

Frei Paixão e Dores registra no seu *Diário* que Cochrane, a milha e meia do inimigo afirmou-lhe: “*Sr. Cura, metade de la Escuadra inimiga es nuestra, por que me voi cortar su linea.*”

Sua intenção era, obviamente, atacar violentamente a retaguarda inimiga, antes que a vanguarda pudesse manobrar para socorrê-la. Ficaria assim, pela hábil manobra que seu barlavento permitia, compensada a sua inferioridade numérica.

Vejamos como o bravo Pereira de Sá, comandante da *Princesa Real* descreve o combate travado:

“Achando-se a nossa esquadra formada em linha de batalha com a amura do E.B. (boreste), ocupando a charrua do meu comando e lugar que lhe estava destinado, que era na popa da *Fragata Constituição*, estando em vista a barlavento a esquadra inimiga, vindo na vanguarda a *Nau Martim de Freitas*, a que os rebeldes chamam *Pedro I*, e vendo eu que a nau continuava a arribar, com o intento de passar minha popa, à voz de *viva a Constituição* mandei romper o fogo sobre ela que orçou e, prolongando comigo, a menos de tiro de pistola, principiou um terrível fogo de artilharia com bala e metralha e de mosquetaria, a que respondi com voracidade. A nau seguiu avante, arribando, para passar pela minha proa, arribando eu com ela, fazendo-



Vista de Salvador

(Fig. 7)

-lhe fogo com a bateria do E. B. (boreste) até que ela arribou toda, metendo de ré no outro bordo; imediatamente orcei, para lhe fazer fogo com a bateria de B. B. (bombordo).

A Fragata *União* (*Piranga*) também me fez muito fogo pela alheta de E. B. (boreste), cortando-me grande parte do aparelho de ré."

Mas isto tudo ocorreu por motivos que escaparam ao marujo lusitano:

A bem planejada manobra de Cochrane certamente teria êxito, pois uma *banda* à queima-roupa despejada por uma nau-de-linha como a *Pedro I* sobre uma charrua seria difícil de suportar. Graves danos poderiam ainda infligir a *Piranga* e a *Niterói* às corvetas portuguesas que desejavam atacar. Mas, no exato momento em que Cochrane mandou abrir fogo, faltou-lhe munição adequada, pois dois paioleiros portugueses retardaram a entrega dos cartuchos, sendo Grenfell obrigado a trazê-los à tolda empregando força física. Além disto, péssima era a pontaria dos artilheiros portugueses da nau brasileira.

A situação não foi menos grave na *Liberal* e no *Guarani*; no *Real*, pouco faltou para que seus marujos, de origem portuguesa, aderissem ao inimigo.

Em conseqüência, havendo oportunidade da vanguarda portuguesa manobrar, sem que a retaguarda houvesse sido seriamente ferida, a desproporção foi esmagadora. Outro recurso não teve Cochrane senão a retirada. Felix de Campos esboçou apenas uma perseguição, logo descontinuada.

Os sucessos (ou insucessos, melhor dizendo) de 4 de maio convenceram o Primeiro-Almirante da inadiável necessidade de reformular suas forças.

O primeiro passo foi procurar um ancoradouro.

Na tarde de 7, lançaram ferro na boca na Angra do Morro de São Paulo, nome pelo qual era então conhecida a reentrância formada, entre a extremidade norte da Ilha de Tinharé (M. de São Paulo) e o continente, onde deságua o Rio Una.

Não poderia ter sido melhor a escolha de Cochrane. Julgamos mesmo que ela contribuiu decisivamente para o sucesso que ele alcançou porque:

- 1) O fundeadouro era otimamente abrigado;
- 2) Qualquer que fosse o vento, podia-se sair com maré, dando duas ou três bordadas;
- 3) Estavam na *monção do Sul* (março a setembro). Em conseqüência, o barlavento era normalmente dos nossos;
- 4) Do Morro, em dias claros, fiscalizavam-se os movimentos nas proximidades da Bahia;
- 5) A aguada era excelente;
- 6) Guarnecidas convenientemente as fortificações do Morro, estariam seguros os navios abrigados.

No Morro encontrou o nosso Lorde a Escuna *Leopoldina* (comandada por Rebelo da Gama) que comboiara os dois brulotes, montados no Rio pelo método de Müller.

Intensos foram os preparativos a que Cochrane deu imediato início:

1) Canalizou a água para que ela chegasse até a praia;

2) Sondou e balizou o fundeadouro (Jewett chefiou a operação);

3) Desembarcou para a fortaleza as bisonhas tropas que conduzia e guardou a nau com os melhores marinheiros da *Piranga* e da *Niterói*, inclusive os comandantes Jewett e Taylor, mais alguns oficiais para comandarem as baterias da *Pedro I*, que ficou com quase 900 praças escolhidas.

No dia 14 de maio, depois de ter enviado o restante da Esquadra para o *Rio Curral*, isto é, a Barra de Jequiriçá atual (a vila de S. João era então conhecida como *Curral*), fez-se Cochrane novamente ao mar, acompanhado pela *Maria da Glória* e *Brigue-Escuna Real*.

Os seus planos podem ser resumidos no que declarou a Paixão e Dorez, quando este jantou com o Almirante na noite de 15:

“Mi Padre Capellan, usted se hai admirado que io me volvo a salir del Puerto solamente com la *Não*, *Maria da Glória* e el *Brigue* a encontrar-me com el Inimigo, dejando aqui todavia el resto de la Esquadra fondeada, y escondida dentro del canal que esta Angra tan hermosa nos oferece. Ahora, pues, me voi marchar a descubrir el inimigo, seya en la mar ó fondeado en su Puerto; encontrando-lo atenderé um poco, si por la noche, acercando-me á sus Navios, me será posible facerle um vivo fuego, enpesando a baterlos de um a um, moviendo-me por entre elles hasta el ultimo; y poniendo-los a todos en esta confusion, los dejaré batiendo-se unos a los otros, mirando todo su ruina, ya mui seguro dieste Inimigo” (3).

Embora o mal castelhano do frade e talvez o do Lorde, podemos claramente verificar que buscava Cochrane *mobildade* e *surpresa* nos seus ataques ao inimigo.

Suas excepcionais qualidades marinheiras, sua coragem e intrepidez — e

as de seus comandados — obedecidos aqueles princípios básicos, permitiram descontar a desvantagem numérica e levar o inimigo à defensiva.

Que isto foi de imediato conseguido, prova-o a carta de Madeira ao Chefe-de-Divisão Felix de Campos (então no mar), datada de 19 de maio de 1823, apenas quatro dias após Cochrane voltar a cruzar:

“Em data de quinze e dezessete do corrente tenho escrito a V. Ex^a, dando-lhe parte do apuro das nossas circunstâncias a respeito de subsistências; e participava a V. Ex^a algumas medidas que julgava úteis para prevenir o último estado do mal. Pedindo também a V. Ex^a o seu parecer, acerca da nossa péssima situação; porém duas vezes tem saído a *Sumaca Conceição* para conduzir os oficiais e duas vezes tem chegado a entrar, por ter encontrado os inimigos, tendo chegado a estar ontem em muito risco de ser tomada. A este mal tem acrescido o de tomar o inimigo ontem um navio que bem fundada hipótese de ser americano, vir conduzindo farinha para esta cidade. *É até aonde pode chegar a desgraça que nós estejamos de fato bloqueados, e tendo uma esquadra maior que a inimiga* (grifo nosso). E o pior é que se o inimigo achar uma ocasião favorável, estou persuadido que entrará no porto, e se conseguir queimar alguns dos nossos navios, muito mal nos resultará disto para diante. — Devo prevenir a V. Ex^a, de que me consta que estivera no M. de São Paulo a esquadra inimiga; que o seu comandante desembarcara e viera visitar a I. de Itaparica, que aranjara três navios de sua esquadra, compreendida a nau, o melhor possível tanto de comandantes quanto de guarnição, e até de artilharia, para o que tirara do nosso algumas peças. Todas estas notícias combinam com a persistência de três navios que desde o dia dezesseis se avistam naquela paragem; pode ser que o inimigo tenha destacado alguns dos seus navios para iludir a esquadra do comando de V. Ex^a, *enquanto o resto nos bloqueia*, e talvez intente fazer grande mal neste porto. Consta-me que Labatut estivera em Itaparica; é mui provável que Lorde Co-

(3) *Diário*, p. 211

chrene ali combinasse com ele algum ataque geral sobre esta cidade, o qual ainda que não dê ao inimigo a entrada na cidade, deve causar-nos prejuízos incalculáveis, o que não aconteceria se a esquadra do comando de V. Ex^a. não perdesse a vista da barra. Tome V. Ex^a. portanto as suas medidas, para que os nossos males não cheguem talvez ao ponto de serem irremediáveis.” (4)

Parece-nos que não poderia ter sido maior o êxito de Lorde Cochrane, pois o reconhecimento dele partia do próprio inimigo!

Ressalte-se que neste dia nada menos de três navios (uma sumaca, um brigue e uma escuna) foram apresados pela nau e pela *Maria da Glória*. E isto se dava bem próximo à Esquadra Portuguesa, avistada em dias seguidos pelos brasileiros até que entrou em Salvador, deixando as embarcações mercantes ao inteiro sabor dos navios imperiais, que multiplicaram o número de presas efetuadas! Dia a dia mais crítica ficava a situação na cidade bloqueada.

De 24 a 27, esteve a *Pedro I* no fundeadoiro do Morro para fazer aguada e receber víveres, ocasião em que poderiam os brasileiros ter sofrido contundente revés, fosse mais arrojado Felix de Campos, ou menos respeito tivesse por Cochrane:

Fundeada a nau ao pé do M. de São Paulo, foram o Primeiro-Almirante, Jewett, Taylor e mais quatro oficiais jantar a bordo da *Niterói*, então no *Rio do Curral*. Nesta ocasião, foram avistados nada menos de dez navios inimigos que rumavam diretamente sobre a Angra, fazendo continuado fogo sobre os navios que caçavam. Içado o sinal de *chamar a bordo*, tocaram-se postos e ficou a nau pronta para o combate, aguardando a entrada dos portugueses na Angra, o que felizmente não ocorreu. Soube-se mais tarde que Cochrane e seus oficiais tudo observaram tranquilamente do alto do Morro, talvez na certeza de que o inimigo não se atreveria a enfrentá-los.

Ao regressar para bordo, jocosamente comentou com o capelão: “*Mi Padre, nuestros inimigos queriam hablar con nosotros, pero ya se volvieron a sus mares*” (5)

Neste intervalo, tanto a *Maria da Glória* quanto o *Guarani* continuavam no bloqueio, a fazer presas...

Dia 28, pelas sete da manhã, voltou o Almirante ao mar.

No dia seguinte, às nove da noite veio à fala a *Fragata Real Carolina* (44 peças,) comando de James Thompson, que no Rio ficara concluindo os reparos e fora guarnecida com os últimos oficiais e marujos ingleses que haviam chegado à Corte (24 de abril). Em sua companhia vinham o *Ânimo Grande* e o *Bomfim*, trazendo abastecimentos e aguada (esta, por certamente ignorar-se no Rio a magnífica qualidade da que Cochrane obtinha no Morro!

Depois de um encontro algo cômodo, saborosamente relatado pelo nosso frade, com a *Real Carolina* mandada para o Camamu.

Até 5 de junho cruzaram os nossos ao largo da Bahia, fazendo presas e mantendo acossado o inimigo. Na noite de 3 aliás, não fossem as más condições atmosféricas advertidas pelo piloto, teria a *Pedro I* entrado à barra para atacar o inimigo fundeado.

Mas não demoraria o Almirante em tentar a façanha.

A 7, chamou Cochrane para o Morro todos os navios sob seu comando, pois tencionava “*dar um ataque ao inimigo, dentro ou fora do seu porto*”. (6)

Madeira, logo depois (a 10), assim oficiava para Lisboa, resumindo os acontecimentos:

“... Que a esquadra saiu a 30 de abril a esperar a inimiga, e se encontraram a 4 de maio. Houve um combate mui parcial e a inimiga se escapou... que no fim de junho chegara ao maior apuro por falta de mantimento; que nos dias imediatos entraram alguns, que de algum modo melhoraram a sua sor-

(4) AMARAL, Braz do — *História da Independência da Bahia*, pág. 495, Bahia 1923.

(5) *Diário*, p. 215

te; porém, se a entrada não progredir, chegarão brevemente ao mesmo estado.

A esquadra inimiga paralisou os projetos que estavam para ser postos em prática de bloquear o Rio, conduzir a Divisão de Montevideú, principiar a campanha contra o Recôncavo — que ela estabeleceu o seu cruzeiro sobre a costa na proximidade da barra ao abrigo do Morro de São Paulo, posição forte pela sua natureza, o que está mui defendida. No Rio está-se consertando uma nau.

O Governo — disse ainda Madeira — esmera-se em fazer progredir a Força Naval, e tem mandado comprar fragatas à América Inglesa, que brevemente espera; e se ganharem a superioridade marítima tudo está perdido. — Participe que as suas circunstâncias por todos os lados são mui tristes...” (7)

Mais eloqüentes não poderiam ser quaisquer louvores à eficácia da ação da Armada Imperial que os termos deste singelo officio; reconhecia Madeira que o aparecimento de Cochrane mudara o curso dos acontecimentos, fazendo-os pender francamente para o nosso lado.

Como se não bastassem tantos disabores aos portugueses, Cochrane tenta, dois dias depois, (a 12, portanto) seu mais atrevido feito no Brasil, procurando repetir o que efetuara no Callao, quando apresou a Fragata *Esmeralda*: ataca a Frota Portuguesa no próprio fundeadouro dela, no interior da baía, defronte ao forte de S. Pedro.

Seu objetivo era a Fragata *Constituição*.

Ao fim da tarde, acompanhado da *Real Carolina* e da *Maria da Glória*, cruzou pela boca da barra, fingindo dirigir-se ao Morro de S. Paulo. À noite, voltando na própria esteira, estava novamente defronte à boca da baía. Pelas 10 horas entrou, navegando até achar-se entre o Forte de S. Paulo da Gamboa e a Nau *D. João VI*, fundeada em frente. Avançou mais a *Maria da Glória*, indo até o Unhão! Do forte pergun-

taram que fragata era aquela, ao que retrucou o Lorde tratar-se de um *indeman* (8) com duas corvetas igualmente britânicas.

Claro que logo vieram as suspeitas e na *D. João VI* tocaram-se postos, enquanto na *Constituição* muitos reconheceram a *Pedro I*. Neste exato momento, o suave vento que os levara barra adentro mas que desde cedo escasseava, de todo cessou! Em *calma pobre* achou-se a pequena esquadilha, impedida de qualquer ação ofensiva, pois qualquer demora a colocaria entre dois fogos, sem chance de escapar! Refluxo da maré e aguaceiro duplamente caído do céu o qual trouxe alguma aragem propiciaram aos nossos os meios de escapular barra afora.

Embora não tendo havido êxito material, dos maiores foram os efeitos negativos da incursão sobre o moral inimigo. Cochrane afirmou que naquele momento Madeira reconheceu a inevitabilidade da derrota e decidiu-se à retirada.

A notícia dos primeiros preparativos dela chegaram à nossa Esquadra no dia 16. A partir de então, intensificou o Primeiro-Almirante seus cruzeiros frente à barra e mandou buscar no Morro os brulotes. Com estes, a *Carolina* e a *Maria da Glória*, tentou nova sortida ao fundeadouro inimigo, mas a falta de vento voltou a frustrá-la.

A 30 de junho, de tal ordem eram os preparativos portugueses que a *Real Carolina* é enviada ao Morro, para efetuar pequenos reparos no arvoredado e buscar a *Niterói*, para a qual eram desenvolvidos Taylor e seus ingleses.

Dois dias depois, fez-se ao mar o gigantesco comboio português. Era o 2 de julho, memorável efeméride nacional, gloriosa data de nossa História Naval.

De alcatéia achavam-se a *Pedro I* mais a *Niterói*, a *Real Carolina*, a *Maria da Glória* e o *Brigue Bahia* (ex-*Colonel Allen*, com seu proprietário, Bartolomeu Hayden, comissionado capitão-tenente).

(6) Diário, p. 220

(7) AMARAL, Braz de — *História da Independência da Bahia*, pág. 387 Bahia, 1923.

(8) Naus inglesas que faziam a Carreira da Índia.

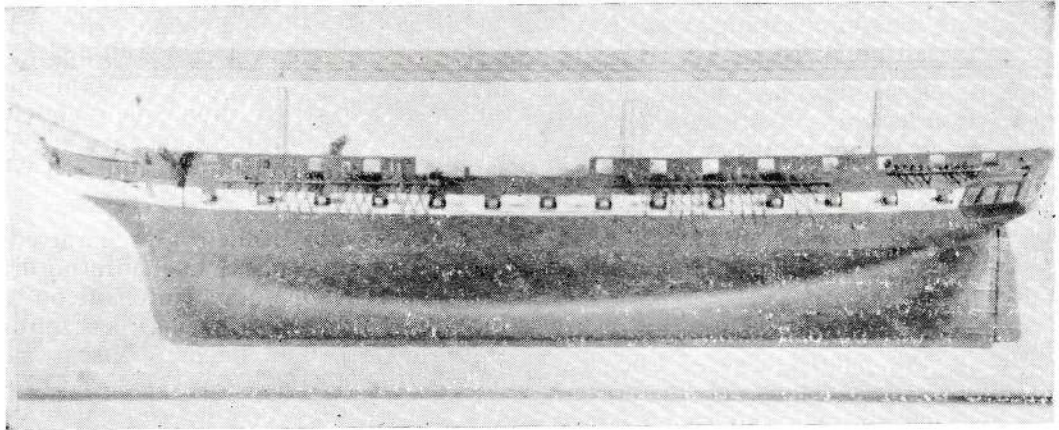
Em breve cairiam sobre os dezessete navios de guerra e, especialmente, sobre os oitenta transportes, aprisionando boa parte deles e as tropas que conduziam. A *Pedro I* só deixou de perseguir-las quando, na certeza de se dirigirem os portugueses para a Europa, pôs-lhes a *Niterói* no encalço (Fig-9) e rumou para o Maranhão. Ia obter a adesão da importante Província, assunto que será cuidado no próximo capítulo pelo ilustre Acadêmico Prof. Josué Montello.

Vimos que Cochrane chegou ao Brasil aos 13 de abril, aos 21 assumiu o comando da Esquadra; a 1º fez-se ao mar; a 25 de abril chegava às costas da Bahia, iniciando desde logo ações

hostis ao inimigo. Este, vinte dias depois reconhecia expressamente a eficácia do bloqueio e a posição desesperada em que se achava.

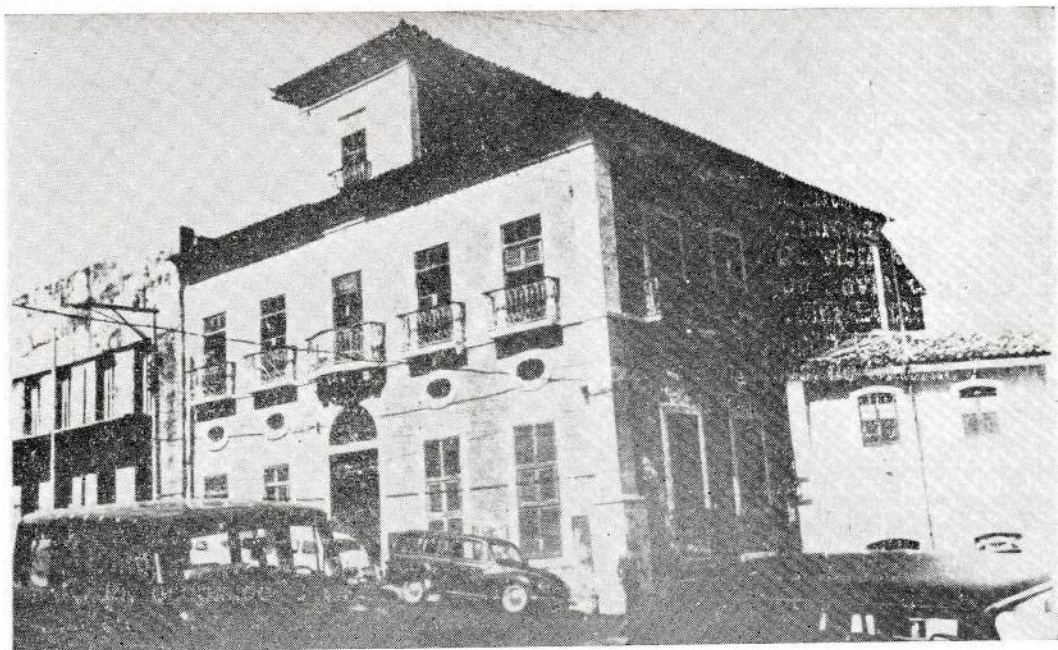
A crescente audácia do Almirante levou os portugueses ao desespero, pois, patenteou-se o risco de perderem os navios, impossibilitando-lhes a retirada para a Europa e deixando-lhes sem outra alternativa que a rendição, pois lhes faltavam quaisquer meios de subsistência, tal a eficácia do bloqueio.

Pode-se afirmar, em conclusão, que nas águas da Bahia e em pouco mais de 2 meses, um grande marujo e seus valentes comandados asseguraram a Independência do Brasil.



Meio-modelo da Fragata *Niterói*

(Fig. 9)



Casa onde Cochrane foi recepcionado

COCHRANE NO MARANHÃO

JOSUÉ MONTELLO

A adesão do Maranhão à Independência ocorreu quase um ano depois do Grito do Ipiranga. Mais precisamente: a 28 de Julho de 1823.

Uma figura se destaca nesse período como o chefe do movimento de reação à autonomia brasileira na terra maranhense: a de Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazareth.

Bispo da diocese do Maranhão, coube-lhe presidir a Junta Governativa criada pela Carta de Lei de 1º de Outubro de 1821 e de que também fazia parte o Brigadeiro Sebastião Gomes da Silva Belfort, como Secretário, além dos seguintes membros: o Chefe-de-Esquadra Filipe de Barros e Vasconcelos, o Desembargador João Francisco Leal, o Tesoureiro da Fazenda Real Tomás Tavares da Silva, o Coronel de Milícias Antônio Rodrigues dos Santos e o Tenente de Milícias Caetano José de Souza.

A Junta Governativa sucedeu na capitania ao Governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, de quem disse Luís Antônio Vieira da Silva, na sua *História da Independência no Maranhão*: “Este General distinguiu-se pela sua ilustração e tino prudencial.”

A ele deve o Maranhão a sua primeira tipografia, chegada a São Luís a 31 de outubro de 1821 e inaugurada com uma décima graciosa, improvisada pelo Major Rodrigo Pinto Pizarro, ajudante-de-ordens do Governador, na presença das senhoras que o acompanhavam:

*Certas deidades um dia,
Seguidas do deus vendado,
Foram ver por desenfado
A nova tipografia:
Uma página se imprimia,
Não sei de que natureza,
Mas Cupido com destreza
Tais voltas nos tipos deu,
Que na estampa apareceu:
“Viva amor! Viva a beleza!”*

Nem por ter introduzido a tipografia no Maranhão escapou o General Bernardo da Silveira de ganhar ali um apelido com o qual passou à crônica histórica local. Como na sua arcada dentária superior sobressaía um dente incisivo, passaram a chamá-lo de Dente de Alho.

Foi Dente de Alho quem se lembrou de tirar Dom Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazareth do sossego de seu bispado para lhe dar uma função política como Presidente da Junta Consultiva a qual foi então criada, por imposição popular, na esteira da Revolução Constitucionalista eclodida em Portugal no ano anterior.

Da Junta Consultiva passou o Bispo, por eleição, a Presidente da Junta Governativa, instalada esta a 16 de fevereiro de 1822.

O General Bernardo da Silveira não se limitou a introduzir no Maranhão a sua primeira tipografia: criou em São Luís, no prédio onde mais tarde se instalaria a Santa Casa de Misericórdia, a Tipografia Nacional Maranhense, e ali se imprimiu o primeiro periódico da terra de João Francisco Lisboa, *O Concliator do Maranhão*.

Antes de sair impresso, esse periódico saiu em manuscritos, compondo uma seqüência de trinta e quatro números. E é no seu primeiro número impresso, saído a 15 de abril de 1821, que se lê um longo editorial político, de que transcrevemos este trecho: "Raiou nos horizontes do Maranhão um dia que será memorável nos fatos de sua história; e com ele brilhou aquele entusiasmo de fidelidade e patriotismo, que em todos os fatos e épocas caracterizou os portugueses de ambos os mundos. A fausta notícia da Regeneração Política acontecida em Portugal havia dado aos habitantes do Maranhão a infalível esperança de participarem dessa vantagem nacional; porém o seu caráter probo e pacífico os conteve, esperando que as representações do Governo Provisório de Portugal, dirigidas à Corte do Rio de Janeiro, deliberassem o Ministério a prometer às capitânicas do Brasil a adoção da justíssima causa, que a Nação abraçava. Esperaram po-

rém debalde: o exemplo da confinante província do Pará dispôs os ânimos para segui-lo; porém ainda esperaram. Esta moderação de bem digna de fazer-se notável em apologia dos honrados habitantes do Maranhão, ponderados os males de que esta capitania tem sido vítima, pelo sistema vicioso de nossa antiga administração; mas bastará dizer-se que o Excelentíssimo Governador Bernardo da Silveira Pinto achou tudo em ruínas: as finanças esgotadas, edifícios públicos nenhuns, ou em pedaços; a cidade intransitável; a província cheia de mucambos, e malvados; e de dois milhões que o erário Targino, Samuel & Young extraíam desta capitania, nem uma pataca se despendia a beneficio dela: os seus defensores, os seus fiéis e beneméritos soldados percebiam quarenta e nove réis por dia! *Quis talia fando...* Nessa situação é fácil de crer que todos ansiavam a Constituição, todos desejavam ligar-se de interesse, e manifestar os mesmos sentimentos e opiniões que os seus irmãos das províncias de Portugal e do Brasil: esta linguagem era comum, e sem reserva, porque o Excelentíssimo Bernardo da Silveira nunca foi um inquisidor."

Todo o primeiro número do *Concliator do Maranhão* exprime e espelha a situação política da capitania, vista do lado oficial: com a adesão à Revolução Constitucionalista de 1820, por um lado, e, por outro, com a crítica ao sistema administrativo do Brasil Reino, vigente quando ali chegou Bernardo da Silveira, em 1819.

No seu título, o periódico maranhense, que saía duas vezes por semana, indiciava um propósito de pacificação local. Sinal de que, se a administração de Bernardo da Silveira fora benéfica, no plano das obras e dos melhoramentos públicos, não conseguira conter de todo a fermentação de ordem política, que se alastrava pelo Maranhão.

Dunshee de Abranches, que estudou em mais de uma obra esse período da vida maranhense, dele nos dá, em *A Setembrada*, esclarecedora visão retrospectiva, nesta fala de Garcia de Abranches: "Divididos nós outros, os portu-



Lord Cochrane

gueses de responsabilidade social, por disputas, rivalidades e rancores implacáveis, demos o triste exemplo de promotores imprudentes de insubordinações e revoltas na tropa e de motins civis nas ruas. Os militares perderam o respeito devido aos seus superiores; os simples cidadãos se julgavam no direito de fazer e desfazer governos e autoridades. Oficiais subalternos e soldados começaram a firmar representações sediciosas contra seus chefes, como a que promoveu o Capitão Santos Monteiro contra o Coronel Pinto de Magalhães para depô-lo do comando do Regimento. Presos, embora, a bordo da Corveta *Princesa da Beira* as cabeças da rebelião, as sementes revolucionárias continuaram a dar frutos funestos. A prisão, no Domingo de Ramos, do Cônego José Constantino escandalizara a população. O juramento da Nova Constituição Portuguesa não serenara essas terríveis lutas intestinas. Todas as homenagens prestadas ao Bispo, Frei Joaquim, escolhido para presidir as juntas que se organizavam, não foram bastantes para lhe aplacar as iras contra o Marechal Silveira. Do palácio episcopal, continuaram a partir instigações aos inimigos deste para que recrudescessem nos ataques e nas injúrias à primeira autoridade da Província. O Major Mesquita, não contente com os levantes sediciosos que aqui promovera, lá se foi para Lisboa repetir a campanha de difamação contra os responsáveis pela ordem e pela administração das coisas maranhenses. E, retirando-se afinal Silveira para a metrópole, e organizada legalmente, nos termos da Carta jurada, a Junta Provisional da Província, da qual o Bispo foi ainda presidente, a paz não pôde voltar ao seio da família portuguesa desta terra.”

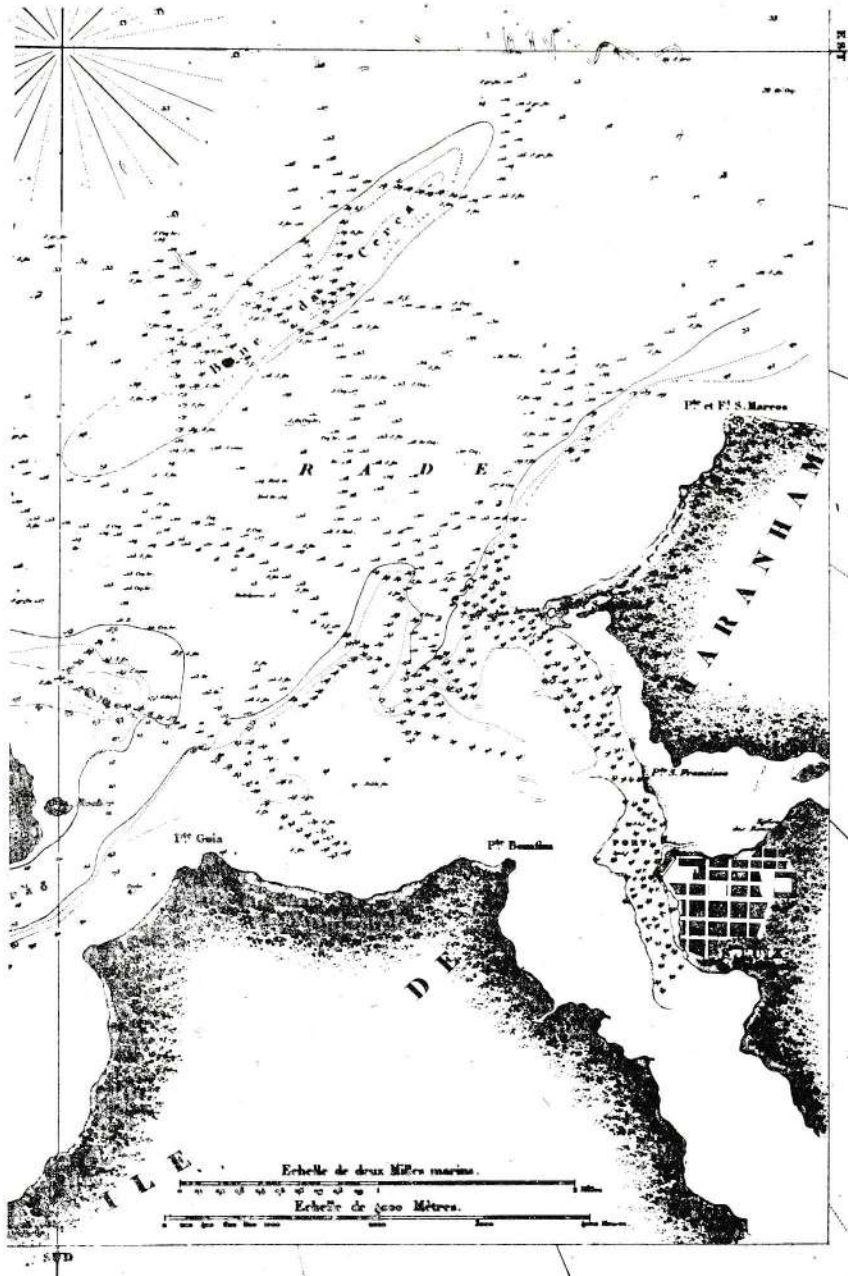
Outro historiador maranhense, Antônio Henriques Leal, nos ajuda a compreender melhor a razão por que, a despeito das lutas internas que dividiam os portugueses do Maranhão, não se enfraqueceu de todo o vínculo da Capitania com a metrópole: “Formando com o Pará por quase todo o tempo colonial um Estado, que não dependia do resto do Brasil, e ainda quando a monarquia veio estabelecer sua sede no

Rio de Janeiro, mais em contacto sempre com Portugal do que com a Corte, suas relações de comércio e de amizade, suas recordações e tradições, sua educação, tudo prendia o Maranhão à metrópole.”

Daí a liderança que Frei Joaquim exerceu, na chefia da Junta Governativa, e de que resultou ter tardado por quase um ano a adesão do Maranhão ao Grito do Ipiranga.

Um dos pronunciamentos da Junta Governativa, tentando fortalecer a opinião pública em favor da causa portuguesa, deve ser aqui recordado, para melhor juízo da situação maranhense: “A divergência de votos e interesses, entre as províncias setentrionais e austrais do Brasil, dissolve os laços sociais que as unia, tanto pelo fundamento geral de que a maior parte é sempre preferível à menor, quanto pelas peculiares razões de consaguinidade e vantagens correlativas que ligam os portugueses do Maranhão, do Piauí e do Pará aos portugueses da Europa. Vossos ascendentes e vossos irmãos, pela maior parte nasceram e existem em Portugal: os habitantes austrais do Brasil apenas são vossos conterrâneos. Nada careceis daquelas províncias brasileiras; precisais, porém, muito da co-opeção de Portugal. Seus gêneros abundam no vosso país, suprem as vossas privações: os daquelas províncias do Sul tornam-se-vos inúteis porque os possuís em abundância, e a sua importação até vos embarga os progressos da agricultura e paralisa a indústria. Em Portugal, tem consumo a vossa produção; no Sul do Brasil, não tem mercado. Uma franca e suave navegação facilita e perpetua vossas relações com a Europa: a natureza dispôs árdua e perigosa barreira de ventos e torrentes entre estas e aquelas províncias do continente brasileiro. Estas transcendentis verdades, estas poderosas circunstâncias confundem os demagogos da Independência no embebro de seus sinistros projetos.”

Não se pense que essa argumentação ardilosa deixava de cair em terreno fértil do lado dos brasileiros. Muitos se deixaram convencer pela lábria portuguesa. Um desses, o Tenente-Coronel



Carta do Porto do Maranhão,
contendo o Forte da Ponta da Areia

Souza Martins, Governador das Armas do Piauí, brasileiro de nascimento, chegou a deitar proclamação, aceitando-lhe a doutrina, e dela se deu conhecimento ao Maranhão no periódico de inspiração portuguesa *O Amigo do Homem*. Logo Odorico Mendes, que havia lançado o seu *Argos da Lei*, acudiu com a reação de seu brio patriótico, em lances como este: "Com bastante admiração li transcrita no *Amigo do Homem* a proclamação de Joaquim de Souza Martins. Este brasileiro, ou não tem miolos, ou máquina a ruína de sua pátria; pois atreve-se a convidar-nos à união dos portugueses. Maranhenses, guerra e mais guerra aos portugueses, enquanto solenemente não reconhecerem a Independência da Nação brasileira! Nós não somos, como diz Souza Martins, portugueses; os que o são habitam um reino muito atrevidinho e perseguidor do nosso Império. Os habitantes do Brasil chamam-se brasileiros, e até os filhos de Portugal, que juraram a Independência, por este fato deixaram de ser portugueses, falando ao modo dos políticos, que é como se fala em matérias públicas."

Por esse tempo, começo de 1825, já a Independência era um fato mais do que consumado. Mesmo assim,urgia alertar os maranhenses. E daí os brados de Odorico Mendes, no fecho de seu artigo: "Com efeito, é perigosíssimo acostumar os brasileiros a ser chamados de portugueses de hoje em diante: querem adoçar o termo, e dar-nos a beber o veneno. Alerta, maranhenses: urde-se a fera traição; estai de ânimo espaçoso e sossegado, para saber conhecer os propagadores da seita portuguesa, sequazes do governo despótico ou absoluto, que quase vem a dar na mesma coisa. Alerta. Querem fazer-nos crer que não há no Brasil um partido a favor do governo da mãe-pátria, mas os brasileiros já não pensam como os botocudos e os gamelas, a quem enganam com pedaços de espelho e continhas encarnadas."

Dois anos antes, ainda não assegurada a unidade do Brasil no movimento da emancipação política, seria bem mais fácil aliciar adeptos em favor da tese portuguesa. Mesmo assim, os ra-

dicais portugueses, defensores da unidade com a metrópole, encontravam pela frente os radicais brasileiros, que não lhes davam tréguas na luta em favor da emancipação.

A notícia do movimento emancipador chegada a São Luís em outubro de 1822, levada por Joaquim Vieira da Silva e Souza, futuro Juiz de Ausentes no Maranhão. O navio em que viajava, demandando águas de S. Luís, ter-se-ia encontrado com outro, que saíra do Rio em meado de setembro, e por este se veio a saber, através de comunicação de bordo para bordo, que D. Pedro se havia rebelado contra a metrópole.

A notícia do movimento fortaleceu de imediato, como era natural, o grupo de radicais brasileiros, sem enfraquecer de todo, entretanto, o dos radicais portugueses, chefiados por Frei Joaquim. Mas logo se constituíra outro grupo: o dos portugueses realistas, de espírito moderado, que buscavam no conflito uma solução harmoniosa. A estes chamavam os maranhenses de *conspícuos*. Quanto aos radicais de lado a lado, bastará recordar o que então se dizia, para definir com nitidez os campos contrários: *quem não for maroto é maranhoto*.

Um historiador dos acontecimentos dá-nos, sobre a situação maranhense, este pano de amostra: "Multiplicavam-se os assaltos e os saques às propriedades dos portugueses mais em evidência pelas suas idéias absolutistas. Dos conflitos noturnos entre nativos e colonizadores, não raro resultavam ferimentos graves e até mortes."

Um velho vocábulo da língua portuguesa passou a ter no Maranhão, por esse tempo uma significação nova: a palavra *lustru*. Com ela se designavam as surras de pau que "os naturais da terra, especialmente homens de cor, costumavam dar, às caladas da noite, pelas ruas sem iluminação de São Luís, nos pequenos comerciantes e carregadores portugueses."

Se os portugueses se referiam aos brasileiros, designando-os como a *cabralhada*, os brasileiros, por seu lado,

chacoteavam dos portugueses em versos deste teor:

*Marinheiro, pé rapado,
Calcanhar de requeijão,
Quem te deu a confiança
De pisar no Maranhão?*

Enquanto em São Luís a ação da Junta Provisional, com o Bispo à frente, retardava a adesão do Maranhão ao movimento autonomista, iam crescendo no interior os focos de rebelião. Daí dizer-se que a Independência ganhava terreno do centro para a periferia.

Outro historiador maranhense, o Professor José Ribeiro do Amaral, adianta-nos, a esse respeito, apreciando a ação de Lord Cochrane nos acontecimentos: "Quando, a 26 de julho de 1823, apareceu nas águas desta província, a E. do Itacolomin, a Nau Pedro I, a independência do Maranhão, ou, antes, a sua adesão à causa da Independência e do Império, era uma causa ganha; já então se haviam dado recontros entre as tropas portuguesas e as independentes, e alguns deles bem renhidos, tais como o de Bonfim, perto de Caxias, a 25 de maio, e o de Itapeturu-Mirim, a 10 de junho de 1823, em que saíram os segundos vitoriosos. No Itapeturu, Tutóia, S. Bernardo, Icatu, Carnaubeiras, Viana e demais distritos da província, havia já sido solenemente proclamada a Independência. Afora a ilha, restavam apenas à Junta portuguesa os distritos de Alcântara e Guimarães."

A 5 de abril, com o senso exato da realidade que o cercava, mas ainda esperançado numa ajuda da metrópole, Frei Joaquim reunira a Junta em sessão permanente, ao mesmo tempo que apelava para uma assistência do Governo do Pará. Em razão desse apelo, chegou pouco depois a S. Luís uma expedição comandada pelo Sargento-Mor Inácio Antônio da Silva. Este, mal chegou, descobriu na cidade uma conspiração para proclamar a Independência e depor a Junta, o que determinou a prisão imediata do Cônego José Constantino Gomes de Castro, do Comendador Honório Teixeira, do Brigadeiro Manoel Antônio Falcão, do Procurador

da Comarca José de Medeiros, do Brigadeiro Paulo Gama, além de outros supostamente implicados.

Henry Koster, que andou pelo Maranhão uma década antes, nos dá esta idéia do tipo de governo que ali existia: "Depressa percebi que S. Luís era governada pelo poder mais despótico. O povo temia falar e os homens não sabiam se seriam presos pela mais insignificante expressão, sendo difícil escapar. O Governador era tão orgulhoso pelas honras devidas à sua situação que exigia que todas as pessoas que atravessassem a praça, defronte do palácio, o fizessem descobertas, até transpor o mesmo edificio. O Governador não estava sempre à vista, mas essa adoração foi julgada necessária para o prédio dentro do qual ele residia. A distinção somente reservada pela Igreja Romana aos seus altos dignitários não foi, de forma alguma, esquecida por Sua Excelência, demasiadamente exaltado por si mesmo. As pessoas da alta sociedade devem parar o carro ou cavalo, quando o encontram, e só retomar a marcha depois de sua passagem."

Esse tipo de opressão abusiva tinha de suscitar, andando o tempo, a ânsia da liberdade. As gerações nascidas na Capitania não podiam deixar de reagir ao despotismo dos colonizadores, ao mesmo tempo que se lhe arraigava na consciência, com o instinto da nacionalidade, a aspiração de uma pátria própria, que saberiam governar e engrandecer.

É ainda Koster quem informa: "Os criminosos que vimos acorrentados juntos, como em Pernambuco, são mais numerosos, e passando pelas ruas o retinir das cadeias é constantemente ouvido, lembrando aos homens o espírito do governo sob o qual vivem. O poder do Governador é tal que uma pessoa respeitável pode ser sentenciada a esse horrendo castigo, no mínimo até que a justiça possa ser obtida na sede do Governo supremo, no Rio de Janeiro, num período de quatro meses ou ainda mais."

O livro que Garcia de Abranches publica em Lisboa, em fevereiro de 1822,

na Tipografia Rolandiana, sob o título de *Espelho Crítico-Político da Província do Maranhão*, assinado “por um habitante da mesma Província”, constitui a síntese objetiva da situação maranhense, no plano de seu comércio e de sua lavoura, além de um apanhado geral sobre usos e costumes, com alguns fatos notáveis de suas figuras mais ilustres.

O Maranhão não possuía apenas fazendeiros e negociantes, como o Coronel José Gonçalves da Silva, senhor de mais de mil escravos — possuía uma elite de bacharéis formados em Coimbra, como José Mariano Ferreira, Francisco Correa Leal, Joaquim Vieira da Silva, João Bráulio Muniz. E a verdade é que a gente do povo, sobretudo mulatos e negros, se aliou prontamente às suas figuras representativas, lutando no interior e na capital para que se estendesse ao Maranhão a conquista da autonomia nacional.

Enquanto o interior da província era gradativamente conquistado pela rebelião brasileira, a situação em S. Luís se circunscrevia aos recontros noturnos, com o domínio da Junta Provisional amparado pela firmeza do Governador das Armas, Brigadeiro Agostinho Antônio de Faria.

E é nessa hora, com a Junta reunida em sessão permanente, que uma escuna de guerra, *Emília*, acompanhada de transportes de tropa portuguesa, entra no Porto de São Luís. Mas já Cochrane, a bordo da Nau *Pedro I*, navega para o norte, e a 25 de julho, pela manhã, ei-lo a descobrir a terra da costa que corre do Maranhão ao Pará.

Pelo Diário de Frei Manoel Moreira da Paixão e Dores, capelão da Esquadra de Cochrane, podemos acompanhar a ação do Almirante.

O Brigue *Infante D. Miguel*, que sai ao seu encontro com bandeira parlamentar, é colhido de surpresa pelo logro que lhe arma Cochrane: a bandeira da *Pedro I*, em vez de ser a brasileira, é a inglesa. Quando Francisco de Borja Salema Garção, Comandante do brigue, dá pela armadilha, já não pode mais fugir. Ao sair da nau inimiga, leva para São Luís o ofício de Cochrane

à Junta Provisional, intimando-a a fazer aclamar ao Imperador à Independência, sob pena de ver “romper toda espécie de hostilidade por mar e por terra, até que finalmente se conseguisse o desejado fim de unir aquela amena província ao grande todo do vasto Império do Brasil.”

Na noite do mesmo dia, recebe Cochrane resposta ao seu ofício. A Junta lhe declara que no dia seguinte irá visitá-lo, para aderir prontamente à Independência. E no dia seguinte, com efeito, lá estava Frei Joaquim, acompanhado pelos demais membros do Governo, só se retirando pelo meio da tarde, com o compromisso de que, a 28, tudo seria feito como o Almirante queria.

Vale a pena recorrer, ainda uma vez, ao *Diário do Capelão da Esquadra*, para contar a cerimônia: “Logo que a oficialidade chegou a terra se dirigiu ao Palácio, onde, achando-se o Senado da Câmara e mais corporações eclesiásticas, civis e militares, leu o Secretário do Governo os ofícios que tinham recebido do Almirante, assim como os que lhe dirigiram, e depois de dar conta do que o Governo tinha tratado com o Lord sobre o importante negócio da Independência se romperam inúmeros vivas na sala do governo à religião católica, ao Imperador, à Independência e à Constituição Brasileira, os quais vivas foram depois repetidos na varanda do Palácio pelo Presidente da Câmara a que respondeu o povo na rua com o maior entusiasmo. Depois deste aparatoso e lisonjeiro ato (de que tive a dita de ser testemunha), se aprazou o dia 1º de agosto para se prestar o juramento do estilo; terminando-se o festejo de hoje com um magnífico jantar que no mesmo Palácio se deu aos oficiais da nau e mais corporações, onde houve várias saúdes a Suas Majestades Imperiais e à Independência do Brasil.”

Vieira da Silva, na sua *História da Independência da Província do Maranhão*, completa a cena adiantando que “À noite iluminou-se toda a cidade” e esclarecendo mais que “o Lord não veio a terra, nem assistiu ao ato, pre-textando moléstia.”

Maria Graham, que nos deixou mais de um testemunho importante sobre as figuras que ocuparam a cena política do Brasil ao tempo da Independência, diz-nos, a propósito de Cochrane, que "talvez nunca tivesse havido comandante tão terrível para o inimigo antes da vitória, como tão misericordioso depois dela."

No Maranhão, porém, a julgarmos pelo que nos afirmam os historiadores maranhenses, o Almirante parece ter sido exatamente o contrário: misericordioso antes da vitória e terrível depois dela.

Embora marcada para 1º de agosto a composição do governo provisório da Província, só a 7 foram eleitos os seus membros: Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce, Lourenço de Castro e José Joaquim Vieira Belfort, eleitos pela capital, cabendo a presidência ao primeiro; Padre Pedro Antônio Pinto do Lago, Lamagner Galvão, Antônio Burgos, Fábio Gomes da Silva Belfort e José Felix Pereira de Burgos, eleitos pelo Itapicurumirim, cabendo ao primeiro servir como secretário da Junta e ao último como Governador das Armas.

Um historiador maranhense, o Prof. Mário Meirelles, sintetizando a propalada cupidez do Almirante, ao ver chegar a bom termo a sua missão, escreve: "Cochrane, cobrando os serviços prestados e considerando a cidade conquistada, teve como boa presa as propriedades de todos os portugueses, bem assim a dívida ativa até 31 de julho, e nomeou uma junta para executar o confisco. Apreendeu, ainda, todos os escravos que serviam nas canhoneiras e mais os que procuraram refúgio na esquadra, como também 2.970 arrobas de pólvora."

A 20 de setembro, Cochrane deixa São Luís, de volta ao Rio de Janeiro. D. Pedro dele faria Marquês do Maranhão, "por altos e extraordinários serviços em benefício do generoso povo brasileiro, que sempre conservará viva a memória de tão ilustres feitos."

A 9 de novembro de 1824, retornaria ao Maranhão. No seu regresso diz-nos Armitage — encontrou a Província em

estado de anarquia. Não se entendiam o Presidente com as autoridades militares. E mais: tanto o Presidente quanto os militares se confessavam partidários de D. Pedro, mas um grupo acusava o outro de querer implantar a República. Adianta-nos ainda o mesmo historiador: "Como Bruce, então Presidente da Província, muito confiasse na gente de cor, a muitos dos quais havia conferido empregos, a classe mais respeitável dos habitantes recebeu ao Lord com as maiores demonstrações de alegria: de todos os lados se lhe dirigiram representações, até mesmo as senhoras do Maranhão vieram em deputação cumprimentá-lo."

Mais do que qualquer outro documento, a petição que essas senhoras maranhenses, em número de 78, dirigem a Cochrane, pinta com nitidez a situação da província no governo de Miguel Inácio Freire Bruce. Diziam elas, a certa altura do mencionado documento: "Obrigadas as suplicantes pelo Presidente a residir nesta cidade, espetáculo freqüente de pancadas, roubos e assassinatos, e compelidas pelo susto dos ultrajes contra a sua honra, e honestidade, a procurar as casas, e navios de estrangeiros, para ali passarem dias e noites, confiadas nessa tal ou qual imunidade, que ainda a turba insolente tem de alguma maneira respeitado, é impossível que o seu decoro e delicadeza não sofresse a mais pungente repugnância: todavia nenhuma das suplicantes se tem recusado a este único refúgio, temendo o arrombamento de suas portas, à imitação do que se havia praticado a respeito de muitas casas, cujas portas deitadas abaixo a golpes de machado, e pode-se dizer, à face do Presidente, foram roubadas de quantas fazendas se achavam em suas prateleiras, deixando-as inteiramente despidas, e isto ao som de tiros de espingardas, e da mais feia assuada." Adiante, acrescentavam minhas conterrâneas: "Enfim, Exmo. Sr., não há gênero de violências, e insultos que não tenham perpetrado as tropas do Presidente; e à vista de tantos excessos é admirável ou estranho que todos os cidadãos em massa (à exceção de uma insignificante parte) tenham recorrido às armas para se defenderem! Ain-

da na noite de 8 do corrente mês, quando já tínhamos certeza de se achar V. Exa. próximo deste porto, foram cercadas e devassadas com escandalosa infração da nossa Constituição política, as casas de D. Inês de Carvalho, senhora respeitável, e do honrado cidadão o Capitão Manuel Bernardes Lammagner, e assim bem o Convento de Nossa Senhora das Mercês. Ainda na noite de ontem, Exmo. Senhor, achando-se já fundeada no Itaqui a Nau *Pedro I*, se perpetrou igual atentado no Convento de Santo Antônio.”

A ação de Cochrane não se fez esperar: assumindo o comando militar, intimava, três dias após a sua chegada, os dois partidos em litígio, tanto na capital quanto no interior, a deporem as armas. A essa proclamação, datada de 12 de novembro, sucedeu outra, do dia 23, em que anunciava terem terminado as hostilidades, acrescentando que “cada soldado que não fosse de linha receberia um mês de soldo como gratificação para transportar-se à casa, e que todas as pessoas encontradas com armas dentro da cidade ou ilha... seriam processadas conforme a lei militar.”

Diz Vieira da Silva, na *História da Independência da Província do Maranhão*: “Não obstante os esforços do Almirante para o restabelecimento da paz, continuando a dar-se freqüentes levantamentos e pequenas dissensões na província, concebeu ele suspeitas sobre a sinceridade do Presidente, e não tardou a persuadir-se que este alimentava os distúrbios por meio de seus agentes, no intuito de vingar-se daqueles que lhe haviam feito oposição, e que se achavam desarmados. Não faltaram representações e memoriais contra o Presidente, não só dos habitantes como do Cônsul britânico, e do vice-Cônsul da França, queixando-se das arbitrariedades do Presidente Bruce, que, para manter-se no poder, consentia em todos os excessos, muitos dos quais eram praticados pela tropa, cometendo-se assassinatos, sem que seus autores fossem perseguidos e punidos; do mesmo modo que, prevalecendo-se do desarmamento dos seus adversários, deixava saquear e roubar as vilas e povoações do interior.”

E é ainda Vieira da Silva quem escreve: “Por todos esses motivos, Cochrane, no dia 25 de dezembro, julgou conveniente suspendê-lo do cargo de Presidente e encarregar do governo da Província o secretário Lobo, atendendo a que nenhuma relação de interesse, família ou amizade o ligavam aos partidos que com encarniçamento se haviam até então disputado o poder.”

Manuel Teles da Silva Lobo passa assim a primeiro plano na cena política maranhense, e vai ser, daí por diante, uma figura controvertida, talvez ainda não convenientemente apreciada com a necessária isenção.

Três periódicos locais espelham e sintetizam as correntes de opinião que se digladiavam na Província: *O Argos da Lei*, de Odorico Mendes; *O Censor*, de Garcia de Abranches, e *O Amigo do Homem*, de João Crispim Alves de Lima. Dos três era este o mais antigo, pois vinha de 1823, e se batia pela causa mais odiosa: era contrário à Independência.

Português de nascimento como João Crispim, Garcia de Abranches reconhecia a Independência, mas atuava dentro de uma linha conservadora e moderada, que destoava da que seguia *O Argos da Lei*, sob a pena ainda jovem de Odorico Mendes, amigo de Manuel Teles da Silva Lobo.

A leitura de *O Argos da Lei* é indispensável para que se tenha a imagem exata da situação maranhense que Manuel Teles da Silva Lobo teve de enfrentar. O jornal surgiu a 7 de janeiro de 1825; a 28 do mesmo mês ia aparecer *O Censor*. Um jornal completa o outro, como espelho da crise. E ambos nos ajudam a compreender a figura de Cochrane, num jogo de contrastes e confrontos.

Logo no primeiro número de *O Argos da Lei*, eis este trecho do artigo de Odorico aplaudindo uma ordem de Cochrane para que as guardas cívicas, que faziam a ronda da cidade, fossem constituídas por brasileiros natos, ou naturalizados de toda a confiança: “Desenganemo-nos, a cor não é que torna os homens bons ou maus: pela péssi-

ma educação, muitos brancos da Europa são tão vis e tão baixos como esses mulatos que andam a espancar, a roubar a matar, pelas ruas da cidade.”

A autoridade de Cochrane, como se vê da correspondência do Presidente que O *Argos da Lei* publicava, sabia descer a minúcias, de que constitui testemunho este pedido de Manuel Teles da Silva Lobo: “Desejando manter, quanto em mim couber, a boa administração da Polícia, como me impõem os deveres do meu cargo, rogo a V. Exa., em bem do público, haja de ordenar ao corpo de Polícia que faça as suas rondas com espadas ou terçados, a exemplo dos países mais civilizados; por isso que se torna absolutamente inútil o uso de armas de fuzil naquele corpo.”

Ao antigo Presidente, deposto no dia de Natal, Lobo mandou este ofício, datado de 31 de dezembro de 1824: “Sendo evidente que a continuada presença de V. Exa. nesta cidade é causa de fermentação que ainda agita o povo, e se expõe a perigo a pessoa de V. Exa., sou obrigado a dizer que é necessário que V. Exa. embarque hoje antes de posto o sol; achando-se para isso o navio *George* inteiramente pronto. V. Exa. pode ficar seguro que não se tenciona apressar a saída do navio, sem dar tempo a que V. Exa. faça os arranjos que lhe forem necessários; antes pelo contrário, dar-se-ão todos os meios para V. Exa., depois de embarcado, completar seus arranjos, se V. Exa. significar que este é o seu desejo.”

A resposta de Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce merece transcrita: “Como, pelo ofício que hoje me dirigiu V. Exa., venho no conhecimento de que não há nesta cidade autoridade com força ou meios capazes de garantir a segurança pessoal de um cidadão, vejo-me por isso obrigado a ir dormir já hoje a bordo do navio *George*, sem poder levar comigo coisa alguma; pois que, segundo as participações do Sr. Almirante, tinha feito o meu arranjo para sair no dia em que costumam largar deste porto todas as embarcações. E quando se ache que é conveniente à segurança pública que eu faça a minha viagem somente com a roupa do corpo, com que vou para

bordo, sempre me achará V. Exa. conforme com tudo aquilo que me for determinado.”

De que Manuel Teles da Silva Lobo tinha pressa em passar o cargo adiante a melhor prova é o ofício que, menos de uma semana depois de empossado, dirigiu ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, com a data de 1º de janeiro de 1825: “Pelo ofício número 1, que tive a honra de dirigir a V. Exa., em data de 31 de dezembro, conhecerá V. Exa. que me acho nomeado Presidente interino desta Província pelo Marquês do Maranhão, em consequência de haver sido suspenso, pelo dito Marquês, o Presidente Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce; e, como o melindroso estado desta Província (do qual V. Exa. será ciente pela representação dirigida a S. Majestade o Imperador) exige imediatas e terminantes providências, rogo a V. Exa. haja de levar ao Augusto conhecimento do mesmo Senhor a necessidade de ser nomeado, quanto antes, um hábil e ativo Presidente para esta Província: cuja eleição nunca deverá recair em indivíduo que não seja oriundo desta Província, por isso que este é um dos principais motivos que tem originado as desordens de que tem sido tão abundante a Província do Maranhão; a fim de que S. Majestade, tomando este objeto na sua imperial consideração, resolva o que for mais do seu agrado.”

A essa sugestão estranha, opôs Odorico Mendes, no seu jornal, ao publicar o ofício do Presidente, o reparo de seu protesto, nestes termos: “Este ofício, cheio de tanta modéstia, mostra o bom ânimo do seu ilustre autor: tem sido por certo, em tão pouco tempo, muito providente e ativo; mas sou de opinião diversa acerca do que diz dos filhos desta província, isto é, que o cargo de Presidente em nenhum deles deve recair. Na verdade, eu não quisera ver na presidência um daqueles que têm abertamente figurado nestas dissensões civis; mas, quando S. M. I. e C. não se dignasse confirmar na pessoa do Excelentíssimo Senhor Manuel Teles da Silva Lobo o emprego que tão merecidamente vai ocupando, e o co-

metesse a um maranhense honrado, pacífico, e amigo da Nação, nenhum disabor isto me causaria nunca; pois tal qualidade não deve ser jamais um motivo de exclusão; tanto mais porque ninguém ainda provou que o ser o ex-Presidente daqui natural fosse uma das causas que o encarniçaram tanto contra o Partido dissidente.”

Dirijindo-se à Câmara da Cidade, a 11 de janeiro, o Presidente Lobo se ocupa, com ênfase, da liberdade de imprensa: “Altamente convencido que uma das mais valentes escoras da Constituição do Império é a liberdade de imprensa, ordeno à Câmara da Capital que tome as necessárias medidas para serem eleitos os juizes de fato, na forma do § 21 do projeto de lei de 2 de outubro de 1823, mandado executar provisoriamente pelo decreto de 22 de novembro de 1823: assim o cumpra.”

Valendo-se dessa liberdade, Garcia de Abranches logo entraria a criticar com veemência o todo poderoso Marquês do Maranhão, nas colunas de *O Censor*, sem se intimidar com seu cargo nem com as armas de que dispõe.

Quando Caldeira Brant, futuro Marquês de Barbacena, sugeriu a José Bonifácio que atraísse Cochrane, então no Chile, para a causa do Brasil, teve o cuidado de acentuar: “Oíço que é muito amigo do dinheiro.”

Com razão observa Tobias Monteiro, a propósito da propalada cupidez do Almirante, que “Cochrane, bom inglês, discutia os seus interesses como a coisa mais natural do mundo,” enquanto que “tais negociações desde logo produziram mau efeito sobre o ânimo dos brasileiros, que consideram nobreza não fazer caso do dinheiro, o vil metal.”

Ora, apaziguada a Província, posto no governo o Presidente Lobo, Cochrane tratou de cobrar aquilo que, no seu entender de homem prático e positivo, lhe era devido pelo Maranhão.

A 20 de janeiro de 1825, em officio ao Presidente Lobo, reclamava Cochrane que “lhe fossem entregues os dinheiros e mais propriedades, que pertenceu a esquadra por ocasião da capitulação das autoridades portuguesas

do Maranhão,” tudo perfazendo a quantia de 424 contos de réis. No entanto, estaria inclinado a receber pelo débito, com total quitação, apenas a quarta parte daquela quantia, ou seja: 106 contos, desde que pagos no prazo de trinta dias.

A solução do pagamento dependia de uma Junta presidida pelo próprio Silva Lobo. Convocada esta, não pôde reunir-se por falta de número, tendo dado parte de doentes o Desembargador André Gonçalves de Souza e o Tesoureiro Manuel Gomes da Silva Belfort. Marcada nova reunião para 3 de fevereiro seguinte, terminou por se reunir e deliberar em favor do pagamento, por quatro votos contra dois, estes dois correspondentes ao desembargador e ao tesoureiro. O primeiro não se limitara a dar seu voto — emitira longo parecer escrito, corajosamente concatenado; e que assim concluía: “Suponhamos, afinal, que esta pretensão de Lord Cochrane é por título de presa: já houve por acaso sentença do Tribunal competente que, em última instância, a julgasse boa? Pois, somente depois de a haver, é que ele poderia pretender os bens apresados e deles dispor, e não praticar o que fez e, acima fica dito, e só por esse fato teria perdido todo o direito, ainda no caso de o ter.”

A chegada a São Luís, no começo de fevereiro, de Pedro José da Costa Barros, nomeado Presidente da Província em substituição ao Presidente Bruce, não perturbou Cochrane. Foi este recebê-lo prestou-lhe as honras de estilo, prontificou-se a dar-lhe posse imediatamente. Mas a isto se opôs Costa Barros com o argumento de que, estando em paz a Província, desejava instruir-se melhor sobre a situação local antes de assumir a presidência. No entanto, daí a dias, já sabedor da pressão de Cochrane para receber o que achava lhe era devido, mudou de parecer, e quis tomar posse; já aí o Almirante, compreendendo que com ele não podia contar, tratou de adiar a solenidade, sob o pretexto de que, havendo oficiado para o Rio sobre os últimos acontecimentos, queria ter primeiro em mão uma resposta. Costa Barros reagiu, chegou a ameaçar de responsabilizar o Lord pe-

rante o Imperador, mas Cochrane foi inflexível — não lhe deu posse.

Em março, como Costa Barros quisesse levar adiante um plano que o levaria a empossar-se pela força, Cochrane imediatamente o prendeu como conspirador, despachando-o para o Pará, no Brigue *Cacique*.

Antes, com data de 10 de março, fez divulgar esta Proclamação: “Constando que pessoas mal intencionadas têm procurado semear a discórdia e descontentamento, por vários meios e sob vários pretextos, a fim de efetuar a prisão do Excelentíssimo Senhor Presidente interino, e de derrubar o Governo estabelecido; e constando igualmente que o referido ultraje e insulto a S.M.I. (cuja decisão a respeito da nomeação do dito Presidente interino ainda não veio) foram atalhadas pela chegada de uma força ontem à noite, de bordo da Nau *Pedro I*; e sendo necessário empregar as mais eficazes medidas, a fim de evitar a recorrência desses males que tanto flagelaram esta Província. Em virtude do poder e autoridade a mim concedidos para a restauração e manutenção da tranquilidade e boa ordem, cujos poderes tão vantajosamente tem sido exercitado até agora, declaro estabelecida a Lei Militar dentro do perturbado distrito da Ilha do Maranhão, até à chegada de Instruções de S.M.I. ou até que o cego espírito de facção, não tendo em vista objeto algum racional que se possa alcançar, fique sossegado.”

A pena de Garcia de Abranches, no *O Censor*, não se intimidou, mesmo assim, com os poderes de Cochrane; continuou a mover-lhe guerra, tenazmente, inflexivelmente, tanto para lhe profligar a conduta com relação a Costa Barros quanto para se opor ao pagamento que insistia em querer arrancar dos cofres da Província.

A 12 de março, já no regime da Lei Militar, Cochrane dirige um *ultimatum* à Junta, com a notícia de que deveria ela reunir-se a 14, a fim de que ele e seu estado-maior ali comparecessem. E com efeito, no dia aprazado, lá esteve, logo ouvindo a declaração de que o pagamento seria saldado, de acordo com os seus desejos.

César Augusto Marques adianta-nos que, “Depois dessa façanha, voltou-se o Lord para o cofre dos órfãos e ausentes, e quis apanhar todo o dinheiro ali arrecadado. Mas a isso opôs-se tenaz e vigorosamente o Dr. Joaquim Vieira da Silva e Souza, como Juiz dessa Vara; e, de tal forma o fez que o Almirante abandonou as suas injustas pretensões.”

Ao ver-se pago, Cochrane baixou a seguinte Ordem-do-Dia, com data de 8 de abril de 1825: “Sua Excelência o Sr. Marquês do Maranhão manda declarar aos corpos militares de 1^ª e 2^ª. Linha, que de hoje em diante fica encarregado do Governo das Armas desta Província o Excelentíssimo Sr. Presidente interino da mesma o Coronel Manoel Teles da Silva Lobo, percebendo o soldo, gratificação, cavalgadas e forragens que em razão do mesmo cargo lhe competir; e que fica também encarregado da Secretaria do mesmo Governo das Armas o Secretário do Governo Civil o Sr. Tenente-Coronel Joaquim Ferreira França.”

O Almirante preparava assim a sua retirada. Antes, teria de justar contas com o seu mais tenaz acusador, Garcia de Abranches. Depois de intimá-lo a suspender a publicação de *O Censor*, fê-lo prender no Forte da Ponta da Areia. Conta-nos Dunshee de Abranches, que sobre este seu parente escreveu excelente monografia, que, no momento de ser preso, o bravo jornalista mostrou a pena com que estava escrevendo e disse ao oficial e à escolta que o fora prender: “Olhem, não se esqueçam de participar a esse Lobo faminto e ao Lord, sedento e insaciável ouroxuga, que, enquanto tiver esta arma, hei de desmascará-los à face da Pátria e da História!”

Do Forte passou Garcia de Abranches para o Brigue *Aurora*, de onde, a 3 de maio, foi deportado para Portugal. Em Lisboa, mal chegou, deu outra prova de sua fibra: redigiu um *Manifesto* contra Lobo e Cochrane, no qual os definia como “dois monstros com figura humana, cúmplices ambos de horrorosos atentados, cujo exemplo raro até entre os mais bárbaros, é um documentos assaz ponderoso para serem

considerados como réus de lesa-humanidade, perturbadores da ordem e sossego público, e dignos de seus nomes execrandos serem riscados da lista dos cidadãos em países livres e civilizados." Sua ira mais vibrante se volta contra o Lord: "Lord Cochrane, este afamado herói dos Mares do Sul da América, teria sem dúvida enobrecido os fastos de sua história, e granjeado um nome imortal em sua carreira militar e política, se a sagrada fome do ouro, que o devora, o não precipitara do cume de glória, a que seus ilustres feitos o tinham elevado, para o colocar no lugar que justamente lhe compete de um simples e banido aventureiro, vendido ao capricho de sua cega e dominante paixão, e nada escrupuloso na escolha de meios, uma vez que consiga os fins que sua sórdida e desmedida ambição lhe inspira."

No entanto, superpondo-se à veemência de sua cólera, o jornalista irritado sabia abrir espaço no seu manifesto de exilado para reconhecer os méritos de seu algoz. E escrevia: "Entretanto, razão há que confessemos os serviços que em qualidade de Pacificador prestou à boa causa do Brasil, já cooperando para o triunfo final de sua Independência nas Províncias do Norte, já dissipando sem efusão de sangue os horrores da anarquia, em que ardião Pernambuco, Ceará e Maranhão, já comovido do doloroso quadro das públicas desgraças, que oprimiam esta infeliz Província, heroicamente representado pelas aflitas e consternadas Senhoras de S. Luís, como se vê em seu discurso. Ele, com inimitável prudência e valor, cortou pela raiz a perniciosa origem de tantos males, depondo e remetendo para o Rio de Janeiro (com outros da mesma espécie) o malvado Freire Bruce, esse monstro de indômita fereza, em cujas sanguinárias mãos se achava depositado o cargo de Presidente da Província, e por cuja ordem e proteção impune se cometiam os mais horrorosos assassinios, violentos roubos e atentados de todo gênero, pelo que até mereceu o Lord Pacificador ser divinizado com o título de — *Anjo Libertador*."

Em Garcia de Abranches, como se vê, o sentimento de justiça podia mais que a paixão da ira. E o retrato que de

Cochrane nos traça, ainda molhando a pena no fel de suas amarguras de desterrado, não destoia do retrato que podemos pintar hoje, com a perspectiva histórica trazida pelo tempo.

Um ponto nos parece obscuro na conduta do Lord Pacificador no Maranhão — o da pressa com que pagar-se. Quis agir com rapidez, a ponto de pretender raspar o cofre dos Órfãos e Ausentes. Diz-nos Armitage, para explicar-lhe a aflição, que Cochrane sabia que as condições de paz que se negociava, para o reconhecimento do Império por parte de Portugal, "estatuíam a restituição de toda a propriedade portuguesa." Ora, em propriedades portuguesas tinha o Lord, em São Luís, boa parte dos haveres que lhe haviam tocado como presa de guerra.

Mas há um documento que suponho ainda não foi devidamente apreciado e que traz uma luz nova para a compreensão melhor do Almirante na sua volta ao Maranhão. Refiro-me ao que nos conta Maria Graham, no *Escorço biográfico de Dom Pedro I*, resumindo uma entrevista que tivera com a Imperatriz: "Uma manhã, cedinho, recebi um aviso dela. Desejava que eu fizesse o possível para estar no Paço da Cidade, a uma certa hora, nesta mesma tarde, porque ela me queria ver particularmente. Em consequência, parti numa caleça pela hora marcada, e apenas chegava à cidade, o cocheiro, guiando furiosamente, subiu pelas escadas de um convento, com tanta violência que quebrou a cabeça completamente em pedaços e atirou-me do outro lado da rua, onde caindo sobre o pulso de minha mão esquerda quebrei o osso pequeno. Fiquei aturdida com a queda. Contudo levantei-me rapidamente. Chegavam exatamente dois oficiais da Marinha Francesa que me acompanharam até o Dr. Dickson, onde tive o braço bandado e após beber um pouco de vinho Madeira e água, parti de novo para o Palácio, onde a Imperatriz, a princípio, acreditou ser meu estado muito grave até que eu pude explicar a causa do sofrimento que não podia esconder. Ela entrou muito ansiosamente no assunto por cuja causa me havia chamado e não pude senão sorrir enquanto ela fa-

lava, ao pensar que ela própria estava abrindo caminho para que eu entrasse na política se tivesse para isso inclinação. Queixou-se a mim de que os Ministros de então eram todos portugueses de coração; que os seus interesses comerciais, quase idênticos aos de Portugal, os tornavam muito tímidos quanto aos resultados da guerra naval em curso no Norte; que as propriedades confiscadas como presa de guerra, dos velhos portugueses, eram geralmente, de fato, senão a metade, de brasileiros; e ainda que os Ministros se envergonhassem, publicamente, em alegar isso como razão da frieza com que olhavam o sucesso da esquadra no Maranhão e Pará, não poderia haver dúvida quanto aos sentimentos deles com relação ao presente estado de coisas. O Imperador havia até então desprezado as insinuações e mesmo os conselhos claros, mas eles haviam agora tocado em um expediente para conquistá-lo à opinião de'les, que não tinha senão grandes possibilidades de sucesso."

A esta altura, peço-vos, à maneira de Machado de Assis num de seus contos, que redobreis de atenção. Cito ainda Maria Graham: "Era sabido que Dom Pedro tinha grande consideração pela sua mãe, e era também sabido que ela lhe inspirava quase tanto amor quanto temor. Eles haviam, pois, espalhado a notícia, havia algum tempo, que as Cortes a mantinham em tal submissão e lhe concediam uma renda tão escassa, que ela precisava de algumas necessidades para viver. Chegaram a iniciar uma subscrição para a Rainha e cada um contribuía na proporção de seus desejos de ser bem visto na Corte. A consequência de tudo isso foi uma grande disposição para se dar ouvidos ao plano da Rainha de reconquistar o Brasil, como um apanágio da Coroa de Portugal, por meio de um casamento de Dona Maria da Glória com seu tio Dom Miguel, cujo atroz caráter não era conhecido então senão no Brasil. Havia esperanças de que as Cortes não poriam nenhum embaraço. Ouvia eu Sua Majestade Imperial falando-me pela primeira vez sobre negócios públicos, mas ela em breve chegou à razão de minha chamada. Ela disse

que um dos modos de agradar a Rainha de Portugal em que se havia pensado, posto que Dom Pedro nunca o aceitasse, poderia ao menos entrar em execução até certo grau. E dificilmente se-rei acreditada quando contar a louca atrocidade do plano. Em primeiro lugar, toda mercadoria portuguesa, pública ou privada — munições de guerra ou mercadoria — seria devolvida e dadas indenizações pelos danos feitos no curso da guerra. Os chefes da esquadra deveriam ser declarado traidores por terem atacado a propriedade de súditos de D. João VI, protestando-se que as credens haviam sido, não de chegar a uma guerra no momento, mas simplesmente vigiar as costas. Suas propriedades seriam confiscadas e eles próprios apriisionados ou submetidos a qualquer outra punição que se julgasse conveniente infligir, e os oficiais inferiores seriam todos demitidos sem nenhuma outra nota. Este plano devia corresponder a dois fins que os Ministros tinham muito a peito, além de agradar a Rainha de Portugal: verem-se livres de estrangeiros, cuja presença lhes era uma dor e um agravo, e aliviar o Tesouro do Brasil de uma quantia que eles teriam prazer em recolher sendo imensa, e que tinha sido prometida ao Almirante, oficiais e soldados, ao ingressarem ao serviço do Brasil. Sua Majestade Imperial perguntou-me então se eu nunca havia tido nenhuma comunicação com Lord Cochrane; eu disse que havia recebido um grande pacote dele pelo correio, contendo um jornal e um panfleto com estatísticas da Província do Maranhão, juntamente com poucas linhas de um de seus secretários, dizendo que o Lord estava muito ocupado para escrever, mas rogava que eu levasse aqueles papéis para a Europa, se para lá seguisse. Ela então me pediu que escrevesse a S. Exa. narrando tudo o que me havia dito e que o avisasse de que, se ele prezava a sua liberdade ou sua dignidade, não entrasse no porto do Rio de Janeiro, enquanto estivesse no poder o atual Ministério."

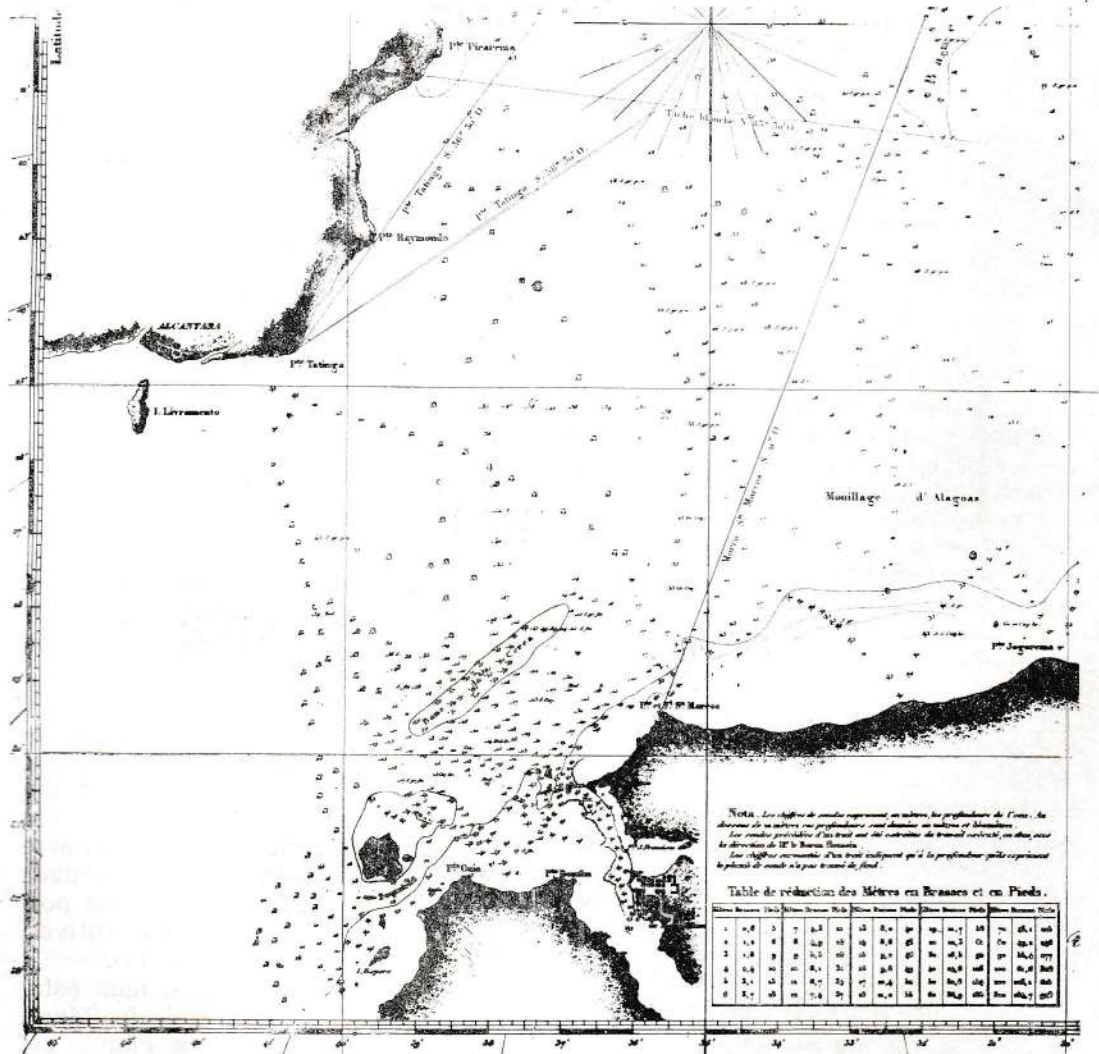
Esclarece Rodolfo Garcia, num estudo introdutório ao texto de Maria Graham, que a carta desta, com o recado da Imperatriz, teve no Capitão Grenfell seu portador seguro.

Avisado pela boa amiga, Cochrane mediu a extensão do perigo que andava a correr e tratou de acelerar a solução de seus negócios. Daí a urgência em receber a sua parte na campanha do Maranhão. Não quis sequer lutar pelo total que, no seu entender, lhe era devido. Reduziu-o à quarta parte, pagas em cinco parcelas durante um mês.

Embolsado o dinheiro, como homem prático, o Marquês do Maranhão não veio para o Rio de Janeiro, onde era aguardado: aproveitou a direção dos ventos e rumou a 20 de maio, na Fragua *Piranga*, com destino à Inglaterra,

depois de passar a *Jewett* o comando da *Pedro I*. Em *Portsmouth*, onde aportou ao fim de trinta e sete dias de navegação, manteve içado no seu barco o Pavilhão Brasileiro, até ser reconhecida por Portugal a Independência do Brasil.

Diz-nos *Armitage* que o Ministério, no Rio de Janeiro, recebeu com a mais viva indignação a notícia de tais acontecimentos. Sinal de que a Imperatriz *Leopoldina*, por intermédio de *Maria Graham*, tinha dado a *Cochrane* o aviso correto na hora oportuna.



Baía de S. Marcos no Maranhão
Por Tardy-de-Montravel. (1845)



Almirante John Pascoe Grenfell

GRENFELL E A INDEPENDÊNCIA DO PARÁ

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

Portugal exerceu, em vasto trecho do espaço amazônico, durante duzentos e sete anos, o direito de soberania, decorrente de descobrimento, conquista, exploração e domínio ininterrupto. Principiara, em 1616, com a fundação do fortim do Presépio, por Francisco Caldeira de Castelo Branco, raiz da Cidade de Belém e ponto de partida para toda aquela operação que lhe valeu um

império de gigantescas proporções, que em 1823 passaria a integrar o Império Brasileiro, estabelecido no ano anterior e para cuja criação os que haviam nascido na Amazônia não se mostravam indiferentes ou em oposição. No decorrer dessa empresa política, registraram-se episódios que importaram a constatação de que aquela soberania não se exerceria tranqüilamente, em-

bora, insista-se, em nenhum momento interrompida ou perigando. Inicialmente, foi a presença de ingleses e holandeses, que, chegados antes de 1616, mantinham-se na região do delta, costa do Amapá e região dos estreitos, com feitorias para o extrativismo vegetal e animal, no caso os peixes, e com pequenos estabelecimentos militares, vencidos na resistência que pretenderam oferecer. Depois, foi a vez dos franceses que, descendo de Caiena, tentaram conquistar a costa até a foz do Amazonas, também repelidos. Por fim, os espanhóis, que se atribuíam, pelo Tratado de Tordesilhas, um título de legitimidade para seu intento de posse efetiva: no Solimões, com aldeias montadas pelos Jesuítas a serviço da Espanha; no alto Rio Negro e no vale do Rio Branco, que atingiram em expedições militares, facilmente contidas, e já no momento da definição demarcatória, decorrente do Tratado de S. Ildefonso, de 1777, na pretensão de ocupar novamente o Solimões.

Em todos os encontros, com ingleses, holandeses, franceses e espanhóis, a vitória foi alcançada pelos luso-brasileiros, que, num sertanismo sensacional, na busca da *droga do sertão*, a especiaria local, de grande procura nos mercados europeus, haviam promovido o crescimento do espaço político, criando uma Amazônia lusitana, posteriormente brasileira, de proporções que viam assegurar, ao Brasil em formação, aquela característica, marcante, de país-continente.

Missionários, colonos, sertanistas, militares, servidores do Estado, montando núcleos urbanos, fortins, para assegurar o domínio, explorando a natureza virgem, organizando os serviços públicos, estabelecendo, portanto, uma ordem que se tornou efetiva e definitiva pela elaboração de uma sociedade mestiça, de que participavam portugueses, inclusive casais açorianos, aborígenes locais e pequeno contingente negro-africano. Uma política de Estado, decretada de Lisboa, visando à permanência daquela soberania, importava admirável trabalho de integração e de valorização que tomou proporções sob o consulado do Marquês de Pombal,

quando toda uma série de medidas de incentivo, de preservação, de segurança, foi mandada aplicar, com resultados memoráveis. Até na defesa do equilíbrio da natureza, espoliada ardentemente pelos colonos, no apetite desenfreado e no primarismo de sua aventura econômica, cogitou-se numa legislação, realmente refletindo a sabedoria por que, no Reino, era estimada a ação de presença e de permanência dominadora de Portugal na região.

As condições geográficas tinham indicado a conveniência de desligar-se aquele pedaço do império na Sul-América de sua subordinação ao Brasil. E ao lado do Estado do Brasil, criara-se o Estado do Maranhão e Grão-Pará, mais tarde do Grão-Pará e Maranhão e, finalmente, do Grão-Pará e Rio Negro.

Ao findar o século XVIII, a Amazônia, separada do Brasil, com capital em Belém, compunha-se de duas capitânias: a do Grão-Pará e a de São José do Rio Negro, posteriormente Estado do Amazonas. Sua vida processava-se, insista-se nesse aspecto de sua realidade, inteiramente à revelia da vida que se processava nas outras partes do Brasil. Suas relações com o outro Brasil, representado não no Rio de Janeiro, no Sul ou no Nordeste, mas no Brasil Central, de Goiás e Mato Grosso, operara-se pelos Rios Tocantins-Araguaia e Madeira-Mamoré-Guaporé. Eram relações mercantis que durante algum tempo tinham possuído intensidade, certa vitalidade, mas que, às vésperas do fim do período colonial, já não possuíam o mesmo vigor. Tudo lhe chegava, diretamente, pela via atlântica, de Lisboa e não do Rio. Essa situação começaria a alterar-se com a vinda da Família Real, em 1808, quando o Rio de Janeiro passou a substituir Lisboa e a exercer aquela posição, não mais transitória, excepcional ou medíocre, de coordenadora da colônia, pois que ascendia, com a presença da Corte, à condição de sede de Monarquia, com a conseqüente posição nova de região, autônoma, da velha Monarquia portuguesa.

A Amazônia quase crescera, nesse fim de período. Em 1786 e 1790, o Governador Lobo D'Almada, do Rio Ne-

gro, projetara lançar-se sobre os territórios espanhóis do Cassiquiari, em movimentos rápidos, visando incorporá-los ao domínio de Portugal. Entre 1790 e 1803, D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho projetara ocupar a Guiana Francesa, para conter as penetrações que de lá continuavam a efetuar-se sobre a área do Amapá e, mais, para evitar a contaminação ideológica da Revolução, que já fizera emigrar, para Belém, colonos que fugiam ao movimento. Em ambas as oportunidades, os projetos não se corporificaram porque os altos escalões da Coroa, desaprovando-os, contiveram o apetite territorial dos dois governantes.

Com a invasão francesa a Portugal, no entanto, aquele segundo plano fora realizado, ocupando-se Caiena e territórios adjacentes de 1808 a 1815. Então, o Intendente, futuro Marquês de Queluz, sugeriu a D. João a incorporação das duas outras Guianas, a britânica e a holandesa, mais a venezuelana que, somadas à luso-brasileira, isto é, o que é hoje o Território do Amapá, comporiam um Reino, vassalo de Portugal.

A economia que se realizava já não era tão expressivamente a da coleta da *droga do sertão*. Realizava-se uma experiência agrária e um criatório, incentivados pelo Estado. Plantava-se cacau, cana, café, algodão, fumo. Criava-se gado no Marajó, no baixo Amazonas e nos campos do Rio Branco. A mineração não constava das atividades materiais. A exportação de produtos primários era intensa, em particular as madeiras. Com elas, fizeram-se os pisos, tetos e portas do Palácio de Queluz. Havia pequenos estaleiros de construção naval, pois que todo o vaivém de homens e mercadorias se operava com a utilização das águas dos rios da grande bacia hidrográfica. Em Belém, funcionava estaleiro de maiores proporções, criado pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A vida urbana processava-se em pouco mais de 50 sedes de municípios. Belém era o maior núcleo. Na Capitania do Rio Negro, em Lugar da Barra, hoje Manaus, disputando a Barcelos o comando político da região, concentrava-se a população

maior. Os Algarismos que expressavam, demograficamente, a Amazônia, eram, em 1799: 67.918 habitantes, no Pará e 15.480, no Rio Negro, portanto, 83.454; em 1816, 94.125. Havia um bispado, criado em 1720 e duas vigararias gerais, uma em Santarém e outra no Rio Negro. As comarcas eram também duas. Do ponto de vista da preocupação cultural, o que havia de mais importante era o Jardim Botânico, criado graças à contribuição trazida por dois emigrados franceses, de Caiena, Jacques Sahut e Renée Crenouilier. Um teatro, começado em fins do século XVIII, em Belém, risco do arquiteto Antônio José Landi, não fora concluído. Faziam-se pequenas representações em locais não apropriados. O ensino circunscrevia-se às escolas laicas, estabelecidas depois da perda de poder das ordens religiosas, no Seminário Episcopal e num curso de maior graduação, mandado funcionar pelo último Capitão-Geral, o Conde de Vila Flor.

A essa altura, convém lembrar, a Amazônia via-se cercada por territórios em plena agitação política, que levaria à mudança do sistema de vida, fruto da ideologia do *Iluminismo* e da Revolução Francesa. Em Caiena, registravam-se ocorrências desagradáveis, entre colonos e escravos africanos, provocando a emigração de proprietários. Na área de raiz espanhola, a revolução principiara em 1810 e já atingira as fronteiras com o Brasil. As medidas de segurança, como era natural, se vinham adotando, receosas as autoridades do que pudesse ocorrer em conflito com os interesses de Portugal. As guarnições eram mantidas, na fronteira, em permanente estado de alerta e o desembarque, em Belém, realizado sob severa inspeção. No Arquivo Público do Pará, encontra-se interessante documentação referente a esse estado de espírito e às instruções expedidas do Rio, para evitar o contágio das idéias perigosas ao regime político vigente. No alto Rio Negro, também os rebeldes espanhóis do Orenoco, através do Cassiquiari, procuravam seduzir a guarnição brasileira da fronteira, ao mesmo tempo que faziam ameaças de invasão.

O esforço de preservação, no sentido de evitar a penetração da ideologia

francesa e norte-americana, no entanto, não produzira os frutos imaginados. E já em denúncia ao Conde da Barca, sobre reuniões que se realizariam na residência do Ouvidor Joaquim Clemente da Silva Pombo, dizia-se que tais reuniões eram assembléias em que se discutiam as novidades dos *pedreiros livres* e jacobinos. Quando, por isso, à nova do movimento do Porto, de 1820, os ânimos começaram a exaltar-se, não havia de que admirar-se. E a 1º de janeiro, depois de acerto do movimento, na casa do comerciante João Batista da Silva, às sugestões de Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, a guarnição de Belém rebelou-se, depondo a Junta, que substituíra o Conde de Vila Flor, que fora ao Rio para casar-se, organizando-se outra, e desse modo iniciando-se a série de acontecimentos que findariam com o Sete de Setembro. A Amazônia, com o pronunciamento de 1º de janeiro, fizera-se pioneira. Porque só de então em diante é que, seguida pela Bahia, começaria, em profundidade, a mudança política no Brasil.

Essa mudança política não mais se conteria, porém, no simples objetivo da aceitação do liberalismo, que se anunciara no Porto, em 1820. Porque, enriquecida ou modificada entre nós, tomara uma nova cor, a de separação, o que significaria a ascensão soberana, como estava sucedendo nas outras áreas das Américas e já sucedera nas treze colônias inglesas, constituídas em União Norte-Americana desde 1776, e também no Haiti desde 1804. O que seria de esperar, no particular da Amazônia, face aqueles acontecimentos tão expressivos, é que ela, de logo assumisse posição de relevo, partindo para o aceleramento do processo de autonomia total. Tal, no entanto, não sucedeu. As autoridades portuguesas, à frente delas o Brigadeiro José Maria de Moura, impediram, a todo custo, a iniciativa. Toda sorte de atos enérgicos, violentos mesmo, praticaram-se. Movimentos revolucionários, a 14 de abril e a 28 de maio de 1823 foram esmagados. O governo municipal, representado na Câmara de Belém, dissolvido, como também dissolvida a Junta de Governo. A que ele nos extremos de sua

ação, fizera constituir, mostrara-se indecisa em certos momentos, mas desaprovava, por fim, a sentença de morte, decretada contra os que tinham tentado a revolução emancipacionista. O jornal *O Paraense* foi fechado e confiscada a tipografia, circulando, em substituição, o *Luso-Paraense*. Aquele defendia a independência; este, o retorno à condição de colônia.

A agitação, todavia, não se encerrara. As denúncias, que chegavam do interior, mostravam que a idéia de emancipação tomava corpo. A essa altura, em Lisboa, cogitava-se em graduar a Amazônia em vice-reinado, desligado do corpo do Brasil.

Na noite de 11 de agosto de 1823, no entanto, fundeava no Porto de Belém o Brigue de Guerra *Maranhão*. Hasteava o pavilhão imperial. Comandava-o John Paschoe Grenfell, da frota com que Lord Cochrane, depois de integrar, ao Império, a Bahia, realizara igual façanha no Maranhão, completando o esforço que os baianos e os maranhenses vinham fazendo para opor-se a permanência do domínio de Portugal e integrar-se, em definitivo, na família brasileira do novo sistema, o imperial, que o Príncipe D. Pedro, com o gênio político de José Bonifácio, adotara como fórmula para a experiência política que o Brasil passava a adotar.

Cochrane, depois do êxito que alcançara em São Luís, determinara a viagem de Grenfell ao Pará. Era preciso encerrar a aventura que militares portugueses, com a cooperação de homens de negócio, também portugueses, sem quererem aperceber-se do fato consumado que era a Independência do Brasil, teimavam em promover. Nas instruções baixadas, a 5 de agosto de 1823, ao comandante do Maranhão, o almirante inglês a serviço do Brasil dizia: "Sendo muito duvidoso, nas circunstâncias actuaes, eu poder seguir a minha primeira intenção qual a de ir com a não *Pedro Primeiro* ao Pará, tenho resolvido mandar Vm. e deixar à sua descrição (discreção) os pontos de menor importância, dando-lhe as seguintes regras para a sua conducta em geral: 1º — Depois de tomar um práctico, Vm. se dirigirá ao Pará e onde

diligenciará para obter outro pratico do rio Salinas, e, se achar que o primeiro não será capaz de o levar para cima. 2º — Tomará todas as cautelas para que não haja comunicação com a terra, nem levar cartas, a excepção das que eu lhe entregar. 3º — As ordens que lhe dou, em portuguez, são as que pode mostrar, e vão dirigidas a Vm. devendo ser consideradas como dirigidas e datadas deste navio na entrada do Pará, que deve suppor alli ancorado. É necessário fazer crer ao Governo do Pará que Vm. não está só, mas que eu e a esquadra estamos próximos e promptos a cooperar; portanto deve Vm. encher nas cartas em portuguez a data do dia em que Vm. chegar á boca do rio. 4º — Vm. será o portador de tres officios dirigidos á Junta do Pará, dous dos quais contem impressões e o terceiro é uma notificação de bloqueio; portanto no mesmo dia de sua chegada á barra do Pará deve encher as datas dos ditos officios e a notificação official de bloqueio, e sem attenção ao tempo que poderá gastar em subir o rio acima.

Vm. perceberá que minha intenção é por estes meios effectuar objetivos que requerem uma expedição, por isso toda a providência e expediente são necessários. É essencial que quando fundear debaixo do forte, e içar a bandeira parlamentar Vm. ir pessoalmente em seu escaler com outra bandeira parlamentar fundear com um ancorote em distancia regular e esperar um escaler de terra, até garrar em distancia propria e ali esperar que um bote venha de terra para receber os despachos que leva. O outro objecto que tem a fazer, depois de libertado o Pará, é apossar-se da nova fragata e se se achar com falta de marinheiros, tem Vm. liberdade, não podendo fazer melhor, deixar o brigue, com o fim de tripular a fragata e transportá-la ao Rio de Janeiro.

Dos seus esforços e bom manejo tudo espero e que conseguirá uma entrega amigável e aquilo que for importante a S.M. Imperial.

Queira ler a carta que está aberta, para lhe pôr a data.

Ahi, verá as condições offerecidas á Junta do Pará que são as mesmas que aceitou a do Maranhão.

Inclusos achará os sinais secretos e algumas gazetas e impressos do que se passou no Maranhão.

Se o Pará se entregar requeira ao Governo, para lhe dar o que for preciso; senão pode voltar ao Maranhão na sua ida para o Rio de Janeiro, depois de ter completado seu objecto ou mesmo no caso de fallência."

Cumprindo ordens, Grenfell, à entrada da barra, recebeu a bordo um caboclo, que se dizia pratico da mesma barra, o qual ao saber que o *Maranhão* era de Bandeira Brasileira, immediatamente se prontificou a trazer a embarcação a Belém. Acompanhemos o acontecimento, no entanto, no descriptivo do historiador paraense Almeida Pinto, no "Catálogo Histórico dos homens que têm governado a Província do Grão-Pará desde que nela se aclamou a Independência do Brasil," manuscrito ainda inédito, existente no Instituto Histórico e Geográfico do Pará: "A 7 de agosto appareceu nas águas de Salinas um brigue de guerra, que sustentava galhardamente a bandeira Brasileira, que ninguém alli conhecia; todo esse dia pedio pratico, e vendo que lhe não foi dado, apesar de tantas vezes o ter pedido, ao amanhecer do dia 8 arvorou a portugueza, e recomeçou a pedil-o, e teve o mesmo resultado que no dia anterior: O sargento no primeiro dia prohibiu o auxilio do pratico por desconhecida a bandeira, e no segundo, por desconfiar da mudança como tatica.

"Á alta hora da noute desse dia 8, o pratico Fortunato José Martins, que tinha concebido o plano de fazer o serviço pedido sem ser percebido, embarcou á 1 hora da madrugada, chegou a bordo do brigue, onde foi informado que a primeira bandeira era a brasileira, que pela primeira vez tremulava sobre as aguas paraenses, e o brigue se denominava *Maranhão* — que procedia da Província do Maranhão, e que o seu comandante era o capitão-tenente da nascente esquadra brasileira John Paschoe Grenfell.

Ao amanhecer o dia 9, o brigue suspendeo ancora, e seguiu a sua derrota, demandando a barra da Cidade; na-

vegou todo esse dia e o de 10, fundeando ás 7 horas da noute desse ultimo dia em frente á ilha dos Periquitos, e fora do alcance da artilharia da Fortaleza da Barra, tatica indispensavel: Não admira que o sargento commandante do destacamento não desse por falta do pratico; o que desperta a attenção é saber-se que elle não avisou o commandante das armas da apparição da bandeira desconhecida, como lhe estava ordenado.

Ao raiar do dia 11 navegava no Guarará uma Igarité pequena, tremulando-lhe á popa uma bandeira brasileira, muito proxima, e com direcção ao Brigue, e sempre do lado da ilha dos Periquitos, e portanto fora do alcance da artilharia da Fortaleza, e, alcançando o brigue, neste desembarcou o paraense José Quaresma, tenente de 2ª linha ou milicias, e escrivão do Arsenal de Guerra; trajava sua casaca (farda) e se havia adornado com fitas verdes e amarellas e a bandeira foi feita por elle, posto que mal arranjada com retalhos de fazendas proprias, que o seu enthusiasmo lhe forneceo, porem, que representava a brasileira: Este paraense foi recebido pelo commandante e officiaes do brigue ao Portaló, e o commandante o levou para a sua câmara, onde o conversou por muito tempo, colhendo as informações que lhe convinhão, e feito isto, o visitante se despedio, sendo considerado pela fórma com que fôra recebido, e seguio na sua retirada o mesmo rumo."

Na instrução à Junta paraense, Cochrane dizia-lhe: "Depois da libertação da Bahia, tendo conseguido com as forças navaes e militares, debaixo do meu commando, livrar os dignos habitantes do Maranhão da sujeição em que se achavam debaixo do jugo portuguez e lhes dar o poder de livremente declarar a sua independencia e obediencia ao Magnanimo e Constitucional Imperador do Brasil: agora gosam o glorioso privilegio, que se offerece nesta occasião a VV. EEx. de fazer as suas proprias leis, privilegio que faz a distincção entre homens livres e escravos.

Tendo-se feito a mudança no Maranhão da maneira a mais pacifica, e a Independencia, a adhesão á Constituição

tendo sido declaradas e juradas, julguei do meu dever não perder tempo em offerecer a mesma liberdade e protecção aos dignos habitantes do Pará; mas, antes de levar força á presença delles, desejo apresentar-lhe uma occasião para fazer a espontanea declaração dos seus sentimentos, e por isso mando o brigue de guerra *Maranhão*, ultimamente "Infante D. Miguel", entregar esta e trazer a resposta.

Não ha duvida nenhuma que logo que o Pará se ajuntar ao Brasil, haja paz em toda a parte.

Offereço então aos portuguezes no Pará os mesmos termos favoraveis como no Maranhão; mas no caso de recusarem acceital-os, e dahi causarem o derrame de sangue, será do meu dever obrigar-osa render-se á discreção.

No entanto, inclusa remetto a declaração do bloqueio do Pará, junto com o auto da Camara do Maranhão, que VV. EE. depois de os ler terão a bondade de me mandar."

No tocante às condições, Cochrane estabelecera: "Toda a propriedade dos brasileiros e dos portuguezes que tomarem o juramento de obdiência a S. M. Imperial será assegurada; mas toda a propriedade no Pará pertencente a portuguezes em Portugal, como aos portuguezes no Pará que se recusarem a tomar o juramento, será tomada e será transportada ou para o Rio de Janeiro para adjudical-a, ou será vendida, e o dinheiro junto com os documentos se remeterá para o Ministro das Finanças no Rio de Janeiro."

Como era natural, a novidade sensacional da presença de uma força naval nas cercanias de Belém, comprovada pela do Brigue *Maranhão* já ali visto, provocou enthusiasmo e agitação. A Junta reuniu-se para examinar a situação e deliberar a respeito. José Maria de Moura, pretendeu, de logo, reunir seus officiaes, em conselho, para tomar attitude, intimando a Junta a que aguardasse a decisão que fosse alcançada no meio militar. A Junta recusou temporizar. Ouçamos, novamente, Almeida Pinto: "... abrio-se a sessão as 8 horas da noite, e o Presidente declarou, que fôra feita aquella convocação,

por ter a Junta recebido officios de Lord Cochrane 1º Almirante da Armada Brasileira, procedente do Rio de Janeiro, assim como o manifesto de bloqueio da entrada da barra da Cidade, e assim mais um officio da Junta Provisoria do Maranhão, exigindo em seu officio o referido Almirante em nome de S. M. Imperial o Sr. D. Pedro I Imperador do Brasil, que a Província do Pará adherisse á independência do Brasil, constituindo-se um Imperio separado e independente de Portugal, e, lidos todos estes documentos pelo secretario da Junta, assim como o periodico, em que estava publicada toda a correspondencia relativa a adhesão da Província do Maranhão á independência do Imperio, tomou o Bispo a palavra e disse, que o fim daquela reunião era *decidir qual o systema que convinha adoptar*, considerando que em presença dos documentos já lidos e das duas tentativas que se havião operado em abril, e em maio, a tranquillidade e salvação dos povos aconselhavão adherir a independência, e formar communhão com as demais Províncias, visto como se podia chegar sem effusão de sangue ao fim desejado, e sem os horrores da anarchia, da qual convinha acautelar a Província, que estava cansada de lutar, e perder seus filhos, cujos braços se faziam sentir na lavoura; e que mesmo parecia partir da mão de Deus, uma tão favorável occasião.

As reflexões do Bispo Presidente da Junta forão acceitas com enthusiasmo, por um grande numero de membros daquelle reunião ou assembléa, pois já tão grande era o número das pessoas, que a representavão, e *procedendo-se a votação, ficou decidido unanimemente, que se reconhecesse a independência do Brasil*, e o seu Imperador o Sr. D. Pedro de Alcantara: E como o commandante das armas, brigadeiro José Maria de Moura em presença da votação, visse perdidas as suas esperanças, e grandes esforços pela conservação das suas causas, lançou a última carta, tomando a palavra, e disse, que somente anuiria quando se verificasse a existencia, e qualidade das forças do bloqueio, assim como da esquadra.

O Bispo submetheo a deliberação da assembléa ou Junta a proposta do com-

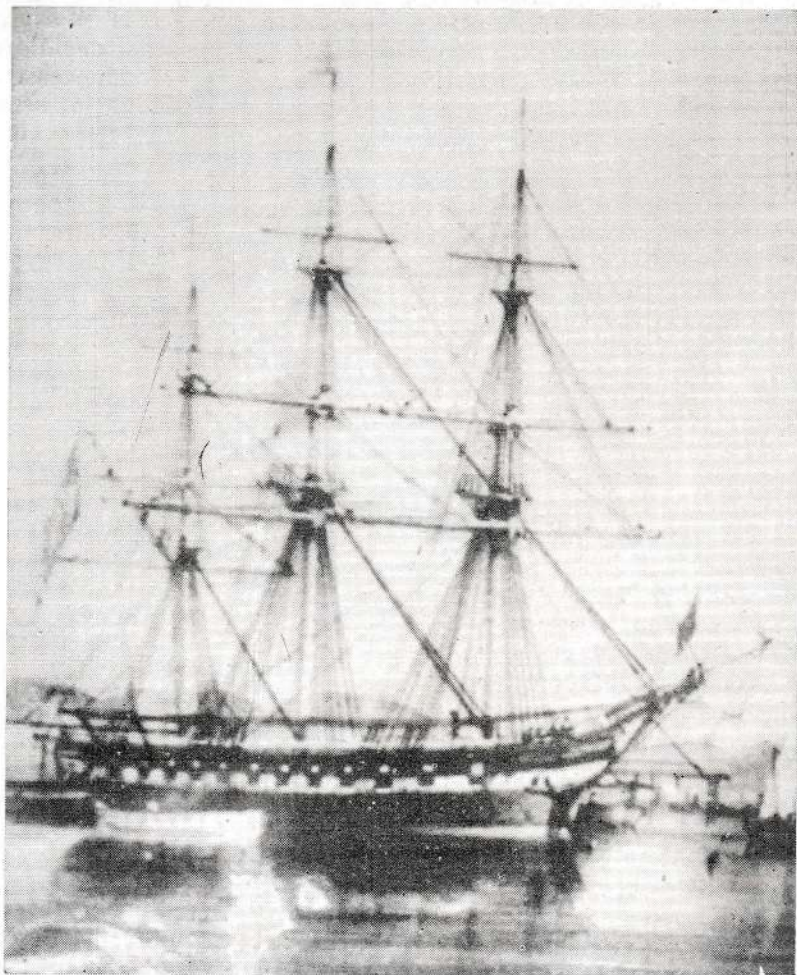
mandante das armas, e esta, a excepção de oito pessoas, decido definitivamente, que se reconhecesse e proclamasse a Independencia sem clausula alguma."

Grenfell, senhor da situação, prontamente communicou o que ocorrera a Cochrane: "Tenho a honra de informar V. E. que os seus desejos de reunir o Pará ao Imperio do Brasil estão verificados — Adherencia a S. M. Imperial foi hontem declarada sem a dissensão de uma só voz, excepção do commandante das armas.

Na conformidade das *instruções* de V. E. abri a communicação com o fim de me habilitar a completar as negociações, segundo os poderes com que V. E. me honrou e seguirei exactamente as *instruções* de V. E.

Como a escuna Bella Eliza segue para o Maranhão, aproveito esta occasião para dar a V. E. esta noticia, reservando para occasião mais segura remetter as communicações officiaes."

Posteriormente, em outro communicado, escrevia: "Pela sumaca Nova Mendengue eu aproveito a oportunidade para enviar-lhe uma carta informando-o mais detalhadamente do que poderia pela Escuna *Elisa*, do resultado favorável do seu bem urdido plano — Ancorei ao largo da cidade na noite de 11 do corrente e na manhã seguinte saudei a bandeira imperial. Depois, houve as várias communicações de costume para explicar as intenções de Lord Cochrane. Tive o prazer de verificar que na manhã do dia 15 as baterias, a fragata e a Charrua *Gentil Americana* içaram a bandeira imperial. Às 10 hrs. SMI foi proclamada na praça do Palacio, no meio das mais unânimes e entusiásticas expressões de alegria de toda a cidade ali reunida. No dia seguinte, foi eleito, por sufrágio geral, um governo provisório e foram tomadas todas as providências para assegurar a paz e a independência do Pará. Tomei posse da fragata com o nome de *Imperatriz* assim como a charrua e 10 barcos de mercadores, a maioria deles com lastro; com todos irei agir de acordo com as suas instruções. Na outra noite quando embarca-



Fragata Imperatriz

va no meu escaler fui gravemente apunhalado no lado direito; por mim, foi um grupo de portuguezes que pretendiam atacar o brigue; devido as medidas que eu imediatamente adotei, eles foram todos aprisionados e uns 150 foram colocados a ferros. Despachei ontem o ex-general das Armas e o ex-coronel do 1º regimento para Gibraltar, num navio cujo casco e carga estão bem autenticados como brasileiros; pretendo enviar outro com o restante dos prisioneiros portuguezes e então não terei mais nada a fazer a não ser voltar-me a fragata que não possui ainda seus mastros reais os quais já estão prontos no arsenal. Se o senhor puder conseguir uma amarra e alguém seria muito desejavel, já que serei obrigado

a fazer todos os tipos de substituições na mastreação. É um bonito navio mas está quase arruinado devido a negligencia. Tenho grande prazer em informá-lo do bom comportamento de todos os meus homens e da conduta zelosa dos senhores Watson e Subrá.”

O atentado contra Grenfell significava a existência do propósito de reacção, inconformados militares e negociantes portuguezes com a aceitação da Independência. Denúncia de um plano terrorista, levada às autoridades, deu em resultado a prisão dos que eram apontados como cabeças e participantes mais ativos do plano, entre eles, como já vimos, o Coronel Vilaça e o Brigadeiro José Maria de Moura.

Entre os que haviam lutado pela independência, as dúvidas, receios e já discordâncias não se encerravam ou começavam. A Junta, eleita no auge do entusiasmo do primeiro momento, era heterogênea: presidente, Geraldo José de Abreu; secretário, José Ribeiro Guimarães; vogais, cônego João Batista Gonçalves Campos, João Henrique de Matos, Felix Antonio Clemente Malcher. Ribeiro Guimarães fora o denunciante dos irmãos Vasconcelos e de Patroni em 1821, acusando-os, textualmente, da *infernal idéia de independência*. Por que, portanto, integrar agora a Junta? Como explicar aquela posição, ao lado de Batista Campos e de Malcher, reconhecidamente os mais antigos próceres da agitação pro-emancipação antes de 15 de agosto? A eleição, convém notar, decorrera por entre séria agitação, trocando-se doestos e ocorrendo incidentes sérios.

Elementos moderados, a cuja frente estava o Bispo Romualdo de Souza Coelho, em memorial à Junta, apelaram para o esquecimento dos agravos, do passado recente. O bem coletivo explicaria o novo comportamento a adotar. Os exaltados, no entanto, entendiam que chegara a hora do ajuste de contas e da entrega da Província aos seus filhos, excluídos os que, até ontem, procuravam impedir a hora nova que se começava a viver. E sob esse estado de espírito, pleitearam a demissão de servidores suspeitos. A Junta não decidiu de pronto, numa atitude prudente. Ademais, não funcionava em harmonia. Mandou, porém, repor a Câmara de Belém, que o Brigadeiro havia dissolvido.

As denúncias amiudavam-se. Os protestos contra a permanência de oficiais portugueses na tropa eram constantes. Do interior, chegavam notícias de desentendimentos entre portugueses e brasileiros. O atentado contra Grenfell, devidamente apurado, indicava o ódio daqueles contra o marujo britânico, que eles responsabilizavam pela integração do Pará, e com o Pará, de toda a Amazônia, ao Império. Apurou-se, como autores da façanha, dois marinheiros portugueses, de um barco que chegara do Tejo, e dois comerciantes locais, também portugueses.

Na madrugada de 15 de outubro, rebelaram-se as unidades militares, depedendo o Presidente da Junta e aclamando, para dirigi-la, o Cônego Batista Campos. A anarquia tomou conta da cidade: assaltos a residências de portugueses, arrombamentos e saques a estabelecimentos comerciais dos mesmos. Em breve, à desordem, contra a qual já não dispunha de meios militares que lhe permitisse contê-la, Batista Campos pediu a ajuda de Grenfell, que atendeu, mobilizando toda a força naval surta ao porto, isto é, marinheiros de todos os barcos ali fundeados. Deu desembarque. Agiu com rapidez e energia. Quantos encontrados de armas nas mãos ou praticando excessos, foram aprisionados, e após tentativa de levante, mandados recolher ao pontão *Palhaço*, onde, depois de outra tentativa de rebelião, tiroteados pela guarnição, que sobre eles lançou cal. Ao amanhecer do dia 22, restavam com vida apenas 4 dos 256 presos. Cinco outros, antes, na praça do Palácio do Governo, haviam sido fuzilados.

Batista Campos, preso por ordem de Grenfell, foi deportado para o Rio de Janeiro. Assumiu a presidência da Junta, em nova eleição, o Dr. Antônio Correa de Lacerda, português de nascimento, naturalista, uma das maiores expressões da cultura da Amazônia, na época, mas partidário aberto da Independência.

As acusações a Grenfell pelo que sucedera no decorrer do restabelecimento da ordem, em particular os sucessos do *Palhaço*, começaram. Grenfell defendeu-se. Negou responsabilidade no quadro sangrento. Abriu-se inquérito. Lançou-se proclamação pedindo ordem e tentando explicações. Por toda a Província, no entanto, principiaram, intensificando-se rapidamente, pruridos xenófobos. Os incidentes explodiam por toda a parte. Ninguém se sentia mais seguro. Substituindo Batista Campos à frente dos exaltados, estava agora Clemente Malcher, que não podia conter os ânimos.

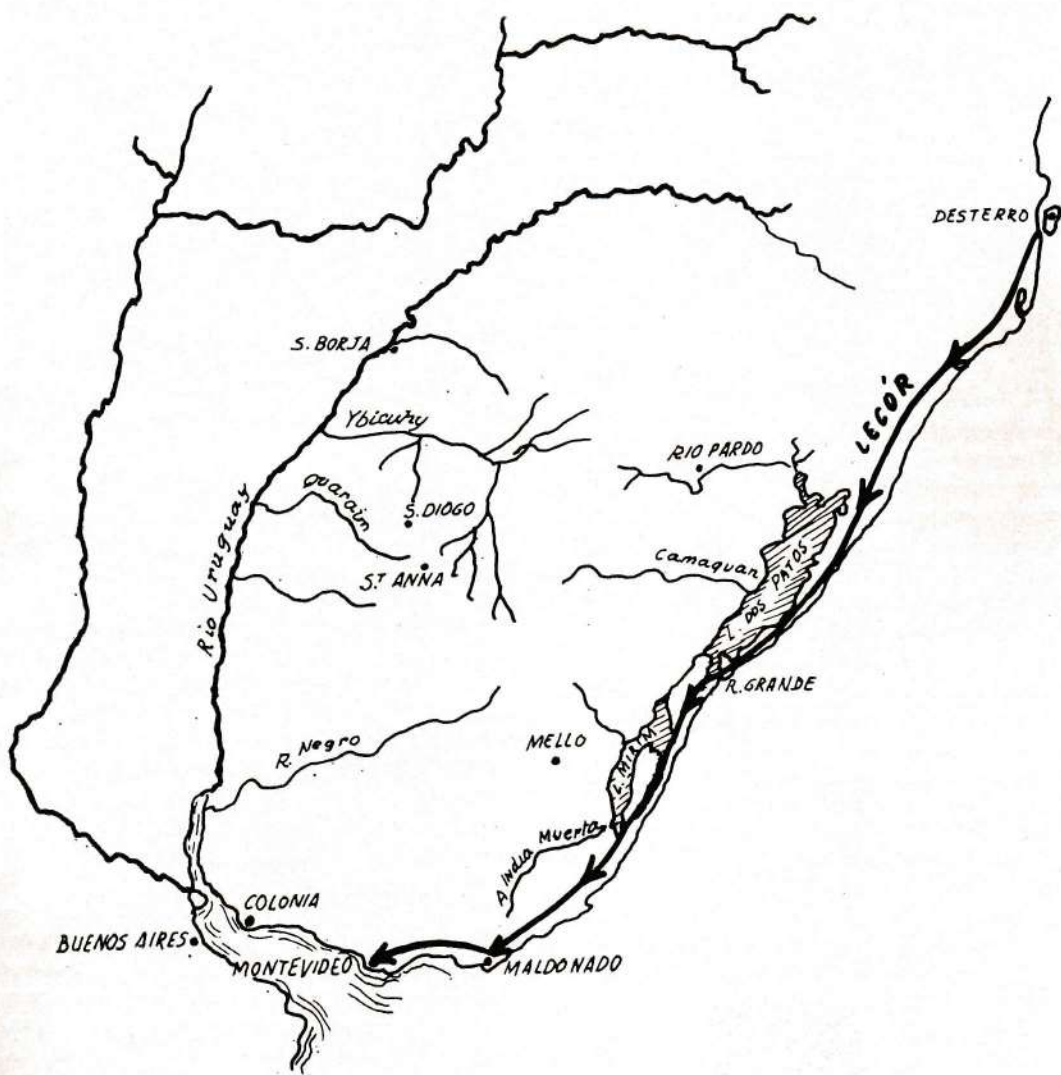
Em sua correspondência com Cochrane, Grenfell punha-o ao conhecimento do que estava ocorrendo. E no âmbito de sua competência, agia para dis-

ciplinar o porto, no vaivém das embarcações, no recrutamento de pessoal, na utilização de marinheiros portugueses que desejassem servir ao Brasil, no cumprimento tranqüilo de suas obrigações funcionais. Por fim, no particular das presas de guerra, atuava com singular cautela: fez constituir uma comissão do almirantado e, com a cooperação dela, do Ouvidor da Comarca da Capital e do Juiz da Alfândega, José Tomaz Nabuco de Araújo, que seria avô de Joaquim Nabuco, procedeu de acordo com as normas legais.

A situação, a essa altura, piorara. Todo o interior estava praticamente em armas. E Cameté, no Tocantins, pondo-se à testa de um movimento de reivindicação nacionalista, iniciou a comoção. Navios de guerra, sob o comando do Tenente Vitor James Subrá, imediato de Grenfell, bombardearam a vila. O resultado foi negativo. A Província foi declarada em perigo. As escaramuças cresceram. Em Santarém, constituiu-se uma Junta Militar para conter a onda de agitação. Do Rio Negro, desceu expedição para cooperar no restabelecimento da ordem. Grenfell foi solicitado a agir com maior intensidade. Essa colaboração limitou-se, porém, à preparação de nova expedição naval, que deveria dirigir-se a Cameté, quartel-general da comoção cívica. A Junta e a Câmara Municipal de Belém, face à comunicação do comandante inglês, de que deixaria o porto, a caminho do sul, lançaram protesto, responsabilizando-o pelo que sucedesse de negativo daí por diante e denunciando-o aos Ministros da Marinha, da Guerra e do Império. Grenfell recebera ordens superiores, de Cochrane, para retirar-se. Respondeu: "*nada me pode*

induzir a faltar às ordens imperiais com que eu estou confiado." Findara sua missão na Amazônia. Obtivera a aceitação à ordem imperial. Ajudara na pacificação, com energia, nas primeiras horas após o 15 de agosto. Cumpria, agora, as instruções de seu superior hierárquico. A incorporação da Amazônia ao Império, em que atuara seguramente, era um fato consumado. O movimento de Cameté em breve cederia à realidade dos novos tempos que se viriam viver. No baixo Amazonas, as forças do alto Amazonas, e de Santarém haviam assegurado êxito. Era a paz imediata.

A formação do Brasil principiara pela conquista do litoral. Durante séculos, a vasta costa representara a civilização que se construía. O Domínio do Mar era, portanto, fundamental. O *hinterland* incluía-se no espaço luso-brasileiro por obra de soldados, missionários, sertanistas, colonos, vindos de Portugal ou já frutos do processo de mestiçagem que caracterizava a sociedade em elaboração. Compusera capítulo admirável da história que se escrevia na Sul-América como página da aventura ultramarina da Europa. No litoral, no entanto, é que estava a seiva que explicava aquela expansão interior, pois de lá partia tudo. Agora, para consolidar a Independência, fora necessária a força naval que decidira do grande passo político. Ainda o mar e o litoral. Fora assim na Bahia e agora no Norte: Maranhão e Pará. Essa uma lição que devemos compreender na série de conferências que aqui se pronunciavam. Por isso mesmo, o papel que Grenfell representou não pode deixar de ser entendido no que importou como ato político da maior significação.



Márcha de LECÓR ao longo da costa

O ÚLTIMO EPISÓDIO: A CISPLATINA

ANTONIO LUIZ PORTO E ALBUQUERQUE
Capitão-Tenente

I — EXPLICAÇÃO DO TEMA

Pode parecer estranho, ao comemorar-se o Sesquicentenário da Independência do Brasil, falar-se em Cisplatina, que não é nossa. Estudar brevemente, entretanto, o problema dessa província anexada ao Império do Brasil e mostrar aí a ação brasileira de eman-

cipação, é o que me proponho a seguir. Para tal, será preciso lembrar as raízes geopolíticas que nos voltam constantemente para o Rio da Prata e, então, teremos condições de compreender porque era uma contingência histórica necessária a integração, nas lutas da Independência, da Província Cisplatina ao Império do Brasil.

II — A VOCAÇÃO PORTUGUESA EM RELAÇÃO AO RIO DA PRATA

A) *Presença Portuguesa e Lutas com a Espanha*

Com o passar do tempo, caducara completamente o Tratado de Tordesilhas. Senão juridicamente, pelo menos na geografia, pois o limite, que impusera à colônia portuguesa da América do Sul, desvanecia-se aos poucos como resultado dos interesses lusos de expansão. A união das Coroas ibéricas, em 1580, liquidou, na prática, com aquela linha. Aos bandeirantes, particularmente, coubera a gesta de expansão por muito além do meridiano de Tordesilhas.

É com relação ao Sul, entretanto, que especialmente interessa examinar a expansão.

Tentavam os portugueses os limites naturais para a colônia. Se, ao Norte, não haveriam de parar no estuário-deltaico do Amazonas, para o Sul pretendiam limitar-se no Prata. Importantíssimo seria alcançar aquele rio como limite, por três motivos principais:

- a) manter a continuidade dos pampas, assegurando integridade ao território sulino, sem qualquer grande obstáculo de natureza geográfica;
- b) garantir melhor a fronteira do Sul por aquele limite, contra as eventuais (e depois freqüentes) investidas de estrangeiros indesejáveis; e
- c) assegurar, pelo domínio de uma de suas margens, o acesso aos rios navegáveis afluentes do Prata, que levam ao interior do Brasil, sendo, durante muito tempo, a melhor maneira de se chegar às terras de Mato Grosso.

A 1º de janeiro de 1680, deu-se o primeiro passo: D. Manuel Lobo, Governador do Rio de Janeiro, fundou a Colônia do Sacramento, por ordem do Rei de Portugal, à margem esquerda do Prata. Era o sinal efetivo de que Portugal pretendia aquele limite. Em agosto do mesmo ano, no entanto, os es-

panhóis conquistaram a Colônia do Sacramento. Por negociações diplomáticas, em meio a combates, foi a Colônia devolvida a Portugal, em 1683, desenvolvendo-se bastante com o comércio ilícito que nela se praticava pelo contrabando. Em 1701, sua posse definitiva foi-lhe garantida pela Espanha, por aliança que, então, se celebrou. Ocorrendo, entretanto, a Guerra de Sucessão da Espanha, tomou Portugal o partido da Inglaterra, inimizando-se com os espanhóis. Em 1704, conseqüentemente, foi a Colônia do Sacramento de novo tomada pela Espanha, por força das armas. A Paz de Utrecht, em 1713, cedeu novamente Sacramento a Portugal, delimitando a área circunjacente à cidade que se formava, sob a jurisdição portuguesa, até onde alcançasse um tiro de canhão.

A investida portuguesa não pararia aí. Em 1723, D. Aires de Saldanha de Albuquerque, Governador do Rio de Janeiro, tomou posse da Enseada de Montevideu, então vazia de povoamento. Os espanhóis, contudo, sob o comando de Závala, Governador de Buenos Aires, expulsaram os portugueses de lá, fundando, em 1726, a cidade de Montevideu.

Não se deram por vencidos os portugueses e, permanecendo no intuito de alcançar o Rio da Prata como limite meridional de suas terras na América, estabeleceram-se no Rio Grande e em Santa Catarina, respectivamente, em 1737, fundando os fortes de Jesus-Maria-José e Sant'Ana, que acabaram originando a Cidade de Rio Grande de São Pedro, e pela criação, em 1739, do governo da Ilha de Santa Catarina. Esses pontos ajudariam a manter as comunicações portuguesas em direção ao Prata.

Em 1750, pelo Tratado de Madri, a Colônia do Sacramento passou para a Espanha, recebendo Portugal, em troca, os Sete Povos das Missões, à margem esquerda do Rio Uruguai. Esse tratado foi, sem dúvida, lesivo a Portugal. Além de afastá-lo do objetivo pretendido — o Rio da Prata — deu-lhe terras já ocupadas, que teriam que ser, de fato, *conquistadas*, a fim de se expulsarem os antigos ocupantes, os ín-

dios guaranis. Isso originou a infame guerra guaraníca, que, à custa de muita violência, afastou daquelas terras os índios que a habitavam, retirados para a margem direita do Uruguai.

O Tratado de Madri, no entanto, não conseguiu efetivar-se plenamente. As demarcações do terreno nunca foram feitas e, em 1761, tudo voltou a ser como antes de 1750.

A Guerra dos Sete Anos, entretanto, que opusera a Inglaterra à França, estava em curso desde 1756. Entrando no conflito, Portugal e Espanha foram inimigos, o que levou os espanhóis à reconquista da Colônia do Sacramento (1762), por Ceballos, Governador de Buenos Aires, e à conquista do Rio Grande (1763). O Tratado de Paris, fazendo a paz, em 1763, cedeu a Portugal a Colônia do Sacramento, a Ilha de Martim Garcia e o Rio Grande do Sul.

As disputas militares, contudo, persistiram. As Coroas ibéricas defrontavam-se diante de um objetivo estratégico comum: o Rio da Prata.

Pretendendo fortalecer sua posição política, a Espanha criou, em 1776, o Vice-Reino do Prata, como Portugal já fizera com o Brasil.

O novo Vice-Rei, Ceballos, conquistou a Ilha de Santa Catarina e a Colônia do Sacramento, em 1777. Só o Tratado de Santo Ildefonso, a 1º de outubro desse mesmo ano, pode estabelecer, pela via diplomática, uma situação definida das fronteiras disputadas. Portugal perdia tudo. Não se deixaria vencer, porém, a Coroa portuguesa e, nas novas lutas com a Espanha, reconquistou, em 1801, a margem leste do Rio Uruguai.

B) *Emancipação de Espanha e Política Portuguesa*

A conjuntura européia alterara-se bastante desde a última década do século XVIII. As lutas napoleônicas varriam a Europa, sendo a Grã-Bretanha o grande bastião que alimentava as resistências a Bonaparte. A título de punir a Espanha, que se aliara aos franceses, os britânicos ocuparam o Rio da Prata, atacando primeiro Buenos Aires

e, depois, Montevideú, entre 1805 e 1807, capitulando aí, nesse último ano, a 6 de julho.

Experimentados da luta contra os ingleses, os uruguaios rebelaram-se contra a submissão a Buenos Aires, em 1808, mantendo-se, entretanto, fiéis ao Rei de Espanha.

Em 1810, Buenos Aires destituiu a última autoridade espanhola local, protestando, embora, fidelidade à Espanha. Montevideú, contudo, não aderiu a esse gesto porthenho, passando-se, então, para essa cidade, o Vice-Rei do Prata, Elio.

É nessa ocasião que surge uma figura da maior relevância em toda a história cisplatina: José Gervásio Artigas. Animado pelo movimento de emancipação de Buenos Aires, Artigas pôs-se a divulgar aquelas idéias pela Banda Oriental, em 1811. Os argentinos puseram-se a ajudá-lo. É fácil constatar-se, a seguir, que não o fizeram pela felicidade da Banda Oriental, mas para anexar essa província às que já lideravam.

Nesse mesmo ano de 1811, cercado em Montevideú por argentinos e uruguaios, o Vice-Rei Elio deu uma grande oportunidade a Portugal: pediu ao Príncipe Regente D. João, que já estava no Brasil havia três anos, uma intervenção, a fim de salvar aqueles domínios da Espanha. O Príncipe cedeu logo, fazendo-se a primeira intervenção luso-brasileira no Uruguai. Marchou sobre a Banda Oriental o Capitão-General do Rio Grande, D. Diogo de Sousa. Não teve êxito, no entanto, essa intervenção, pois, antes que D. Diogo chegasse a Montevideú, espanhóis, argentinos e uruguaios entenderam-se e fizeram a paz.

Fracassada a primeira intervenção, sem motivos para continuar no Uruguai, o Exército Pacificador da Banda Oriental, como foi chamado, retirou-se.

Com aquele acerto, não concordara Artigas, que em seguida se retirou para um exílio voluntário na Província de Entre-Rios.

Os argentinos, na verdade, queriam a Banda Oriental para si. Enquanto Artigas lhes foi útil, na oposição aos es-

panhóis, foi *persona grata*. Quando, porém, tornaram-se evidentes os interesses de independência para sua pátria, que sempre teve, Artigas foi logo hostilizado por Buenos Aires. A luta na Banda Oriental prosseguiu, conseguindo Artigas liberar quase toda a província, restando apenas a capital. Abandonando o cerco desta, em 20 de janeiro de 1814, porque seus deputados não foram aceitos na Assembléia de Buenos Aires, Artigas não viu a capitulação de Montevideú, ocorrida em 20 de junho daquele ano, que resultou em sua separação definitiva de Espanha.

Em 1815, entretanto, apesar da oposição argentina, Artigas entrou vitorioso em Montevideú. Com ele permaneciam as Províncias de Santa Fé, Entre-Rios, Corrientes e Banda Oriental, que não se integraram nas Províncias Unidas lideradas por Buenos Aires, as quais, pelo Congresso de Tucuman, a 9 de julho de 1816, decidiram "romper os vínculos violentos que as prendiam ao Rei de Espanha, recuperar seus direitos e investir-se do alto caráter de nação livre e independente, ficando de fato e de direito com poder amplo e pleno de dar-se a si mesmas formas que exige a justiça."

Todos esses fatos são importantes, porque levam à grande oportunidade, esperada desde o século XVII, de se ampliar o domínio português até a margem esquerda do Rio da Prata. Da mesma maneira que isso era importante para Portugal, como já mostrado, também o era para as Províncias Unidas da América do Sul, sob a liderança de Buenos Aires, para também controlarem o Prata. Tinha Buenos Aires o interesse de manter o território do antigo Vice-Reino do Prata, o que lhe daria muito grande área geográfica. Não se cansariam, portanto, de tentar anexar, também, a Banda Oriental, que, *de modo nenhum*, deveria juntar-se ao Brasil. Aí é que passa a incomodar sobremaneira a "rebeldia" de Artigas.

Independentes, restava às Províncias Unidas escolherem para si um regime político que lhes conviesse. E a idéia foi estabelecer uma monarquia. Puseram-se os argentinos à procura de um rei. Enviaram à Europa, com essa mis-

são, Rivadávia e Belgrano. Concertaram, também, longamente, com a Corte do Rio de Janeiro, onde D. Carlota Joaquina, irmã do Rei de Espanha, nutria pretensões dinásticas. Suas aspirações, entretanto, não coincidiam com as de seu marido e suas exigências superavam a aquiescência dos platinos.

O próprio Bolívar, em carta a um comandante inglês, Maling, reproduzida na íntegra por Souza Docca (1), fez profissão de fé monárquica. Foi intensa a atividade diplomática dos argentinos em busca de um soberano, tendo nisso, mais uma vez, a oposição do já muito incômodo José Artigas. Este continuava a ameaçar os planos argentinos e, também, a integridade das terras brasileiras, pois sua idéia, em 1811, consistia "na formação de uma grande República Federal, formada pelos países ou territórios povoados pela raça guarani e charrua, sob uma nação, com o nome de Grande República Oriental, a saber: Paraguai, Corrientes, com o Território das Missões, Rio Grande do Sul, Entre-Rios e Banda Oriental" (2). Tais ameaças de Artigas já haviam levado o Governo português a advertir Buenos Aires de que, se considerasse Artigas como seu súdito, que o contivesse; se não, Portugal o faria pela invasão. Tal era o perigo apresentado por Artigas às Províncias Unidas, com suas idéias federalistas e republicanas (contra as idéias unitárias e monarquistas), que Buenos Aires chegou a desejar a intervenção portuguesa na Banda Oriental. Eduardo Acevedo, em sua *História del Uruguay*, chega a dizer que "a entrega da Província Oriental aos portugueses foi proposta pelo Diretor Alvarez à Corte do Rio de Janeiro, como meio de enterrar o programa artiguista de reorganização das Províncias Unidas do Rio da Prata, tendo como base um regime republicano federal, calcado na constituição dos Estados Unidos, e foi efetivada pelos Di-

¹⁾ SOUZA Docca: *O Brasil no Prata, 1815 — 1828*, 1ª parte, Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, XI ano, I trim., 1931, págs. 39-41.

²⁾ FERREIRA, J. Miguel Diaz: *La idea de Artigas o la formación de la Gran República Oriental*, apud Souza Docca, ob. cit.

retos Balcarce e Pueyrredon, com o concurso ativo do Congresso de Tucumán e de todas as forças militares da nação.”

Com o intuito, portanto, de liquidar com Artigas e tudo o que ele representava como impedimento para a realização da política argentina, Buenos Aires enviou, finalmente, ao Rio de Janeiro, em 1816, Manuel José Garcia, com a missão de acertar com o Rei D. João VI a intervenção na Banda Oriental.

Fracassada a tentativa de D. Carlota Joaquina, e em face do malogro da primeira intervenção, em 1811, surgia, agora, a grande oportunidade de D. João VI.

Os argentinos maliciosamente instigaram a intervenção portuguesa. Quiseram-na e deram a entender, de público, que não concordavam com ela.

Depois de realizada a intervenção, sob o comando do General Lecór, começaram os argentinos a reclamar, apesar do apoio secreto dado à expedição. “Para satisfazer o sentimento popular de patriotismo, publicou, contudo, Pueyrredon, a 2 de março de 1817, um manifesto contra as medidas do general português, fazendo, porém, simultaneamente chegar às mãos deste, junto com o documento ostensivo, uma carta confidencial, para rogá-lo de não tomar demasiado a sério ou não se melindrar com essa publicação e providências anunciadas, pois não passavam de frases que, como governante, fora compelido a assinar em tal conjuntura e lhe não deviam dar, por isso, a menor inquietação” (3). Isso, aliás, se prova facilmente, pois em carta de 9 de junho de 1816, Garcia, do Rio de Janeiro, dava notícias ao Governo de Buenos Aires, referindo-se à expedição Lecór: “Creio que em breve desaparecerá Artigas dessa província e talvez de toda a Banda Oriental.

“A esquadra está de âncora suspensa, esperando o primeiro vento.”

De fato, em 1817, após as primeiras vitórias, estava a Banda Oriental efeti-

vamente ocupada por tropas luso-brasileiras e submetida à Coroa dos Braganças. Parecia haver-se realizado o velho sonho colonial.

III — UMA CISPLATINA BRASILEIRA

A) *Problema Político*

Em 1820, a Batalha de Taquembó selava a conquista da Banda Oriental. Iniciava Lecór o seu governo, um tanto criticado, mantendo para a Coroa portuguesa a nova terra, tão desejada. A 18 de julho de 1821, promoveu-se a incorporação daquela província ao Brasil, pela votação unânime dos 18 deputados escolhidos pelos alcaides ordinários e pelos cabildos, ou “funcionários públicos da administração portuguesa.” Estava, assim, *legalizada* a incorporação.

Frustraram-se com isso os argentinos. Não esperavam e não queriam tanto. Passaram imediatamente a instigar a rebeldia dos orientais, a fim de se aproveitarem dela.

Com a proclamação da Independência do Brasil, a 7 de setembro de 1822, formaram-se logo dois partidos, um favorável aos portugueses, outro favorável aos brasileiros. Cindiram-se, também, os chefes militares, D. Álvaro da Costa resistindo a D. Pedro e o General Lecór apoiando a autoridade imperial.

Tudo culminou a 20 de outubro de 1823, quando o Cabildo de Montevideu proclamou a nulidade da incorporação da Banda Oriental ao Império do Brasil.

B) *Problema Militar*

A Marinha, representada na Cisplatina por uma força de uma fragata, seis escunas e duas barcas, mostrava-se em “atitude incômoda, incompreensível mesmo, de franca expectativa” (4), pois o comandante dessa força era homem de pouca confiança e de valor mi-

3) Ofícios de 8 e 18/4/1817, in D. João VI no Brasil, de Oliveira Lima, apud Souza Docca, ob. cit.

4) BOITEUX, Lucas Alexandre: *A Tática nas Campanhas Navais Nacionais*, Comp. Melhoramentos de São Paulo, s/d, São Paulo, pág. 61.

litar duvidoso, como a seguir se verificou. Tratava-se do Almirante Rodrigo J. Ferreira Lobo.

Dois meses depois do Grito do Ipiranga, o Governo Imperial destacou para o Sul uma força de duas fragatas, uma corveta e cinco transportes, sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra David Jewett, de origem norte-americana, a nosso serviço. Foi a primeira força naval a ostentar, no oceano, a Bandeira Nacional. Largou do Rio de Janeiro em 14 de novembro, a fim de atender à situação perigosa que se formava na Cisplatina, em vista da Independência do Brasil. Jewett, entretanto, pouco depois de chegar ao Prata, teve que regressar à Corte, pois notícias ali chegaram de que a capital do Império estava ameaçada de bloqueio por forças navais inimigas. Era a Guerra de Independência que, desde o primeiro momento, fomos obrigados a empreender contra os portugueses, que ainda tentavam reverter o movimento liderado pelo novo Imperador, D. Pedro I.

Na Província Cisplatina, no entanto, as coisas não correram bem. D. Álvaro da Costa conseguiu revoltar elementos fiéis a Portugal, a bordo de um de nossos navios, e, com isso, arrecadando para si alguns transportes, formou uma flotilha para fazer face aos navios brasileiros. Sabendo disso, o Governo Imperial imediatamente exonerou do comando o Almirante Rodrigo Lobo, substituindo-o pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Pedro Antônio Nunes, em 19 de fevereiro de 1823.

Encontrava-se, assim, o Imperador, em grandes dificuldades ao Norte e ao Sul do Império, para fazer efetiva sua autoridade e manter a unidade nacional, gravemente ameaçada. Ao Norte, operavam unidades da Marinha Imperial sob o comando direto do Primeiro-Almirante, Lorde Thomas Cochrane. Ao Sul, reunira a Marinha Imperial uma flotilha capaz de enfrentar o inimigo.

No dia seguinte à declaração de nulidade da incorporação da Cisplatina ao Brasil, 21 de outubro de 1823, a flotilha portuguesa fez-se ao mar a fim de tentar romper o bloqueio que a força naval brasileira impunha ao Porto de

Montevidéu. Defrontaram-se os navios. Compunha-se a força portuguesa de quatro vasos: Corvetas *Conde dos Arcos* (26 canhões) e *Restauradora* (ex-*General Lecór*, 16 canhões); Brigue *Fausto* (ex-*Liguri*, 16 canhões) e Escuna *Maria Thereza* (14 canhões). A força brasileira compunha-se de sete vasos: Corveta *Liberal* (24 canhões); Brigues *Cacique* (18 canhões), *Guarani* (16 canhões) e *Real Pedro* (14 canhões); Escunas *Leopoldina* (12 canhões), *Seis de Fevereiro* (1 rodízio) e *Cossaca* (1 rodízio). Tinham, assim, os brasileiros, uma superioridade de três navios, doze canhões e dois rodízios sobre os portugueses (5). A vitória foi nossa no combate que logo se travou, e que passou à História com o nome de Combate de Montevidéu.

Bloqueados no mar e sitiados em terra, os portugueses renderam-se, finalmente, a 18 de novembro do mesmo ano, retirando-se da Província Cisplatina, depois de demorada espera, a 8 de março de 1824, convencidos da vitória militar do Império do Brasil sobre os focos de resistência que se formaram. Nada mais tinham eles a esperar, pois o inimigo fora vencido em toda a costa brasileira. Partiram os portugueses de D. Álvaro da Costa a bordo de 9 navios mercantes escoltados por dois brigues e duas escunas da Marinha Imperial.

Terminara assim, com luta e com sangue, a contribuição da Marinha para a manutenção de uma Pátria íntegra, tal qual herdáramos da monarquia portuguesa. Começava, pois, uma nova era, com uma monarquia independente, cujo maior papel histórico seria o de consolidar a unidade nacional.

A Cisplatina, porém, não ficaria em paz. As Províncias Unidas jamais aceitariam aquela situação histórica. Não cederiam ante a vitória geopolítica da dinastia de Bragança. Instigariam a rebelião, a desordem, cobiçariam aquelas terras, até vê-las separadas do Brasil. E foi o que, pouco mais tarde, aconteceu, compondo já outro importante capítulo da História do Brasil.

⁵⁾ BOITEUX, Lucas Alexandre; ob. cit., págs. 62 e 63.

